



UFBA – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA -
PROGESP
MESTRADO PROFISSIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA, JUSTIÇA E
CIDADANIA

THAÍS RAMOS TRINDADE

MINHA PELE NEGRA EM MINHA SEGUNDA PELE:
O Racismo e Saúde Mental da pessoa policial militar.

Salvador - BA
2023

THAIS RAMOS TRINDADE

**MINHA PELE NEGRA EM MINHA SEGUNDA PELE:
O RACISMO E A SAÚDE MENTAL DA PESSOA POLICIAL MILITAR.**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania da Universidade Federal da Bahia como requisito à obtenção do grau de Mestre no Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania.

Orientador: Prof. Dr. André Luis Nascimento dos Santos.

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T833 Trindade, Thaís Ramos
Minha pele negra em minha segunda pele: o racismo e a saúde mental da
pessoa policial militar / Thaís Ramos Trindade. – 2023.
131 f. : il. color.

Orientador: Prof. Dr. André Luis Nascimento dos Santos.
Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal da Bahia,
Faculdade de Direito; Universidade Federal da Bahia – Escola de
Administração, Salvador, 2023.

1. Negros. 2. Saúde mental. 3. Policiais militares. 4. Racismo. 5. Polícia
militar. I. Santos, André Luis Nascimento dos. II. Universidade Federal da
Bahia - Faculdade de Direito. III. Universidade Federal da Bahia – Escola de
Administração. IV. Título.

CDD – 305.8

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as pessoas (que como eu) são portadoras da cor da noite, em sua primeira pele: sua **força** ancestral. E como segunda pele: o uniforme, sua ferramenta de **sustento** material.

EPÍGRAFE

Sankofa: Se você esquecer, não é proibido voltar atrás e reconstruir! (Wade W. Nobles).

RESUMO

O racismo é uma ferramenta sistemática que altera a saúde mental das pessoas negras, através de processos de rejeição e desumanização, os quais retalha sistematicamente a subjetividade, e a individualidade do sujeito, alterando a auto percepção positiva de si. Decerto que esta experiência de violência tem pontos de encontro quando direcionadas a homens e mulheres, mas também traz, em seu bojo, peculiaridades devido a opressão de gênero, as quais as mulheres negras estão também sujeitas. Diante deste cenário central, de alteração da saúde mental, promovido pelo racismo dirigido aos corpos negros, esta pesquisa tem o objetivo geral de investigar o impacto desta ferramenta sistemática de violência na saúde mental daquelas pessoas que tem uma dupla marca: uma pele negra e uma farda, como sua segunda pele: a pessoa policial militar da Polícia Militar da Bahia. E como objetivos específicos, apresentar o cenário geral através do conceito de Colonialidade como matriz fundante na formação da sociedade moderna, demonstrar as consequências deste processo na construção da subjetividade da população negra frente uma sociedade racializada, a analisar os impactos do racismo na saúde mental da pessoa negra fardada na Polícia Militar da Bahia e por fim, apresentar o projeto *Sankofa* como tecnologia de Segurança Pública, Justiça e Cidadania.

Palavras-chave: Negro. Saúde mental. Policial militar. Racismo. Polícia Militar.

ABSTRACT

Racism is a systematic tool that alters the mental health of black people, through processes of rejection and dehumanization, which systematically shreds subjectivity and individuality, changing the positive self-perception. Certainly this type of violence has common points when directed at men and women, but it also brings, in its core, peculiarities due to gender oppression, which black women are subject to. Faced with this central scenario of changing mental health, promoted by racism directed at black bodies, this research has the general objective of investigating the impact of this systematic tool of violence on the mental health of those people who have a double mark: a black skin and a uniform, like your second skin: military police officers of the Military Police of Bahia. And as specific objectives, to present the general scenario through the concept of Coloniality as a founding matrix in the formation of modern society, to demonstrate the consequences of this process in the construction of the subjectivity of the black population in a racialized society, to analyze the impacts of racism on the mental health of black person in uniform in the Military Police of Bahia and finally, to present the Sankofa project as a Public Security technology.

Keywords: Black. Mental health. Military police, Racism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABpsi	Association of Black Psychologists
APA.	American Psychological Associaton
CEERT	Centro de Estudos da Relações de Trabalho e Desigualdade
IPPES	Instituto de Pesquisa, Prevenção e Estudos em Suicídio
MS	Ministério da Saúde
PMBA	Polícia Militar da Bahia
PMRJ	Polícia Militar do Rio de Janeiro
	PROGESP Programa de Estudo, Pesquisa e Formação em Políticas e Gestão em Segurança Pública
OMS	Organização Mundial da Saúde
SUSP	Sistema Único de Segurança Pública

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	SENTINDO A ANCESTRALIDADE: DESCOLONIZANDO SABERES....	22
2.1	A COLONIALIDADE E SUA ÚNICA HISTÓRIA!.....	29
2.2	MAS AFINAL, QUEM É ESSE TAL SER NEGRO?	32
2.2.1	Negro!.....	35
2.2.2	E os direitos humanos? De um dia que a liberdade se comunicava com a escravidão!.....	40
2.2.3	Branco entra, negro sai!.....	42
2.2.4	Raça, só tem uma! Qual? A branca!	47
2.2.5	No Caminho do branqueamento	50
2.2.6	A Branquitude.....	56
3	MINHA PELE NEGRA EM MINHA SEGUNDA PELE	63
3.1	MINHA PELE NEGRA: PSICOLOGIA PRETA E PSICOLOGIA TEM COR?.....	63
3.1.1	A colonização do inconsciente: negação do eu negro.....	67
3.1.2	E o negro acreditou no conto branco: colocando a máscara branca	72
3.1.3	Máscaras brancas caem: “aonde quer que vá, o negro permanece um negro”.....	76
3.1.4	Do estigma ao Trauma Racial	78
3.2	MINHA PELE NEGRA EM MINHA SEGUNDA PELE: A BUSCA PELA HUMANIDADE.....	81
3.2.1	Mesmo com o risco da própria vida: na encruzilhada da dupla capa.....	84
3.3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	90
3.3.1	Situação empírica e atores envolvidos.....	90
3.3.2	Abordagem metodológica	90
3.3.3	Técnicas metodológicas.....	91
3.3.4	Estratégia de análise	92
3.4	VOZES: MINHA PELE NERA EM MINHA SEGUNDA PELE!	93
3.4.1	Abrindo a porteira da Comunicação: A minha voz no processo!.....	93
3.4.2	Vozes: Minha pele negra em minha segunda pele.....	96
4	SANKOFA: TECNOLOGIA DE SEGURANÇA, JUSTIÇA E CIDADANIA.....	110

4.1 O PROJETO!	111
4.1.1 Identificação do projeto	111
4.1.2 Justificativa.....	112
4.1.3 Alinhamento político-estratégico	113
4.1.4 Objetivo do projeto	114
4.2 PRINCIPAIS ENTREGAS, ESTIMATIVAS DE CUSTO E FONTE DE FINANCIAMENTO	115
4.3 PRINCIPAIS MARCOS E ESTIMATIVAS DE PRAZO	116
4.4 BENEFÍCIOS ESPERADOS	117
4.5 PRINCIPAIS PARTES INTERESSADAS	117
4.6 DESPACHO	118
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: A CURA SE FAZ PELO RETORNO!	118
REFERÊNCIAS.....	120

1 INTRODUÇÃO

“Todo *Ori* (mente) tem um destino a cumprir que é de conhecimento de Ifá (jogo de adivinhação). Um bom *Ori* não dispensa o seu *eledá*(destino), a lealdade ao destino é recompensada por meio da amizade de Ifá”. (AZEVEDO, K.; AZEVEDO, R., 2019, p.18). Encontrei este ensinamento ancestral no livro *Ori: O todo-poderoso, a mente sob a perspectiva yorubá* de Kátia e Ronaldo Azevedo e desde então, ponho-me a refletir sobre as diversas nuances da mente, como ela interage e afeta a nossa saúde, a nossa vida, o nosso destino. Confesso que a leitura deste livro me fez refletir também, como gostaria, aliás como deveria começar esta dissertação?

Esta pergunta, permeou o meu *ori* durante um tempo e depois de um longo período em silêncio e várias sessões de respiração prolongada, fui acessada por toda uma ancestralidade que veio antes de mim e me acompanha nesta longa jornada chamada vida. A partir daí, cheguei a seguinte conclusão: preciso iniciar estas linhas com o comprometimento ao que mais gosto de fazer: conectar, refletir, conversar, interagir e neste grande movimento de ação, entregar o resultado do recrutamento dos meus seis sentidos (olfato, visão, paladar, tato, audição e intuição) todos totalmente empregados na missão de reconectar, movimentar, libertar, transformar e curar, talvez este seja o meu *eledá*.

E é preciso dizer, aqui, tão logo, nessas linhas iniciais, que esta poesia que irei ofertar em forma de dissertação, já começou a ser contada em tempos de outrora. Segundo Kátia e Ronaldo Azevedo (2019), parte do nosso destino, já foi escrito por nossa ancestralidade, no passado e cabe a nós, receber, transformar e contar a outra parte desta grande poesia, revitalizando o presente no decorrer do processo e repassando os frutos colhidos para a nossa futuridade, até porque, “contamos o poema de nossa vida à medida que vivemos, não tem rascunho. É o nosso *itan*(destino), o nosso relato místico de cultura *yorubá*.” (AZEVEDO, K; AZEVEDO, R., 2019, p.15).

Por este motivo, na grande dinâmica da vida, nos tornamos verdadeiros guardiões do que se foi (**sabedoria ancestral**) e do que virá(**continuidade**), como nos ensina o

professor Renato Nogueira (2016) no artigo: Filosofia Africana, tecendo mundos entre a ancestralidade.

No mesmo contexto, o nosso *Ori* (a mente) guarda conhecimentos milenares de toda a passagem pelo Universo, permitindo, contudo, que ao chegarmos a esta vida, a nossa mente esteja aberta a novos aprendizados. “Os novos conhecimentos vão se juntando à inconsciência já armazenada, que é a história contada pelos nossos ancestrais”, como aprendemos nas linhas de Kátia e Ronaldo Azevedo (2019), no livro: *Ori*, o todo poderoso, a mente em uma perspectiva *Yorubá*.

A cabeça é tão grande que dentro dela se guarda o cérebro como se fosse o Universo. Ori Inu – nosso cérebro – é a cópia representante do Universo material. Assim como os fractais que cada conjunto contém dentro de si, cópias menores deles mesmos, Ori Inu guarda cópia do Universo. Nosso Ori é, e nele está, toda a força do Universo, a força vital. (AZEVEDO, K.M.N; AZEVEDO, R.S.R ,2019, p.10).

Nestes moldes, o conglomerado de vocábulos que aqui será escrito, é continuidade ao ritmo estabelecido pela minha ancestralidade, rumo a liberdade dos nossos *Oris*(mente), a liberdade da nossa subjetividade. E neste ponto, preciso concordar com os fundamentos da hoje ancestral, a historiadora Maria Beatriz do Nascimento (2021), quando em seu livro, Uma história feita por mãos negras, afirma que as coisas que ela refletia naquele momento já existiam no ventre de sua mãe, em algum lugar do mundo, um lugar onde a autora já não queria, nem podia mais voltar. Portanto, por aqui, seguiremos no mesmo fluxo das ideias de continuidade, refletido por Maria Beatriz do Nascimento (2021).

Assim sendo, ponho-me a refletir sobre o território habitado por mim, durante dezoito anos da minha vida, lugar que foi e é fonte do meu sustento material e foi também o local onde experimentei sobrepor à minha pele negra, a minha segunda pele: a farda policial militar. Território que desbravei, quando alcancei a maioria, com a permissão do Orixá da Justiça, Xangô, divindade patrono da minha família, para o qual tive a honra de ser escolhida e consagrada *ekedji*¹.

¹ Cargo de mãe na religião de matriz africana de nação ketu.

Desta forma, a Polícia Militar da Bahia- PMBA, será o nosso território de pesquisa, de modo que investigaremos o impacto da violência racial na saúde mental da pessoa negra que é invertida do poder estatal, apontando o questionamento na seguinte direção: Em que medida o racismo impacta a saúde mental da pessoa policial militar negra do Estado da Bahia?

Assim, com a finalidade de encontrar possíveis respostas para a questão, recorreremos aos ensinamentos do doutor e professor Silva Almeida (2020), o qual nos apresenta que:

O racismo estrutural é um produto da própria estrutura social, ou seja, é o modo normal, com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo, desta maneira, uma patologia social e nem um desarranjo institucional. (ALMEIDA, 2020, p.40).

Desta maneira, à medida que, o racismo naturalmente estrutura nossos modos de vida, ele vai se tornando uma tecnologia poderosa e determinante para a construção de uma subjetividade padronizada, com um modelo único de acesso ao conhecimento, de existência, de poder e por consequência determina as formas toleráveis de exercício de deste poder, existência e saber, naturalizando tudo que é positivo, como reflexo de um mundo branco, à medida que desapropria tudo que se distancia deste modelo transformado em universal.

Em seguida, o professor Silvio Almeida (2020, p.40) complementa, afirmando que “o racismo é parte de um processo social o qual, ocorre ‘pelas costas’ dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição.”

Neste aspecto, integrando a afirmação do professor, o sociólogo peruano Aníbal Quijano (2005) em A colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina defende que a origem desta tradição sistemática de desvantagens é originária do processo de colonização que além de se apropriar e de explorar os meios materiais e econômicos, invisibilizou e apagou as experiências de origem e costumes dos povos colonizados, expressos na sua cultura, linguagem, vestimentas e rituais. O autor ainda afirma que

Esse movimento de controle é vivenciado de forma ainda mais abrangente: “como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento e da produção do conhecimento” (QUIJANO, 2005, p. 121).

Wendell Fischer Teixeira Assis (2007), amplia esta discussão no artigo do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo:

Quijano (1997) cunhou o conceito de colonialidade como algo que transcende as particularidades do colonialismo histórico e que não desaparece com a independência e descolonização. Essa formulação é uma tentativa de explicar a modernidade como um processo intrinsecamente vinculado à experiência colonial. Essa distinção entre colonialidade e colonialismo permite, portanto, explicar a continuidade das formas coloniais de dominação, mesmo após o fim das administrações coloniais, além de demonstrar que essas estruturas de poder e subordinação passaram a ser reproduzidas pelos mecanismos do sistema-mundo capitalista colonial-moderno. Dessa maneira, a noção de colonialidade atrela o processo de colonização das Américas à constituição da economia-mundo capitalista, concebendo ambos como partes integrantes de um mesmo processo histórico iniciado no século XVI. (CASTRO-GÓMEZ S; GOSFROGUEL, 2007 apud ASSIS TEIXEIRA, p.615).

Assim, neste panorama, o mundo passou a ser entendido, sob uma referência eurocentrada, regida pela subjetividade única do homem branco, a qual tornou-se naturalmente universal. Partindo deste contexto, o dramaturgo e político da Negritude, Amié Césarie (2008, p.39) em Discurso sobre colonialismo, afirma que “a ideia do negro bárbaro é uma invenção europeia”.

Permita-me explicar: *Éramos só pessoas! Eles (europeus) vieram e criaram negros, amarelos, índios: os outros! Diziam ser estes, aqueles que estavam fora do lugar, com toda a sua inferioridade latente, biologicamente presente. Quem, em nome de Deus, foi entregue a ausência de alma, um não humano, ou quem sabe, um quase humano, daqueles que preambulava por aí, margeando e ansiando pela norma, a referência! Correndo, para caber na universalidade que é pintada de branco. Que é “naturalmente natural”, homogêneo, humano! Mesmo correndo não cabendo e em sofrimento, sobrevivendo. (A autora).*

Curioso que a poesia, descrita acima, foi construída por esta autora justamente no processo de investigação e compreensão da estruturação racial da sociedade. E exatamente, por conta deste marcador, optei por migrar do processo dissertativo para uma oferta poética², em uma tentativa de tornar mais leve (se é que é possível), a exposição de

² De vez em quando, durante esta conversa dissertativa, iremos migrar para uma conversa mais poética, de autoria desta que vos escreve. Poesias, as quais tem sido a grande companhia nesta imersão. A poesia, sempre complementar o tom da nossa conversa em itálico.

um dos produtos mais violentos que o processo de colonização nos deixou: a dilapidação sistemática da imagem que a pessoa negra tem de si, através de um referencial branco, adaptado para ser universal.

Amié Césarie (2008, p.25) defende ainda que esta tecnologia opressiva instalada construiu/deformou “milhões de homens em que foram inteligentemente inculcado o medo, o complexo de inferioridade, o tremor, o ajoelhar-se, o desespero e o servilismo.”

Confirmando as impressões pontuadas pelo nosso político da negritude, a escritora e psicóloga Grada Kilomba (2019), em Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano, sustenta que

No mundo conceitual branco, o sujeito negro é identificado como o objeto “ruim”, incorporando os aspectos que a sociedade branca tem reprimido e transformado em tabu, isto é, agressividade e sexualidade. Por conseguinte, acabamos por coincidir com a ameaça, o perigoso, o violento, o excitante e o sujo, mas desejável – permitindo à branquitude olhar para si como moralmente ideal, decente, civilizada e majestosamente generosa, em controle total e livre da inquietude que sua história causa. (KILOMBA,2019, p.30).

Kilomba (2019, p.30), acrescenta que dentro dessa infeliz dinâmica, “o sujeito negro torna-se não apenas a/o ‘Outra/o’ – o diferente, em relação ao qual o ‘eu’ da pessoa branca é medido – mas também ‘Outridade’– desta forma, o sujeito negro transforma-se na representação mental daquilo com o que o sujeito branco não quer se parecer. Em outras palavras, a pessoa negra torna-se “[...] a personificação de aspectos repressores do ‘eu’ do sujeito branco”. Kilomba (2019, p.30).

Diante deste contexto estruturado de rejeição e negação o cerne desta pesquisa se apresenta: como o Racismo, enquanto modalidade de violência, impacta diretamente na formação da subjetividade da pessoa negra e por consequência na construção de sua saúde mental?

Entende-se aqui, saúde mental como “um estado de bem-estar, no qual, o indivíduo é capaz de usar suas próprias habilidades, recuperar-se do estresse rotineiro, ser produtivo e contribuir com a comunidade”, conforme orientação da Organização Mundial de Saúde (OMS), ou seja, um estado de equilíbrio psicológico, ausente de variações bioquímicas que podem ocasionar distúrbios como a depressão e a ansiedade.

Neste diapasão, o psiquiatra Frantz Fanon (2008), nos explica a questão, afirmando que em um mundo antinegro, a pessoa negra passa por um processo

psicopatológico, o qual buscará elementos que o aproximem da pessoa branca, para pertencer e ascender na condição de ser, fenômeno que o autor denomina de autoilusão.

Ouvindo atentamente os ensinamentos apontado por Fanon (2008), a partir do solo francês, local onde concluiu seus estudos de psiquiatria e filosofia, meus pensamentos fugiram do meu controle e passearam pelos tons da voz de Emicida³, que com seu sopro de transformação musicada nos disse “[...] Ela quis ser chamada de morena, que isso camufla o abismo entre si e a humanidade plena, a raiva insufla, pensa nesse esquema, a ideia imunda, tudo inunda e a dor profunda é que todo mundo é meio tema[...]”. Encontro-me diante destes dois ritmos em letras, nesta encruzilhada de saberes, uma entoada pelo escritor e psiquiatra martinicano Frantz Fanon (2008) e outra ecoada pelo escritor e rapper brasileiro Emicida(2019), vozes que se assemelham diante a observação da pessoa negra e sua experiência no mundo.

Fanon conceituou e nomeou o processo pela busca da humanidade, de autoilusão, Emicida, por sua vez, tornou concreto a definição e apresentou uma das formas/estratégias para camuflar uma presença sem o gozo da humanidade plena. Eu, por aqui, analiso, reflito e sou encontrada por uma resultante epistemológica composta pela formação de dor profunda (mediante a raiva na tentativa de alcançar o inalcançável), pela criação de um espaço social reservado a um não lugar, a uma não existência, uma negativa de humanidade e por consequência a imersão de todo uma construção psicopatológico distribuído pelo racismo. Tudo isso em conformidade e legitimado pelo entendimento das teorias ocidentais, as quais “tornam-se ferramentas de hegemonia, na medida em que, são aplicadas universalmente, partindo do pressuposto de que as experiências ocidentais definem o humano.” (Oyewùmì, p.52,2021).

Dentro dessa dimensão, ainda de posse da epistemologia trazida pelos escritores acima, precisamos refletir sobre esta lógica da universalidade, trazida por Oyewùmì(2021) acima que podemos sintetizar desta maneira: *Ora, sou (negro), mas não posso ser! Preciso ser branco, para ascender a condição de ser.* O que Fanon (2008), chama de melancolia, esta impossibilidade de ser o que se é! *Como devo proceder?* Aqui,

³ EMICIDA. Ismália. São Paulo. Sony Music/Laboratório Fantasma: 2019. (5:57)

para Fanon (2008), a pessoa negra é incitada a assumir o desejo de ser branco, para então gozar da condição de humano, afinal de contas “o negro é o meio do caminho entre o macaco e o humano” (FANON,2008, p.33). *Confuso! Até para escrever, para ler, imagina para se viver?* Um verdadeiro mundo esquizofrênico e ficcional. (FANON,2008,p.29). Para o psicólogo Naim Akibar (2003) tudo até aqui descrito, cria uma espécie de paradoxo infinito, o qual é um vetor gerador de auto ódio, introjetado a partir da autodestruição, alienação e alterações fisiológicas, o que compromete diretamente a saúde mental da população afrodescendente.

Diante do que foi apresentado, recortado pela grande via racial, encontramos consequentes alterações na saúde das pessoas negras, em razão de um único motivo, um defeito de cor inventado, nos idos do período colonial, os quais estruturou e estruturam nossa sociedade até os dias de hoje.

Para pesquisadora oxunista Oyèrònkè Oyewùmí (2021),

Podemos distinguir dois processos vitais e entrelaçados inerentes à colonização europeia na África. O primeiro e mais minuciosamente documentado desses processos foi a racialização e a consequente inferiorização dos africanos como colonizados, nativos. O segundo processo, que foi o foco deste capítulo, foi a inferiorização das fêmeas. Esses processos foram inseparáveis e ambos estavam inseridos na situação colonial. O processo de inferiorização do nativo, que era a essência da colonização, estava ligado ao processo de entronizar a hegemonia masculina. (OYEWÙMÍ,2021, p.276).

Portanto, o processo de colonização afetou homens e mulheres de maneiras semelhantes, mas também distintas.Oyewùmí (2021, p.29) defende ainda que “no Ocidente, as explicações biológicas parecem ser especialmente privilegiadas em relação a outras formas de explicar diferenças de gênero, raça ou classe. A diferença é expressa como degeneração.”

Desta forma, o colonizador tornava a experiência colonial binária, atribuindo as pessoas o sentido de corpos masculinos e femininos (Oyewùmí, 2021).

A razão pela qual o corpo tem tanta presença no Ocidente é que o mundo é percebido principalmente pela visão. A diferenciação dos corpos humanos em termos de sexo, cor da pele e tamanho do crânio é um testemunho dos poderes atribuídos ao “ver”. O olhar é um convite para diferenciar. (OYEWÙMÍ,2021, p.31).

Assim, diante dos ensinamentos de (Oyewùmí, 2021), compreende-se que o processo de colonização, teve como base a hierarquização de pessoas a partir do gênero e raça como pressuposto de diferenciação.

Este problema, imerso na encruzilhada, para a professora Kimberley Crenshaw (2002, p.177), “[..]busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação[...]”, o qual ela chamou de Interseccionalidade. Ainda segundo a professora,

[...] trata-se especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW,2002, p.177).

Para a professora Patrícia Hill Collins(2021) essas categorias/posições se acumulam e interagem entre si em um formato unificado, as quais em que pese geralmente sejam invisíveis, essas categorias afetam todos os aspectos do convívio social.

De outro modo, logo no prefácio do livro *Seja Homem: a masculinidade desmascarada* de JJ BOLA(2020,p. 09) Emicida traz o seguinte questionamento:

O que sobra de nós, se nos desconectarmos do que Olivia Gazalé chamou de mito da virilidade? Virilidade, essa palavra perigosa que não possui um equivalente feminino, que logo se torna inacessível a mulheres e a homens que não performam a masculinidade “normativa” e que coloca todos os outros seres humanos em condição de subgênero. Toda uma imposição contraditória nos dizendo que domamos feras, desposamos princesas, dominamos reinos, somos uma grande síntese ambulante do que significa poder, para, no fim, darmos de cara com uma pergunta inevitável: se o prêmio dado a quem bem desempenha essa performance é o poder (cada vez maior) e a glória, por que somos líderes isolados no ranking dos suicidas? O mundo é seu, desde que você não abrace outro homem, não o beije, jamais ande de mãos dadas ou demonstre sensibilidade, desde que você não chore, não desabafe, não reconheça o quão difícil está uma situação que tem atravessado, desde que você não divida as tarefas domésticas, não diga eu te amo para os seus filhos, não tenha profundo respeito por todos que não são como você, desde que você cumpra uma lista extremamente longa de atributos — mas, acredite, você é livre e o mundo é seu. Esse belíssimo mundo de Marlboro, onde, ao vencedor, resta um câncer.

JJ BOLLA (2020,p.20) ainda acrescenta:

De fato, tenho visto muitos jovens e indivíduos adultos sofrendo em silêncio com questões como ansiedade e depressão, angústias e traumas emocionais, aflições que são respondidas com agressões, nos outros e em si mesmo, tudo porque, repetidamente em algum ponto do caminho, eles ouviram dizer que homem precisa ser forte, que um homem precisa ser duro, estoico, lógico, uma espécie de soldado no meio de conflitos extremos, pois afinal um homem jamais poderia sucumbir à emoção ou à vulnerabilidade, ele sempre deve demonstrar a indiferença a todo tipo de dor ou sofrimento.

As palavras de Emicida e JJ Bolla nos remonta a construção de uma masculinidade, com caráter adoeedor, o qual não permite que estes sujeitos tenham acesso as suas emoções, se quer as suas vulnerabilidades.

Diante dos aprendizados descritos até o momento, podemos sugerir que o racismo é uma ferramenta sistemática que altera a saúde mental das pessoas negras, violência esta que tem pontos de encontro quando direcionadas a homens e mulheres, mas que também traz, em seu bojo, peculiaridades devido a opressão e violência de gênero, as quais a mulheres negras estão sujeitas. Em paralelo aos processos violentos de exigência de performance e virilidade que aos homens são ofertados e que no final das contas são processos que são retroalimentados.

E é exatamente neste ponto, que retomaremos mais uma vez a pergunta que tem suleado estes escritos: quando essa pessoa negra, que é forjada diariamente pelas violências raciais, incorporadas naturalmente nas estruturas da sociedade, a qual, como vimos gera um comprometimento na sua saúde mental, devido dentre tantas coisas, ao estado de alerta, que racismo a submete, trabalha necessariamente com o monopólio da força estatal para o controle da violência em sentido lato?

No artigo Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in)segurança pública, Maria Minayo, Ednilza Ramos e Patrícia Constantino (2007 ,p.276), nos apresenta de maneira geral que

os policiais constituem categoria de servidores públicos para quem o risco não é mero acidente, mas desempenha papel estruturante das condições laborais, ambientais e relacionais. Esses profissionais têm consciência de que perigo e audácia são inerentes aos atributos de suas atividades”.

Portanto em que medida a junção destas variáveis pode impactar na saúde mental destas pessoas? É a pergunta que buscaremos responder.

Nesta direção, a pesquisa tem o objetivo geral de investigar o impacto desta ferramenta sistemática de violência na saúde mental daquelas pessoas que tem uma dupla marca: uma pele negra e uma farda como sua segunda pele: policiais militares do estado da Bahia. E como objetivos específico, apresentar o cenário geral através do conceito de Colonialidade, como matriz fundante na formação da sociedade moderna, demonstrar as consequências deste processo na construção da subjetividade da população negra frente uma sociedade racializada, analisar os impactos do racismo na saúde mental da pessoa

negra fardada na Polícia Militar da Bahia e por fim, apresentar o projeto *Sankofa* como tecnologia de Segurança Pública.

Diante do exposto, entende-se que compreender e discutir a violência racial que atravessa os corpos das pessoas policiais militares negras, torna-se imprescindível para um Programa de Estudos, Pesquisas e Formação de Políticas e Gestão e Segurança Pública- PROGESP, haja vista a importância de promover um olhar mais atento para dentro desta grande instituição PMBA, observando seus integrantes para além da farda, compreendendo a existência de uma pessoa negra, por debaixo da segunda pele e que sobre ela recai estruturalmente a violência racial, embora no exercício da função torne-se Estado .

Neste sentido, compreendendo a importância do tema, lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, a qual institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), prevê nos seus artigos:

Art. 25. Os integrantes do Susp fixarão, anualmente, metas de excelência no âmbito das respectivas competências, visando à prevenção e à repressão de infrações penais e administrativas e à prevenção de desastres, que tenham como finalidade:

V - **Apoiar e promover o sistema de saúde para os profissionais de segurança pública e defesa social.** [...]

Art. 38. É instituído o Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional (Sievap), com a finalidade de:

[...]

IV - Identificar e propor mecanismos de valorização profissional.

§ 1º O Sievap é constituído, entre outros, pelos seguintes programas:

V - **Programa nacional de qualidade de vida para segurança pública e defesa social.** [...]

Art. 42. O Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública (**Pró-Vida**) tem por objetivo elaborar, implementar, apoiar, monitorar e avaliar, entre outros, **os projetos de programas de atenção psicossocial e de saúde no trabalho dos profissionais de segurança pública e defesa social, bem como a integração sistêmica das unidades de saúde dos órgãos que compõem o Susp.**

Em acréscimo ao que disciplina O SUSP, o item dez da Portaria Interministerial SEDH/MJ nº 2, de 15 de dezembro de 2010 (que estabelece as diretrizes nacionais de promoção e defesa dos direitos humanos dos profissionais de segurança pública) determina que as instituições de Segurança Pública devem: “adotar orientações, medidas

e práticas concretas voltadas à prevenção, identificação e enfrentamento do racismo nas instituições de segurança pública, combatendo qualquer modalidade de preconceito. “

Assim como, o Plano Estratégico da PMBA, construído de forma coletiva com a escuta de todas as instâncias da Corporação, num modelo de planejamento participativo, para o período entre os anos de 2017 à 2025, reza, em seu objetivo estratégico dez: Promover a valorização, a saúde e a qualidade de vida dos policiais militares.

Portanto, a PMBA, instituição que compõe o aparato de Segurança Pública, conforme o artigo 144 da Constituição Federal de 1988

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

[...]

V - Polícias militares e corpos de bombeiros militares. [...]

tem o dever institucional de estabelecer estratégias e tecnologias de enfrentamento ao Racismo, bem como a promover da qualidade de vida dos seus colaboradores nas suas mais diversas dimensões, haja vista que a razão funcional destes indivíduos é a prestação de serviços de segurança pública de qualidade e para tanto, eles precisam estar saudáveis.

Neste sentido, entendendo que o racismo enquanto instituto atravessa o princípio da dignidade da pessoa humana, conforme art. 1º, III, CF/88, retalhando o indivíduo na sua dimensão física, emocional, social, psíquica, comprometendo, neste aspecto, a forma que o ser humano se vê no mundo e como interage com ele, a pesquisa Minha pele negra em minha segunda pele: o racismo e a saúde mental da pessoa policial militar é de suma importância para a Polícia Militar da Bahia, pois servirá de suporte para a compreensão da especificidade dos seus colaboradores, que hoje as pessoas negras tem a representação de 84% da corporação(na categoria raça/cor),conforme censo realizado pelo Departamento de Pessoal em 2021, sendo possível, desta forma, estabelecer estratégias que visem a promoção da saúde, qualidade de vida e valorização do principal ativo da corporação, os seus servidores.

Assim, esta pesquisa será um instrumento que substanciará a instituição no desenvolvimento políticas de valorização profissional, no âmbito da saúde e bem-estar, que reverberará na restauração da saúde física, social, mental, espiritual que atenda a especificidade daquela pessoa policial e na mesma medida, promover a redução dos impactos do racismo estrutural naqueles corpos os quais, recai sobre eles, as duas capas:

A pele negra e o uniforme!

Nesta mesma linha, compreendendo, que a forma que interagimos com o coletivo, é reflexo da forma que interagimos conosco, e sendo a pessoa policial uma servidora de serviços de segurança pública entregue a população diretamente, é de suma importância que estas entregas sejam feitas com qualidade.

Desta forma, afere-se que conhecendo as intempéries que interferem na saúde mental das policiais militares, seguido de uma posterior tecnologia que restaure a autopercepção positiva, autocuidado, valorização desse policial, apesar do racismo, será possível entregar para nosso principal cliente: a sociedade, um serviço de melhor qualidade.

Por fim, diante dessa dupla capa: Eu, Thais Ramos Trindade policial militar, candomblecista, mulher negra, faço parte dessa grande roda que ora gira em torno da farda, ora gira em torno da minha pele negra, por dezoito anos. Vejo diante de mim, uma demanda a ser desvelada, eu, como filha, do orixá Ogum e *Ekédje* (aquela que cuida do orixá) do orixá Xangô não posso me abster desta realidade e permanecer em repouso. Portanto, através do movimento das palavras, a partir dos processos de escuta e de observação coloco os meus sentidos à disposição para compreender como o racismo interfere na subjetividade das pessoas negras que tem como segunda pele a farda e a partir daí propiciar a instituição tecnologias para redução dos possíveis danos causados pelo racismo.

Assim, com a finalidade de alcançar objetivos desta pesquisa, será realizado preliminarmente uma revisão de literatura, nos capítulos I, com o fito de apontar a Colonialidade como matriz fundante na formação da sociedade moderna e no capítulo II, a finalidade de compreender a construção da saúde mental da população negra frente uma sociedade racializada.

No capítulo III, com o propósito de experimentar a hipótese estabelecida, foi realizada uma entrevista com seis pessoas negras que tem como atividade profissional a polícia militar, técnica usada para os tipos de pesquisas qualitativa, de onde obterá os dados que permitirão a analisar e classificar as informações extraídas. Neste sentido, a pesquisa em questão, por se tratar de um processo investigativo de cunho social com a finalidade de coletar dados para auxiliar no diagnóstico da problemática para a posterior

sugestão de Tecnologia de Segurança a ser aplicada, será utilizada como técnica metodológica a entrevista, que segundo Lakatos e Marconi (2021) é uma forma de conversa que se dá a partir do encontro entre duas pessoas, em que uma delas traz informações sobre determinado assunto, mediante ao estímulo do entrevistador. Portanto, trata-se, de acordo com Goode e Hatt (1969, p.237) de uma técnica desenvolvida a partir da precisão, focalização, fidedignidade e validade através de um sistema de conversação (apud LAKATOS e MARCONI,2021, p.88), com o objetivo de obter informações sobre determinado assunto.

De posse dessas informações, o capítulo IV, apresentará um projeto, aos moldes exigidos pelo Departamento de Planejamento da instituição denominado *Sankofa*, como tecnologia de segurança pública com a finalidade de minimizar os impactos observados no capítulo 2. A tecnologia apresentada é uma proposta de imersão de acolhimento continuado denominado *Sankofa: A cura se faz pelo retorno*. O *SANKOFA*, dentro de uma perspectiva afrocentrada, é uma imersão a ser realizada através de uma sistemática substituição na percepção negativa da pessoa negra por uma representação positiva, com a descolonização da subjetividade, dos saberes e do poder.

Serão encontros de três dias, com o contato direto com a natureza e compartilhamento de tecnologias que foram utilizadas secularmente como estratégia de sobrevivência, com a finalidade de apresentar um outro potencial de saberes desassociado da eurocentricidade como padrão e saber *suleador*.

Espera-se obter a visibilidade dos saberes ancestrais e para além disto a promoção e incentivo ao autoconhecimento a partir dos saberes ali apresentados, ocorrendo um processo de identificação, pertencimento e por consequência elevação da autoestima e autoconhecimento, bem como a valorização da estética negra no seio da corporação. É importante salientar que o *SANKOFA* tem caráter vivencial, o qual servirá como um dos vetores no processo de alteração da imagem negativa do sujeito negro.

A Tecnologia a ser aplicada é um transformador social em potencial, uma vez que contribui para o processo de desconstrução da imagem negativa do sujeito negro, elevando a autoestima, autoconhecimento da pessoa policial militar negra, o qual refletirá na qualidade de sua saúde o que impactará na oferta dos serviços de segurança pública.

Para além disso, em sendo uma atividade de substituição de imagem pessoa negra, é importante destacar que esta tecnologia, altera de forma contínua a construção do sujeito negro como potencial criminoso, promovida pelas teorias raciais do século XIX, as quais geram efeitos ainda nos dias de hoje no inconsciente coletivo das pessoas, como nos apresenta os professores Evandro Piza e Salo de Carvalho no livro, *Criminologia do Preconceito, racismo e homofobia nas ciências criminais*.

Por fim, preciso salientar que no decorrer do processo de escrita farei algumas reflexões em um formato mais poético que ocorreram ao longo da pesquisa e fui escrevendo em um caderno de pensamentos que carrego por onde vou, julguei indispensável o compartilhamento daqueles escritos, afinal faziam e fazem parte da pesquisa, desta maneira, os anexeii no locais que dialogavam com a expressão linguística que era ofertada, chamando atenção para aquele momento de duas formas: as palavras estão em *itálico* e ao fim escrito (*A autora*). Dito isso, vamos começar a nossa jornada sentindo a ancestralidade?

2 SENTINDO A ANCESTRALIDADE: DESCOLONIZANDO SABERES

Ei, você leitor! Gostaria de te convidar para uma viagem de reflexão a respeito de alguns questionamentos que eu tenho feito nesses últimos tempos, você quer embarcar nesta jornada? Como passaporte usaremos uma tecnologia denominada: silêncio!

Silêncio! O seu ouvido ainda escuta as batidas do seu coração? Escuta o canto dos pássaros? Você se permite ouvir o vento ecoando o anúncio de sua passagem? E o seu olhar? Ainda é capaz de ver o que a natureza tem tentado te mostrar em forma de pessoas ou animais? Ou você é uma pessoa tão ocupada que é incapaz de experimentar o que a vida lhe proporciona? Talvez, agora caiba uma outra rodada silenciosa, para que a compreensão se faça presente de maneira mais profunda, a ponto de você acessar a potência e os benefícios desta prática, estando no tempo presente. (A autora)

Este pequeno experimento, a qual acabamos de vivenciar através do silenciar da mente e a interação com o presente, era uma tecnologia usada em Kemet⁴, para o alcance do estado espiritual, com a finalidade de desenvolver ao longo da vida, uma habilidade grandiosa: o controle emocional, como nos ensina Théophile Obenga (2004) em *Filosofia Africana 2780 a.C.*

Nesta mesma direção, ainda nos escritos de Obenga (2004), a Lei de Maat, deusa da verdade, harmonia, justiça e equilíbrio, nos ensina a praticar a escuta, pois aquele que não escuta torna-se hostil, na medida em que age impulsivamente. Neste diapasão, a deusa nos ensina que quem é bom ouvinte age com sabedoria, pois a ação é o resultado da escuta consciente.

Em *An African perspective on justice and race*, por sua vez, Mogobe Ramose (2001) nos apresenta que tudo invariavelmente está sendo e se transformando, o que como consequência nos apresenta a noção de comunidade em três dimensões: ancestrais, o que estão vivos e o que estão por vir.

Da mesma forma, Pthahotep, primeiro-ministro da quinta dinastia do Egito em as máximas de Ptahotep (2001), nos assegura que ninguém nasce sábio e Théophile Obenga (2004) acrescenta que a sabedoria é junção do conhecimento de si acrescido do conhecimento do mundo, que nada mais é do que a tradução de *Rix Ki Ink* (Conheça-te a ti mesmo) muito comum nos túmulos dos egípcios do reino médio, por volta de 2780 a.c, escrito no Oráculo de Delfos um milênio depois.

Amenemope, escriba e sábio da 20^a dinastia, 2780 a.c, ainda nos escritos de Obenga (2004), nos conta que o pensamento é atributo do coração, por isso as palavras lhes devem fidelidade.

Todos esses ensinamentos ancestrais descritos acima e tantos outros margeavam o Vale do Rio Nilo, uma zona fértil localizada no continente africano entre o Sudão e Egito, local nascedouro da Medicina, Filosofia, Arquitetura, Engenharia, Arte, matemática, das ciências de modo geral, como explica Cheik Anta Diop (1974) em seu livro, *a África e a origem da civilização: mito ou verdade.*

⁴ O que mais tarde tornou-se Egito, país localizado na porção norte do continente africano, mais precisamente, no nordeste do continente africano.

Território que abrigava reis, rainhas, estrategistas, cientistas, guerreiras, lideranças espirituais, inventoras, sacerdotisas: pessoas que gozavam da experiência de liberdade. Nesta temática, recorreremos a Doutora Barbara Carine (2018), no seu livro @Descolonizando saberes: Mulheres negras na ciência, o qual nos apresenta dentre muitas mulheres negras cientistas a primeira mulher cientista que se tem notícia no mundo, Merit Ptah, a qual viveu em Kemet, antigo Egito, a cerca de 4.700 anos.

A sua existência está registrada no papiro de Éberes, segundo doutora Bárbara Carine (2018), um dos tratados médicos mais antigos e importantes que se conhece, o qual foi escrito no Antigo Egito e é datado de aproximadamente 1550 a.C.

Ptah, é a primeira pessoa da área de medicina que se tem registro no mundo. Muito embora, o mundo grego tenha como pai da medicina, o médico Hipócrates, que viveu milênios depois de Ptah, cerca de 463 a.c. Acrescenta-se ainda que segundo relatos históricos, ela não era apenas médica, ela chefiava uma equipe de profissionais da área.

Para além, dos conhecimentos medicinais oriundos do continente africano, é importante lembrarmos sobre a descoberta da escrita, que segundo Pinheiro (2021) era desenvolvido uma prática mais simples denominada escrita demótica, um tipo de escrita contra o convencional, e outra mais complexa chamada de hieroglífica uma espécie de símbolo mediador entre a mente divina e o mundo criado, formada por símbolos desenhos, datando de 3.500 a.C. Como também, o calendário em Kemet, desenvolvido às margens do Rio Nilo 11.000 a.C. e a descoberta do osso de Lebombo, artefato matemático mais antigo encontrado no mundo, datado de 35000 a.C, achado na Suazilândia, localizada na África austral.

Neste exato momento diante de todas esse arsenal de conhecimento, peço-lhe, por gentileza que você se questione: Eu conhecia algum desses conglomerado científico, produzido no continente africano, antes de Cristo? É possível que não, mas como se pode notar, passaríamos aqui um bom tempo listando a preciosidade de feitos realizados pelos nossos ancestrais originários do continente africano, os quais podem ser encontrados no livro da Doutora Bárbara Carine Pinheiro (2021): História Preta das coisas, 50 invenções científico-tecnológica de pessoas negras.

Mas o fato é que pouco sabemos sobre nós, sobre o que nos antecedeu, sobre o que nos define como pessoas. E por este motivo, adentraremos a questão que nos trouxe

até aqui, com os pés fincados na definição de humanidade e por conseguinte no conceito de pessoa, a partir de uma afro perspectiva, que segundo o professor Renato Nogueira(2011,p.147) “é a possibilidade de existir junto com outras pessoas de forma não egoísta, comunitária, antirracista e policêntrica”, (entendendo neste aspecto, a importância da multiplicidades de saberes) e consequentemente, invertendo, “a lógica da desagência, em que o sujeito africano é descartado como protagonista do seu mundo, promovendo, como resultado, a destruição da personalidade espiritual e material da pessoa africana”, como explica Asante(2009,p.95).

A partir deste ensinamento, aprendemos com Mogobe Ramose (2001, p.2) em a Ética de Ubuntu a noção de Ubuntu que:

Ubuntu é, na verdade, duas palavras em uma. Consiste no prefixo *ubu-* e a raiz *-ntu*. *Ubu-* evoca a ideia geral de ser-sendo. É o ser-sendo encoberto antes de se manifestar na forma concreta ou modo da ex-istência de uma entidade particular. *Ubu-* como ser-sendo encoberto está sempre orientado em direção ao descobrimento, isto é, manifestação concreta, contínua e incessante por meio de formas particulares e modos de ser.

Ramose (2001, p.2) ainda complementa, “Ubu é tudo que está ao nosso redor (o que temos em comum) e Ntu é a parte essencial de tudo que existe.” O filósofo Renato Nogueira (2011, p.147) ainda acrescenta que

Ubuntu pode ser traduzido como “o que é comum a todas as pessoas”. A máxima zulu e xhosa, *umuntu ngumuntu ngabantu* (uma pessoa é uma pessoa através de outras pessoas) indica que um ser humano só se realiza quando humaniza outros seres humanos. A desumanização de outros seres humanos é um impedimento para o autoconhecimento e a capacidade de desfrutar de todas as nossas potencialidades humanas.

Neste mesmo aspecto, Amadou Hampaté Bâ no seu texto, *A noção de pessoa na África negra*, nos apresenta a noção de pessoa, afirmando que em primeiro lugar, a pessoa está ligada a seus semelhantes. Não a concebemos isolada, independente. Da mesma maneira que a vida é unidade, a comunidade humana é una e interdependente.

Assim, em respeito a afro perspectiva filosófica e humanística que agrega valor ao vocábulo **pessoa**, que esta escritora optou pelo título desta dissertação com a inclusão desta palavra: Saúde Mental da **pessoa** policial, com a finalidade de entregar a este trabalhador da segurança pública toda humanidade que lhe é devida.

Isto posto, eu preciso dizer que continuaria aqui a escrever, se pudesse com todo o encantamento ancestral que é devido, contudo a intenção neste primeiro momento não é exaurir a filosofia africana como um arsenal de saberes, que de fato o é. O que se pretende aqui é dizer que as primeiras linhas desta grande poesia foram escritas muito antes do nefasto processo de escravização que o nosso povo passou.

Sobre um tempo em que pessoas como eu, de pele negra, não eram racializadas, nem tampouco construídas como *outras*, partir de uma centralidade padrão, como nos ensina Grada Kilomba (2019), em seu livro *Memórias de uma Plantação: episódios de racismo cotidiano*.

Confesso, que minha pele negra em minha segunda pele poderia começar de inúmeras formas e perspectivas, admito. Mas acolhi a ideia de começar, por esta estrada

que há pouco desbravei e conheci. Tendo como ponto de partida, um momento que, a você, talvez não tenha sido dado o direito de conhecer e se reconhecer, de sentir pertencente a uma história que não dialoga a partir dos mecanismos de animalização e objetificação.

Quando cheguei na universidade a coisa que mais me chocava era o eterno estudo sobre o escravo. Como se nós só tivéssemos existido dentro da nação como mão de obra escrava, como mão de obra para fazenda e para mineração”. (NASCIMENTO, 2021, p.04)

O mais interessante, é que consigo visualizar o mesmo sentimento nos escritos de outras mãos pretas, como o da historiadora e roteirista sergipana, Maria Beatriz do Nascimento (2021), o que aparenta ser um sentimento de esvaziamento histórico coletivo, desta forma, é preciso lembrar que é direito seu, logo na entrada destes escritos, saber que sim, você tem uma história que antecede o processo de escravidão.

Neste sentido, em termos teóricos o professor Boaventura Sousa Santos (1997), citado pela filósofa Sueli Carneiro(2005) em sua tese: *A construção do outro como não ser como fundamento do ser*, nos ensina que

o epistemicídio se constituiu e se constitui num dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica/racial, pela negação que empreende da legitimidade das formas de conhecimento, do conhecimento produzido pelos grupos dominados e, conseqüentemente, de seus membros enquanto sujeitos de conhecimento. Para o conjunto da humanidade a supressão e privação intencional desses conhecimentos subjugados ou sepultados: “significou um empobrecimento irreversível do horizonte e das possibilidades de conhecimento e por consequência procedeu à liquidação sistemática das alternativas, quando elas, tanto no plano epistemológico, como no plano prático, não se compatibilizam com as práticas hegemônicas.” (SANTOS apud CARNEIRO 2005, p.101).

Em outras palavras, o conceito de epistemicídio, abordado pelos autores, nos apresenta um processo sistemático de ocultação e invisibilização de contribuições históricas e sociais que dialogam com a produção de conhecimento, uma espécie de morte do conhecimento originário de saberes diversos ao ocidente. De outro modo, ao ocidente é oferecido uma autointitulação dominante, como única opção epistemológica. Diante de tudo isso, do lado de cá, ponho-me a refletir: *anos lendo, ouvindo, estudando histórias de outros que pela universalidade e veracidade que eram contadas, parecia e deveria ser a história da minha ancestralidade também. E não eram!(A autora).*

Através da escritora nigeriana, Chimamanda Adichie (2019) é possível descobrir sobre o perigo de uma história única e o quanto pode ser letal, de tal modo que tem a

possibilidade de roubar a dignidade na sua construção quanto pessoa e por conseguinte, retalhar a nossa humanidade. Chimamanda (2019, p.11) nos propõe: “mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna, é desta forma que se cria uma história única.”

E assim vamos caminhando, pessoas negras, com um “eu” tão despossuído de histórias que não falava sobre nós, como agente de uma história e, portanto, não fazia arrepiar, emocionar, não tocavam o coração. (A autora)

Sempre senti que é impossível se envolver direito com um lugar ou uma pessoa sem se envolver com todas as histórias daquele lugar ou daquela pessoa. A consequência da história única é esta: ela rouba a dignidade das pessoas. Torna difícil o reconhecimento da nossa humanidade em comum. Enfatiza como somos diferentes, e não como somos parecidos (CHIMAMANDA,2019,p.11).

Portanto, hoje, na condição de sujeita, apreciadora e curiosa por uma história que leva meu DNA, encontrar a minha história é expressão de liberdade, autovalorização e difundi-la é a materialização da justiça e cura coletiva.

Desta forma, reviver nossa ancestralidade, aciona todos os sentidos, ainda que supostamente o nosso corpo físico não tenha vivenciado a experiência, tudo se apresenta com quentura, latência, diria ser até um entusiasmo perpétuo. E uma certeza: o nosso corpo espiritual se fez presente por lá.

Quando somos gerados, trazemos não só o chamado DNA, entendido como biológico, mas também um DNA espiritual e psíquico da carga genética. A carga genética não se manifesta somente na cor dos olhos, na estatura, nas doenças físicas, mas também na reprodução das histórias vividas por cada um de nossos antepassados. Somos um verso do *itan* de suas vidas. (AZEVEDO, K.; AZEVEDO, R. ,2019, p.16).

Sim, eu e você, nós estávamos presentes! Mas infelizmente, a nossa história se fez em pausa naquele momento e por ora, neste momento, para contar sobre a *maafa* secular que atravessou a história dos nossos ancestrais.

Segundo Nobles (2014, p.281)

o conceito de *maafa* foi introduzido por Marimba Ani(1984) o qual define como o grande desastre, o infortúnio de morte e destruição além das convenções e compreensões humanas. Para mim, a característica básica do *maafa* é a negação da humanidade dos africanos, acompanhada do desprezo, desrespeito, coletivo e contínuos ao seu direito de existir. O *maafa* autoriza a perpetuação de um processo sistemático de destruição física e espiritual dos africanos individual e coletivamente.

Neste sentido, trata-se de um holocausto africano, a grande destruição marcada por um processo sistemático e contínuo de desintegração, negação e anulação da humanidade dos povos africanos. Como resultante, a desumanização perpassa pela transmigração forçada, pela apropriação e desapropriação de saberes e subjetividades, pelo rompimento do elo familiar e da identidade do sujeito escravizado, pelo consequente aprisionamento do corpo mental, físico, espiritual, histórico e cultural, a partir de um intergeracional processo de embranquecimento forçado por esses povos, com fito na desarticulação ancestral da pessoa africana, promovendo, desta forma mortes simbólicas e materiais numa engrenagem na qual apresenta-se uma única história.

2.1 A COLONIALIDADE E SUA ÚNICA HISTÓRIA!

É impossível falar sobre a história única sem falar sobre poder. Existe uma palavra em *igbo* na qual sempre penso quando considero as estruturas de poder no mundo: *nkali*. É um substantivo que, em tradução livre, quer dizer “ser maior do que outro”. Assim como o mundo econômico e político, as histórias também são definidas pelo princípio do *nkali*: como elas são contadas, quem as conta, quando são contadas e quantas são contadas depende muito de poder. O poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva. (ADICHIE, 2019, p.11).

Se alguém te dissesse que o mundo, tal como você foi ensinado a vê é uma grande invenção? Você acreditaria? E se te contassem que uma única história de um único povo, regeu a grande orquestra da vida, você acreditaria? E se nesta mesma linha, te afirmassem que o povo que se autodenominou o grande regente: universalizou corpos, saberes, subjetividades e através de muita matança e violência tornou-se a norma, o normal, o natural, você acreditaria?(A autora)

Para contextualizar e entender a razão destas perguntas recorreremos ao sociólogo Aníbal Quijano (2005, p.117) em seu artigo Colonialidade do poder, eurocentrismo e América o qual nos ensina

que a globalização que está em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial. Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo. Esse eixo tem, portanto, origem e caráter colonial, mas provou ser mais duradouro e estável que o colonialismo em cuja matriz foi estabelecido. Implica, conseqüentemente, num elemento de colonialidade no padrão de poder hoje hegemônico.

Assim, nestas linhas preliminares, Quijano (2005), inaugura o conceito de colonialidade, tecnologia que fundamentou e fundamenta os processos históricos do sistema-mundo de dominação, a qual transcende a experiência colonial vivida em outrora. O sociólogo nos ensina que o colonialismo histórico se encerrou com independência/descolonização dos países periféricos/ do Sul, contudo a noção de colonialidade se manteve intacta e tornou-se o grande gerente dos novos sistemas. Neste sentido, esta formulação é uma tentativa de explicar a modernidade como um processo intrinsecamente vinculado à experiência colonial.

Vamos entender melhor? A experiência colonial(tudo aquilo que ousou-se chamar de **CONQUISTA, DESCOBERTA**), apresenta-se como um momento temporário em que uma nação está sob domínio econômico e político de outra, para este período usou-se a colonialidade como ferramenta de vinculação passado e presente e de dominação, o qual opera definindo padrões de relação de poder, os quais possibilitam a naturalização de hierarquias territoriais, raciais, culturais, de gênero e epistêmicas, mecanismo que garante os processos de subalternização, a partir da centralidade do existir, ser, poder europeu,

As novas identidades históricas produzidas sobre a ideia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho. Assim, ambos os elementos, raça e divisão do trabalho, foram estruturalmente associados e reforçando-se mutuamente, apesar de que nenhum dos dois serem necessariamente dependente do outro para existir ou para transformar-se. (QUIJANO,2005, p.122)

A partir desta associação (**novas identidades raça papéis lugares x controle de trabalho**) criada, tudo e todos na modernidade passam a ter que observar a Europa como ponto de partida, como centro do mundo.

Nesse sentido, a pretensão eurocêntrica de ser a exclusiva produtora e protagonista da modernidade, e de que toda modernização de populações não-europeias é, portanto, uma europeização, é uma pretensão etnocentrista e além de tudo provinciana. (QUIJANO,2005, p.122).

Como resultante de tudo até aqui descrito, voltamos para a questão levantada por de Adiche(2019) sobre a história única, a qual apresentou o seu perigo latente, mesmo com o fim do processo de colonização, através da manutenção da colonialidade como força gestora na regência das experiências que viriam a seguir.

Por este motivo, a distinção entre colonialidade e colonialismo permite explicar a continuidade das formas coloniais de dominação, mesmo após o fim das administrações coloniais, além de demonstrar que essas estruturas de poder e subordinação passaram a ser reproduzidas pelos mesmos mecanismos do sistema-mundo.

O professor Walter D. Mignolo (2017, p.4) em *Colonialidade, o lado mais obscuro da modernidade* defende que

a colonialidade nomeia a lógica subjacente da fundação e do desdobramento da civilização ocidental desde o Renascimento até hoje, da qual colonialismos históricos têm sido uma dimensão constituinte, embora minimizada. E complementa afirmando que a tese básica – no universo específico do discurso tal como foi especificado – é a seguinte: a “modernidade” é uma narrativa complexa, cujo ponto de origem foi a Europa, uma narrativa que constrói a civilização ocidental ao celebrar as suas conquistas enquanto esconde, ao mesmo tempo, o seu lado mais escuro, a “colonialidade.

Em outras palavras, a colonialidade é parte integrante da Modernidade, portanto segundo o autor não há Modernidade sem colonialidade.

O professor W. Mignolo ainda acrescenta

Na sua formulação original por Quijano, o “patrón colonial de poder” (matriz colonial de poder) foi descrito como quatro domínios inter-relacionados: controle da economia, da autoridade, do gênero e da sexualidade, e do conhecimento e da subjetividade. Os eventos se desdobraram em duas direções paralelas. Uma foi a luta entre Estados imperiais europeus, e a outra foi entre esses Estados e os seus sujeitos coloniais africanos e indígenas, que foram escravizados e explorados. O que sustenta as quatro “cabeças”, ou âmbitos inter-relacionados de administração e controle (a ordem mundial), são as suas “pernas”, ou seja, o fundamento racial e patriarcal do conhecimento (a enunciação na qual a ordem mundial é legitimada. (MIGNOLO, p.05,2017).

Ou seja, é um controle, pautado em uma matriz colonial, que oferece uma universalização de poder, saber, e ser. Mignolo (2017,p.05) ainda reitera que “a matriz colonial de poder dá visibilidade para determinadas formas de existência e saberes e simultaneamente pela invisibilidade de outros, que passam a ser considerados inferiores e não científicos”. Essa estética colonial nos impossibilita ver, sentir e pensar qualquer dimensão que não tenha a percepção moderno/colonial como ponto de referência.

Neste mesmo sentido, cria-se histórias, conhecimento, padroniza-se possibilidades ideais de gênero, raça e sexualidade e as naturaliza, dificultando a visibilidade de outras formas de saberes, de subjetividades e do exercício do poder.

E aqui, para compreendemos melhor como esta definição tomou corpo nas terras chamadas de brasileiras recorreremos a afirmação do filósofo Ailton Krenak (2020), no

documentário a guerra do Brasil, o qual nos ensina que *“o Brasil é simplesmente uma invenção e nasce necessariamente pela invasão dos portugueses, seguida pelos holandeses, pelos franceses em um modo sem parar onde as invasões nunca tiveram fim. E complementa, afirmando que “tinha gente aqui com história, alguns desses povos com histórias que datavam 2000 anos”. Segundo o filósofo, quando “Humberto Mauro filmou a descoberta do Brasil, aquilo, era o que os brancos, filhos de portugueses pensam que foi a descoberta do Brasil, contudo, aquilo não passa do mito de origem do Brasil: ‘aquelas caravelas, aquela descoberta, aquela missa no Monte Pascoal...’* E acrescenta *“nós somos adultos não precisamos ficar embalados nesta história, a gente pode buscar entender nossa história e sermos capaz de entender que não houve um evento fundador”. “Durante mais de cem anos, o que os indígenas fizeram foi socorrer brancos flagelados que chegavam nas terras renomeadas de brasileira”.*

Neste momento, faz-se imprescindível, a junção do conhecimento do filósofo Ailton Krenak (2020) a afirmação de Amiè Cesarie (2020) em o discurso da sobre o Colonialismo, quando ele nos ensina que a ideia do negro bárbaro é uma invenção europeia.

Diante de tudo que foi exposto, neste cenário geral, podemos depreender que o que Krenak (2020) e Amiè (2020) nos apresenta é uma constituinte do que Aníbal Quijano (2005) chama de colonialidade, a grande tecnologia que lastreou o início da Modernidade, através do processo de colonização e fundamenta todas as relações até a data de hoje.

Desta forma, a colonialidade cria um referencial central de normalidade: homem, branco, heterossexual, cristão, e às margens, todas aquelas pessoas que não dialogam com esta descrição. Nesta grande estrada que amolda o sujeito ideal, encontramos o “ser negro”.

2.2 MAS AFINAL, QUEM É ESSE TAL SER NEGRO?

Tudo parte do ser, um ser que é o todo, inteiro, feito de pedaços. Traçados e apresentados nas personas que representamos nas nossas relações, nas dimensões privadas e públicas. O ser torna-se o início, a base, o solo fértil que é regado todos os dias através da nossa bagagem ancestral, do nosso aprendizado contínuo, e de todas as

experiências adquiridas ao longo do tempo. (A autora). Neste sentido, a busca pelo autoconhecimento apresenta-se como instrumento para alcançarmos a compreensão da nossa subjetividade.

Para Sócrates (MARCONDES,1997), filósofo clássico, o conhecimento de si, é o grande portal para o conhecimento do Universo e dos Deuses. Já o evangelho de Tomé III(LELOUP,2012) nos convida a descobrir o reino que está dentro de nós, e fora de nós. Segundo ele, é a partir deste autoconhecimento, que compreendemos que somos filhos do pai vivo. Por sua vez, Sankofa,⁵(NOBLES,2009) nos ensina que: caso você esqueça quem você é, não é proibido voltar atrás para reconstruir!

Assim, diante destes conceitos multifacetados, podemos sugerir que o autoconhecimento é uma espécie de libertação do ser, construído através de um caminhar para a direção interna de si e diante deste conhecer, o ser estaria apto para compreensão do todo.

Contudo, o processo de conhecimento sobre si, tem como antecedente a noção e percepção de humanidade. É o princípio! É o grande regente que norteia e fundamenta as diversas maneiras de existir, e suas respectivas conexões. É aquilo que dá vida ao solo, que vincula cada raiz fincada, uma a outra, ainda que de matriz diversa, mas unidas em um mesmo solo.

Dentro de uma perspectiva Filosófica Afrocentrada, nós pertencemos a uma mesma força vital. A pessoa é humana porque pertence, participa, compartilha uns com os outros e assim cada um de nós faz parte do outro. O provérbio do povo *xhosa* nos ensina que cada partícula humana expressa-se diante das relações estabelecidas entre si. E a filosofia *Ubuntu* complementa, afirmando que em essência a humanidade é uma harmonização com a natureza. (Renato,2011).

Neste aspecto, a humanidade é a capacidade de você se vê em complemento de como você observa o outro e vice-versa. Assim, o status de humano põe afinco, a sustentabilidade na terra e os mais variados sistemas de conexão, com outro, consigo e com o universo (para os espiritualizados, o sagrado), contudo, quando esta condição é

⁵ Conjunto de símbolos ideográficos dos povos *Acã*, (grupo linguístico da África Ocidental).

suprimida e despossuída há um processo de adoecimento e morte física, mental e espiritual. “Porque por dentro já nos sentimos um pouco mortos.” (GONÇALVES, 2006, p.51) experiência traduzida no livro, Um defeito de cor de Ana Maria Gonçalves,⁶. Assim, a desumanidade é incompatível com a noção de vida.

Desta forma, é necessário lembrar que há quatro séculos, os mais variados povos africanos, que aqui desembarcaram, passaram por um processo de supressão dos diversos elementos que os forneciam a condição de humanidade. A objetificação do corpo africano, retirou a dignidade, liberdade, autodeterminação, atribuindo a ele, a condição civil de semovente, o que possibilitava legalmente a comercialização, não apenas da força de trabalho, mas do seu próprio ser. Tornando-se um “sujeito solúvel, fungível”, no dizer de Achille Mbembe (2019, p.15).

Assim, o processo de desumanização não se limitava a restrição de liberdade, era muito mais profundo, alcançava a autopercepção e autoestima do indivíduo, a partir da sua sujeição a uma condição animalésca: - “Foi só à luz do dia que percebi como parecíamos mesmo bichos, sujos e feios” (GONÇALVES,2006, p.51) - e para além disto, o direito ao nome original foi suprimido ao tempo em que passou por um processo de substituição cristã. A violência já se executa por si só, com esta afirmação acima, contudo é de suma importância que se diga que em algumas localidades em África, o nome é forma de conexão e comunicação com os deuses, com os ancestrais. - “Foi então que ficamos sabendo o motivo da demora no embarque dos homens, pois os brancos tinham batizado todos eles com nomes que chamavam de nomes cristãos, nomes de brancos” (GONÇALVES,2006, p.49).

Segundo Achille Mbembe (2019) o processo de escravização, transformou as pessoas de origem africana em negros, atribuiu a eles a condição de morto vivo, não humano, universalizou os sujeitos e racializou para facilitar o processo de desumanização.

O ser negro, como invenção colonial, era inferior, legitimado por Deus. Eles (negros) são estúpidos e ignorantes pois desconheciam o idioma, portanto nasceram para

⁶ Teremos a honra de citá-lo ao longo deste trabalho, todas às vezes que a minha afirmação solicitar uma voz mais latente para fundamentar o que se afirma

ser escravos. O processo de escravização promoveu um adestramento do corpo, da mente, e do espírito negando tudo que é genuíno naquele indivíduo, invertendo a lógica do equilíbrio.

Durante o processo de imersão à pesquisa, mais uma vez procurei reconstruir os ensinamentos ali aprendidos em forma de poesia para deixar um pouco mais leve, tal como blues, entre cantos e lamentos, a cada trincada de enxada para retirada de algodão a voz era ecoada, a descrição de como esta criação de pessoas racializadas (NEGRO) gera efeitos nas relações de forma intergeracional.

*Trezentos anos de um processo em expansão, de negação, desumanização. Trezentos anos! Três séculos para montar uma história e repassar para sua ancestralidade: um conto de tristeza e subalternidade, um conto que nos fez acreditar que até Deus achava que nós, fomos feitos para servir, apanhar e marginalizar! Tudo de caso pensado, para cada obstáculo? Novos pulos são criados! Escravos! Deus que falou! Burros! A natureza proclamou! Feios! Olha para você! Libertos, Servos! Mas não se preocupe, é típico de sua raça, o Darwinismo já cientificou. Aliás, Raça? Só tem uma: Humana! Mas ela não te contempla, aceita! **ESCRAVO, MARGINAL, TRAFICANTE, ASSASSINO, INIMIGO!** Se nenhum deles lhe couber, deve ser embranquecido, caso contrário, negro fugido: Bum! **Eliminado, Executado, Fundido! NEGRO!** (A autora)*

2.2.1 Negro!

“Tinha sete anos apenas, apenas sete anos. Que sete anos! Não chegava nem a cinco! De repente umas vozes na rua me gritaram: Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! ‘Por acaso sou negra?’ – me disse :SIM! “Que coisa é ser negra?” (Victória Santa Cruz).

Como o vento, a junção vocabular da poeta, negra, latino-americana, Victória Santa Cruz ecoa aos nossos ouvidos: ME GRITARON NEGRA! Ressonando a lembrança de como começaram a nos chamar, a nos gritar: na coletividade, na generalidade do vazio! Em grupo, para representar aquele que forjaram ser naturalmente inferior, anormal, o resto, materializado em uma existência objetificada e animalizada: NEGRO, NEGRA.

Para Mbembe (2019, p.30),

A África, de um modo geral, e o negro, em particular, eram apresentados como os símbolos acabados dessa vida vegetal e limitada. Figura excedente em relação a qualquer figura e, portanto, fundamentalmente infigurável, o negro em particular era o exemplo consumado desse ser-outro, vigorosamente forjado pelo vazio, e cujo negativo havia penetrado todos os momentos da existência a morte do dia, a destruição e o perigo, a inominável noite do mundo.

E é exatamente, aqui, na encruzilhada desta escrita, que compreenderemos: a criação do ser NEGRO, do ser NEGRA! “Negro: é aquilo que é incapaz de refletir a luz, é o que é sujo, ilegal, é vagabundo! O que representa feiura, às vezes, é o próprio xingamento. É sinônimo de funesto, fúnebre, é a própria morte. É o radical da terminologia grega clássica NECRO, a morte!” Os conceitos apresentados acima, estão à disposição para serem consultados, no Dicionário web.

Partindo deste pressuposto, em uma perspectiva conceitual, é necessário compreender que o signo negro “é um conceito novo, de cunho não natural, criado pela branquitude, assim, os africanos não se reconheciam, muito menos se autodeterminavam como negros”, como nos ensina Gabriel Nascimento (2019,p.91) em Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo.

Achille Mbembe (2019, p.30) em a Crítica a razão negra, complementa afirmando “que o substantivo do francês *nègre* (para nós “negro”) passa a ser usado de maneira intensificada nos últimos três séculos em que a escravidão negreira se concentrou.” É importante ressaltar que esta terminologia também foi direcionada aos povos indígenas, quando escravizados, deixando de ser usado 1775, quando foi proibido a escravidão destes povos, segundo Gabriel Nascimento (2019). Neste aspecto podemos sugerir que a palavra negra definia a experiência humana (sub-humana) na condição de escravo e em *parpipasso* seu valor econômico nas relações comerciais.

Assim,

o negro não existe, no entanto, enquanto tal. É constantemente produzido. Produzir o negro é produzir um vínculo social de submissão e um corpo de exploração, isto é, um corpo inteiramente exposto à vontade de um senhor, e do qual nos esforçamos para obter o máximo de rendimento. (MBEMBE,2019, p.40).

Portanto, a invenção do substantivo negro teve o objetivo de racializar um grupo de pessoas, como estratégia de colonização, atribuindo a este corpo uma noção naturalmente mercadológica, inferior, animalizada. Como resultado, esses sujeitos se

tornariam um corpo vivo, porém morto, que pode ser descartado em função de sua inferioridade e subumanidade que lhes é inerente.

Neste sentido, temos que

O processo de transformação das pessoas de origem africana em «negros», isto é, em corpo de exploração e em sujeitos de raça, obedece, em vários aspectos, a uma tripla lógica de ossificar, envenenar e calcificar. O Negro não é apenas o protótipo do sujeito envenenado e carbonizado. É aquele cuja vida é feita de restos calcinados. O substantivo «Negro» é depois o nome que se dá ao produto resultante do processo pelo qual as pessoas de origem africana são transformadas em mineral vivo de onde se extrai metal. Esta é a sua dupla dimensão metamórfica e econômica. Se, sob a escravatura, África é o lugar privilegiado de extração deste mineral, a plantação no Novo Mundo, pelo contrário, é o lugar da sua fundição, e a Europa, o lugar da sua conversão em moeda. Esta passagem do homem-mineral ao homem-metal e do homem-metal ao homem-moeda é uma dimensão estruturante do primeiro capitalismo. A extração é, de imediato, dilaceração ou separação de determinados seres humanos das suas origens de berço”(MBEMBE,2019, p. 78).

Portanto, atribuir ao indivíduo, a categoria negro, é atribuir a ele o signo de exclusão, embrutecimento, degradação, objetificação, é retirar dele qualquer similaridade com a humanidade e individualidade. É torná-lo propriedade, apto a ser explorado naturalmente. E por consequência, caracteriza aquele sujeito, como um não ser. Logo, aquele que foi nomeado de NEGRO é na ordem da modernidade, “o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa e o espírito em mercadoria”(MBEMBE,2019, p.19).

Assim, a criação da terminologia negro, legitima toda negociação, os processos desumanização e demonização destes corpos. Portanto, para Mbembe (2019,p.19) “ninguém nem aqueles que inventaram e nem quem foi englobado nesse nome gostaria de ser negro, ou na prática ser tratado como tal.”

Para Nobles (2009), esta construção se deu através da *maafa*, a qual se materializa através da negação da humanidade do africano, acompanhado pelo desprezo coletivo e contínuo ao seu direito de existir. *Maafa* autoriza a perpetuação de um processo sistemático de destruição física, espiritual dos africanos, de maneira coletiva e individual.

Neste aspecto temos,

Eu estava quebrado corpo, alma e espírito. Minha elasticidade natural foi esmagada, meu intelecto enlanguescido, a disposição para ler desaparecera, a fúria animada que dançava meus olhos morreu; a noite escura da escravidão fechou-se sobre mim, e eis um homem transformado em animal. (DOUGLAS,2021, p.79).

Nos relatos de Frederick Douglas (2021) em Autobiografia de um escravo, é possível entender qual era a condição deste corpo, denominado de negro, durante o período da colonização que a criou e escravizou. De certo, que o processo apropriação de pessoas através da escravidão, foi alicerce de todas as antigas civilizações, o qual foi se perdurando até as civilizações mais avançadas, deste modo, este instituto não surge do Racismo.

Contudo, o escravismo colonial descrito pela experiência de Douglas(2021), experimentado na América, possibilitou o nascimento de uma ideologia racista que passou a associar a cor da pele a condição de escravo, compondo um sistema de ideias para justificar o trabalho do cativo africano, naturalmente selvagem, bestial, de inteligência curta, idolatra, canibal, promíscuo, com vocação natural para o cativo, onde viveria sob a tutela dos brancos, momento em que tinha a possibilidade de alcançar, eventualmente, um novo e mais avançado estágio civilizatório, explica Laurentino Gomes(2019) autor do livro Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares.

Toda esta narrativa, explanada pelo historiador Laurentino Gomes, gera efeitos no tempo e não se encerra nem com a aprovação da Lei que põe fim formalmente a escravidão, nº 3.353/1888 -Lei Áurea:

A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador, o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembleia Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte:

Art. 1º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil.

Art. 2º: Revogam-se as disposições em contrário.

Manda, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. (BRASIL,1888, Lei Áurea).

Embora a Lei do Ouro, sugira em seu próprio nome: novos tempos, tempos áureos, de grande esplendor, o aporte jurídico, extremamente simplório em seu aspecto

formal, não deu conta de materializar mudanças significativas para aquelas pessoas que outrora eram consideradas pela nação legalmente como bens.

As relações intrapessoais, interpessoais, a psicopatologia envolvida no cerne da questão, a sub-humanidade a que o povo afrodescendente foi sujeitado, a supremacia dos brancos, nem tampouco o racismo, acesso a emprego/renda/educação/saúde foram matérias de restauração legal. Neste ponto, precisaremos concordar com Fanon(2008), quando ele conclui que a derrocada do povo negro foi o processo de escravização.

Assim, toda essa criação linguística não revertida tem reflexos destrutivos ao povo que passaram chamar de NEGRO.

Segundo Florestan Fernandes (1978),

o negro permaneceu sempre condenado a um mundo que não se organizou para tratá-lo como ser humano, como igual. Quando se dá a primeira grande revolução social brasileira, na qual esse mundo se desintegra em suas raízes abrindo-se ou rachando-se através de várias fendas, como assinalou Nabuco - nem por isso, ele contemplou com equidade as três raças e os mestiços que nasceram de seu intercruzamento. Ao contrário o negro e o mulato se viram compelidos a se identificar com o branqueamento psicossocial. Tiveram que sair de sua pele, simulando a condição humana-padrão do mundo dos brancos. O negro e o mulato têm de aceitar a padronização e a uniformização. a qual tem portas que não são intransponíveis. Para atravessá-la, porém, os negros e mulatos passam por um processo de abasileiramento. (FLORESTAN, 1978, p. 16).

Talvez, seja esta a maior realização do Racismo: A experiência de não pertencimento que diariamente é direcionado às pessoas negras. Vivência que esvazia a potência, enfraquece a força vital, tornando o corpo físico, mental, espiritual mais acessível ao processo de adoecimento nas suas mais diversas formas. Desta maneira, “o negro vive nos limites de sua segunda natureza e tem de aceitar e submeter-se às regras do jogo, elaboradas para os brancos, pelos brancos e com vistas a felicidade dos brancos.” (FLORESTAN, 1978, p. 17).

Neste sentido, é de suma importância a desconstrução da terminologia negro, como feita pelas expressões do Movimento Negro, para a reconstrução de uma identidade negra positiva e desvencilhada do processo do branqueamento que naturalmente a pessoas negras e pardas são seduzidas diariamente para “ascender na condição de ser.” (FANON,2008, p.27)

Observando todo esse dinamismo, há de se perguntar: e os direitos humanos neste processo de desconstrução?

2.2.2 E os direitos humanos? De um dia que a liberdade se comunicava com a escravidão!

Segundo BRAGATO (2014), os direitos humanos são apresentados como um desdobramento natural do pensamento liberal e das lutas políticas europeias da Modernidade, cujo liberalismo clássico e suas ideias de liberdade individual e igualdade formal são consideradas o núcleo duro destes direitos. A principal característica dessa tradição é o empoderamento dos indivíduos por meio da concessão de direitos decorrentes da autonomia e do exercício do livre-arbítrio, em razão de sua racionalidade.

A despeito da profunda complexidade da gênese e do desenvolvimento dos direitos humanos, que combinam desde direitos individuais a direitos coletivos e difusos, persiste um discurso em que a visão ocidental é predominante e, como tal, os vincula aos movimentos políticos e filosóficos produzidos no contexto europeu moderno. Trata-se não somente das lutas políticas inglesas, francesas e norte-americanas dos séculos XVII e XVIII, mas da tradição teórica racionalista da modernidade. A análise de textos recentes de duzentos e sete filósofos e historiadores contemporâneos dos direitos humanos permite que se observe a presença subjacente deste discurso, que é utilizado como uma premissa incontestável. (BRAGATO,2014, p.206).

Por aqui, não fugiremos à regra. Inauguraremos esta intensa e necessária discussão sem a surpresa de uma historicidade dos direitos humanos lastreada por uma versão eurocentrada e com pinceladas norte-americana, aliás este será exatamente o nosso foco. Seguiremos o rito da “história denominada dominante” e toda a universalidade que acompanha, sem a pretensão de problematizar a existência de outras dimensões, sobretudo as decoloniais, que colocam no bojo, outras formas de se entender a complexidade humana, bem como o exercício e gozo do direito a sua humanidade.

Neste sentido, tomando emprestado o conceito de Bobbio (2004, p.22), temos que “os Direitos Humanos são direitos históricos, nascem no início da Era Moderna, tornam-se um dos principais indicadores do processo histórico e ganham um sentido universal.” Como podemos perceber, esse processo de constituição dos Direitos Humanos articula discurso e história, e o sentido de sujeito humano. Deste modo, percorremos os caminhos e os discursos da historicidade da nação que renasce sob a égide da liberdade: Os Estados Unidos da América.

No final da Idade Moderna, em 1776, a Declaração de Direitos da Virgínia, anunciava o surgimento de uma nova perspectiva no gozo de um direito universal, inalienável, mas também natural. Era o direito à vida, à liberdade e até mesmo a busca pela felicidade. Em 1787, por sua vez, na Filadélfia, um documento de referência no mundo ocidental era escrito: A constituição dos Estados Unidos da América apresentando em seus escritos os direitos básicos do cidadão. Mas foi em 1791, através das primeiras dez emendas da constituição, que a declaração de direitos robusteceu o instrumento jurídico, com a finalidade de proteger os direitos de todos os cidadãos residentes no território norte americano. Deste modo, a Declaração de Direitos, protegia as liberdades fundamentais de todos os cidadãos. (BOBBIO,2004).

Saindo do solo das Américas e aterrissando em terras europeias, a exatos treze anos depois da Declaração de Virgínia, em 1789, um evento que transformaria a lógica, até então experienciada no mundo, estava acontecendo em território francês: a Revolução Francesa, norteada por ideais de igualdade, liberdade e fraternidade, capitaneada pela cientificidade do Iluminismo.

Abria-se a porta para um novo ciclo, o recomeço.

Os testemunhos da época e os historiadores estão de acordo em considerar que esse ato representou um daqueles momentos decisivos, pelo menos simbolicamente, que assinalam o fim de uma época e o início de outra, e, portanto, indicam uma virada na história do gênero humano. Um grande historiador da Revolução, Georges Lefebvre, escreveu: ‘Proclamando a liberdade, a igualdade e a soberania popular, a Declaração foi o atestado de óbito do Antigo Regime, destruído pela Revolução.’ (BOBBIO,2004, p.40).

Segundo Bobbio (2004), com a Revolução, iniciara-se uma nova época da história, com uma explícita referência à Declaração, cuja finalidade era, a seu ver, a de firmar os direitos naturais, dos quais a liberdade, é o principal, seguido pela igualdade diante da lei, enquanto não houver uma ulterior determinação.

Assim, a Idade Contemporânea, nascia, apresentando-se com características pujantes que sugerem e direcionam um olhar para o direito em uma dimensão amplificada, instrumentalizada pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

A DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO foi aprovada pela Assembleia Nacional, em 26 de agosto de 1789. A discussão que levou à aprovação se processou em dois tempos. De 1º a 4 de agosto, discutiu-se se se devia proceder a uma declaração de direitos antes da emanação de uma Constituição. Contra os que a consideravam inútil e contra os que a consideravam útil, mas devendo ser adiada, ou útil somente se

acompanhada de uma declaração dos deveres, a Assembleia decidiu, quase por unanimidade, que uma declaração dos direitos — a ser considerada, segundo as palavras de um membro da Assembleia inspiradas em Rousseau, como o ato da constituição de um povo — devia ser proclamada imediatamente e, portanto, preceder a Constituição (BOBBIO,2004, p.40).

O novo mundo, a partir daí, passou a conhecer uma nova forma de gozar os direitos naturais. E a partir daí, **todos os homens e cidadãos** puderam ecoar em uma só voz e dizer: **Então, livres, iguais e fraternos!** Tal como a formalidade fornecia.

Poético! E quanto ao processo econômico de escravização? Liberou a negrada?

2.2.3 Branco entra, negro sai!

Nos caminhos da história, as narrativas lastreada pela universalidade se esbarram nas encruzilhadas e algumas reflexões precisam ser realizadas:

No dia 26 de agosto de 1789, na França, foi anunciada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

Constituição jacobina, que é encabeçada pelo art. 1º, no qual se diz: ‘Finalidade da sociedade é a felicidade comum’; essa Constituição põe em primeiro plano o que é de todos em relação ao que pertence aos indivíduos, o bem do todo em relação ao direito das partes’. (BOBBIO,2014, p.42).

Em 1791, três anos após, da transformação mundial, anunciada por Bobbio(2004) acontecia em São Domingos, colônia Francesa (a mesma que declarou os Direitos do Homem e do Cidadão, citada acima), uma rebelião de negros escravizados e os libertos, com o objetivo de pôr o fim do sistema escravista, de equiparar dos direitos entre brancos e negros e a aquisição da independência da colônia sob a liderança de Toussaint Louverture e Jean-Jacques Dessalines, a qual durou até 1804, culminando na Independência do agora, Haiti.

O professor Marco Morel (2018, online), no artigo Além do medo, publicado na Revista Impressões Rebeldes, nos conta que

a Revolução do Haiti (nome da ex-colônia francesa de São Domingos após a Independência em 1804) representa uma referência maior na história. Por mais que tal afirmação soe ufanista e apologética, ela tem sentido preciso e situado historicamente. Desta revolução, resultou o único Estado nacional oriundo de uma insurreição de escravos no mundo; nas Américas, o primeiro país a abolir a escravatura e a segunda proclamação de Independência. Os protagonistas principais foram os trabalhadores escravizados da “Pérola das Antilhas” que, interligados paradoxalmente à Revolução Francesa, destruíram a escravidão, o domínio colonial, exterminaram a maioria da população branca e as tropas de Napoleão Bonaparte enviadas para combatê-los, derrotando militarmente três

potências coloniais: Espanha, Inglaterra e França. Gerou-se, então, o Haiti, nação resultante de um movimento rebelde e insurrecional que se transformou em revolucionário, prolongando-se em longa guerra civil e externa ao mesmo tempo, realizada por cativos, libertos e homens livres (negros, mulatos e raros brancos) que, por esta via, chegaram ao poder. Foi um processo marcado por violências de todos os lados, gerando a fama dos “horrores de São Domingos”. Mesmo formando uma grande ilha, o Haiti não estava isolado do mundo, e nem seus protagonistas se encontravam isentos de limites e contradições.

Note-se que a liberdade alcançada pelas pessoas negras residentes do Haiti, foi resultado de uma provocação, de um movimento de guerra, para adquirir um direito que há três anos foi declarado natural a todos os homens e cidadãos, resultado das revoluções do Haiti.

O fato é que com a Revolução Haitiana, tornou-se evidente que o projeto liberal iluminista não tornava todos as pessoas iguais e sequer faria com que todos os indivíduos fossem reconhecidos como seres humanos. Isso explicaria por que a liberdade não pode ser por todos partilhada. “Os mesmos que aplaudiram a Revolução Francesa viram a Revolução Haitiana com desconfiança e medo, e impuseram toda a sorte de obstáculos à ilha caribenha, que até os dias de hoje paga o preço pela liberdade que ousou reivindicar.” (ALMEIDA,2018, p.20).

Enquanto isso:

Kant ligava diretamente o aspecto que considerava positivo da revolução com o direito de um povo a decidir seu próprio destino. Esse direito, segundo Kant, revelara-se pela primeira vez na Revolução Francesa. E esse era o direito de liberdade num dos dois sentidos principais do termo, ou seja, como autodeterminação, como autonomia, como capacidade de legislar para si mesmo, como a antítese de toda forma de poder paterno ou patriarcal, que caracterizara os governos despóticos tradicionais. Quando Kant define a liberdade numa passagem da Paz perpétua, define-a do seguinte modo: “A liberdade jurídica e a faculdade de só obedecer a leis externas às quais pude dar o meu assentimento.” Nessa definição, era claríssima a inspiração de Rousseau, que definira a liberdade como “a obediência à lei que nós mesmos nos prescrevemos.” (Bobbio, 2014, p.40).

Já no século XIX,

o filósofo Hegel afirmava que os africanos seriam “sem história, bestiais e envoltos em ferocidade e superstição”. As referências a “bestialidade” e “ferocidade” demonstram como a associação entre seres humanos de determinadas culturas, incluindo suas características físicas, e animais ou mesmo insetos é uma tônica muito comum do racismo e, portanto, do processo de desumanização que antecede práticas discriminatórias ou genocídios até os dias de hoje. (ALMEIDA,2018, p.20).

Neste aspecto, há de se perguntar? Por onde andava a igualdade, liberdade e fraternidade? Em 1791 a constituição dos Estados Unidos da América reconheceu e garantiu o direito à vida, à liberdade e até mesmo a busca pela felicidade. Contudo, apenas em 1865, setenta e quatro anos depois, o Congresso proibiu oficialmente a escravidão nos Estados Unidos através da 13ª Emenda Constitucional, após a Guerra Civil.

Michael Kleef(2018, online), em 1863: Estados Unidos abolem a escravidão, afirma que em

1º de janeiro de 1863, entrava em vigor o Ato de Emancipação assinado pelo presidente Abraham Lincoln. O ponto central da lei era a libertação de cerca de 4 milhões de escravos negros. Na primeira fase do conflito, o Norte lutou pela unidade da nação e não pela abolição da escravatura. Tanto que o presidente Abraham Lincoln escreveu a um jornalista: "Se eu pudesse salvar a união sem libertar um único escravo, eu o faria"(...). Os Estados do Norte vincularam ao Ato de Emancipação de 1º de janeiro de 1863 uma reestruturação do sistema social do Sul. Os negros passaram a ser recrutados pelo exército nortista, mas a proclamação de Lincoln não significou uma abolição institucionalizada da escravatura. Os 4 milhões de negros ainda tiveram de esperar até dezembro de 1865, quando o Congresso proibiu oficialmente a escravidão nos Estados Unidos através da 13ª Emenda Constitucional.

Mais uma vez há de se perguntar? Por onde andava a universalidade no gozo dos Direitos? Poderíamos citar tantos outros episódios para ilustrar os desdobramentos dos Direitos Humanos e a sua (in)aplicabilidade em determinados corpos, aqui tais corpos será apresentado através do NEGRO.

Conscientes que:

(...)não se pode ignorar a contribuição e, até mesmo, o protagonismo ocidental em diversas áreas do conhecimento e na afirmação dos direitos humanos. Porém, essa contribuição não é absoluta, mas limitada e pontual. Neste sentido, explica Chandra Muzaffar que: Enquanto os direitos humanos expandiam-se entre o povo branco, os impérios europeus infringiam terríveis erros humanos sobre os habitantes de cor do planeta. A eliminação das populações nativas das Américas e da Australásia e a escravidão de milhões de africanos durante o tráfico de escravos europeu foram duas das maiores tragédias dos direitos humanos da época colonial. Claro, a supressão de milhões de asiáticos em quase toda parte do continente durante os longos séculos de dominação colonial também foi outra calamidade colossal dos direitos humanos. Colonialismo ocidental na Ásia, Austrália, África e América Latina

representou a mais maciça e sistemática violação dos direitos humanos já conhecida na história. (BRAGATO,2014, p.218).

Neste sentido, é necessário análise de cenário para compreender esta relação. No primeiro momento, é preciso compreender que estes movimentos que resultaram no reconhecimento do Direito Natural têm sua base fundamente superioridade do sujeito racional, o homem que pensa, este humano que existe exatamente a partir do ato de pensar, portanto deve ser colocado no centro de todas as coisas.

Os direitos naturais do homem nasceram como decorrência da superioridade intrínseca do sujeito racional, que é o centro do modelo antropocêntrico. Convencionou-se, a partir daí, que o conceito de direitos é tanto o fundamento quanto a culminação da visão moral, filosófica e legal da modernidade que a teoria dos direitos humanos teria incorporado. (BRAGATO, 2014, p.208).

Ainda, neste aspecto, segundo Bragato (2014) a ideia de racionalidade como critério de pertença à humanidade desempenhou um papel fundamental na determinação do estereótipo do sujeito dos direitos naturais. Porém, falhou como critério universal de determinação do humano, pois se mostrou fundamental para criar profundas divisões entre os seres humanos.

Para além disto, é de suma importância dizer que o reconhecimento de direitos intrínseco ao ser humano tinha como lastro um projeto liberal-burguês em ascensão, iluminado por ideias de liberdade, a partir do domínio das coisas de fato, de ser proprietário e todos os verbos que o acompanham: deter, gozar, dispor, alienar, fruir, reivindicar e por consequência, conquistar a capacidade de ser vista como pessoa.

Analisando-se os dispositivos de uma e de outra, os direitos declarados inatos e invioláveis – vida, liberdade e propriedade, assegurados pela igualdade formal diante da lei – articulam-se justamente em torno da ideia de sujeito racional e da viabilização do projeto liberal-burguês de sociedade. Guardadas as devidas distinções em relação ao contexto político das treze colônias britânicas da América do Norte, em 1776, e da França revolucionária, em 1789, as declarações produzidas por ambos possuíam nítida conotação burguesa e espírito individualista e, com isso, desencadearam a expansão capitalista, sacralizando a propriedade e instituindo a livre iniciativa, por meio do reconhecimento de uma liberdade quase ilimitada. Hannah Arendt observa que as declarações americanas e francesas representaram movimentos de recuperação e defesa dos direitos de propriedade, porque liderados por proprietários ainda desprovidos de poder político e basicamente por isso. (BRAGATO,2014, p.209).

Segundo Bobbio (2004), o direito da propriedade, o último artigo da Declaração é considerado “um direito inviolável e sagrado” assim, a sua segurança será definida, no art. 8º da Constituição de 1793, como “a proteção concedida pela sociedade a cada um de seus membros para a conservação de sua pessoa, de seus direitos e de suas propriedades”.

Nesta dimensão, o negro era a própria propriedade. Como ser considerado não pensante, não existia, não era homem, era coisa. Portanto, não era portador dos direitos naturais que foram consagrados como inerentes aos ser humano, por isso, Declaração do Direito do Homem e do Cidadão, branco entra, negro sai.

Assim, a construção discriminatória dos seres humanos por meio da concepção de raças tornou-se base para estudos que justificaram a exploração de determinados povos a partir de suas características.

Com a associação de seres humanos, como o caso dos africanos e indígenas da América, às características bestiais, a concepção de raça foi usada como justificativa para a invasão de terras e dominação de culturas e sociedades, com o discurso de levar a civilização a esses lugares. (SAMPAIO,2020, p.31).

Neste ponto, o espírito positivista surgido no século XIX transformou as indagações sobre as diferenças humanas em indagações científicas, de tal sorte que de objeto filosófico, o homem passou a ser objeto científico. A biologia e a física serviram como modelos explicativos da diversidade humana, a qual nasce, a partir da ideia de que características biológicas – determinismo biológico – ou condições climáticas e/ou ambientais – determinismo geográfico – seriam capazes de explicar as diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre as diferentes raças.

Desse modo,

a pele não branca e o clima tropical favoreceriam o surgimento de comportamentos imorais, lascivos e violentos, além de indicarem pouca inteligência. Por essa razão, Arthur de Gobineau recomendou evitar a “mistura de raças”, pois o mestiço tendia a ser o mais “degenerado” (ALMEIDA, 2020, p.21).

A respeito disto temos que

Esse tipo de pensamento, identificado como racismo científico, obteve enorme repercussão e prestígio nos meios acadêmicos e políticos do século XIX, como demonstram, além das de Arthur de Gobineau, as obras de Cesare Lombroso, Enrico Ferri e, no Brasil, Sílvio Romero e Raimundo Nina Rodrigues.” (ALMEIDA, 2020, p.21).

2.2.4 Raça, só tem uma! Qual? A branca!

Segundo o professor Silvio Almeida (2018),

há grande controvérsia sobre a etimologia do termo raça. O que se pode dizer com mais segurança é que seu significado sempre esteve de alguma forma ligado ao ato de estabelecer classificações, primeiro, entre plantas e animais e, mais tarde, entre seres humanos. A noção de raça como referência a distintas categorias de seres humanos é um fenômeno da modernidade que remonta aos meados do século XVI. Raça, portanto, não é um termo fixo, estático. Seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico. Assim, a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas. (ALMEIDA,2020, p.18).

O racismo, por sua vez, é um dos muitos produtos violentos oriundo da experiência colonial, a qual fundava-se a partir da racialização de pessoas, com a finalidade de objetificar os seus corpos e desumanizar de maneira contínua sua forma de existir. Neste contexto, o racismo se executa através de uma relação de poder, na qual, é necessário que as partes estejam em pólos de acesso ao poder hierarquicamente distintos.

Podemos dizer que

o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em vantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. (ALMEIDA,2020, p.20)

Neste sentido,

o preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertencem a um determinado grupo racializado, e que podem ou não resultar em práticas discriminatórias. Considerar negros violentos e inconfiáveis, judeus avaros ou orientais “naturalmente” preparados para as ciências exatas são exemplos de preconceitos. A discriminação racial, por sua vez, é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados. Portanto, a discriminação tem como requisito fundamental o poder, ou seja, a possibilidade efetiva do uso da força, sem o qual não é possível atribuir vantagens ou desvantagens por conta da raça. (ALMEIDA, 2020, p.23).

Como experiência de violência, o racismo viola o princípio fundante da dignidade da pessoa humana, nas suas mais diversas simbologias, ele queima, ferve, adoece em pequenas doses, dia após dia. Sistemáticamente, ele se estrutura e percorre de mãos dadas

com a formação do Brasil, durante todo o processo colonial e por consequência o pós-colonial.

A tese central é a de que o racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, o que queremos explicitar é que o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea. (ALMEIDA, 2020, p. 17).

Por dentro desta lógica, declarou-se a universalidade dos direitos:

O iluminismo tornou-se o fundamento filosófico das grandes revoluções liberais que, a pretexto de instituir a liberdade e livrar o mundo das trevas e preconceitos da religião, iria travar guerras contra as instituições absolutistas e o poder tradicional da nobreza. As revoluções inglesas, a americana e a francesa foram o ápice de um processo de reorganização do mundo, de uma longa e brutal transição das sociedades feudais para a sociedade capitalista em que a composição filosófica do homem universal, dos direitos universais e da razão universal mostrou-se fundamental para a vitória da civilização. Esta mesma civilização que, no século seguinte, seria levada para outros lugares do mundo, para os primitivos, para aqueles que ainda não conheciam os benefícios da liberdade, da igualdade, do Estado de direito e do mercado. E foi esse movimento de levar a civilização para onde ela não existia que redundou em um processo de destruição e morte, de espoliação e aviltamento, feito em nome da razão e a que se denominou colonialismo. (ALMEIDA, Silva, 2020, p.19).

Neste contexto, a RAÇA, fundamentada pela ciência, tornou-se o instrumento eficaz de seleção daqueles que seriam humanos ou não, por consequência, estariam aptos para o gozo de tais direitos.

Em terras brasileiras, por sua vez, defendíamos e vendíamos a nossa a grande capacidade de coexistência, através de uma expertise natural, produto da união das três raças.

Afinal, o outro Brasil vem aí:

Eu ouço vozes, eu vejo as cores, eu sinto os passos de outro Brasil que vem aí! Mais tropical, mais fraternal, mais brasileiro. O mapa desse Brasil em vez das cores dos estados terá as cores das produções e dos trabalhos. Os homens desse Brasil em vez das cores das três raças terão as cores das profissões e das regiões. As mulheres do Brasil em vez de cores boreais terão as cores variamente tropicais. Todo brasileiro poderá dizer: é assim que eu quero o Brasil e não apenas o bacharel ou o doutor, o preto, o pardo, o roxo e não apenas o branco e o semibranco. (FREIRE, 2006, p.06).

Este Brasil, imaginado pelos versos de Freyre (2006) foi o sustentáculo da mitologia democrática racial, desta forma, a criteriosa beleza dos verbos traduzidos em sonhos, nos coloca a refletir:

Que equilíbrio podem ter o negro e o mulato se são expostos por princípio e como condição de rotina, a formas de autoafirmação que são ao mesmo tempo forma de autonegação. No cume da ascensão ou no fim de um longo processo de aperfeiçoamento constante o indivíduo descobre que extrai seu próprio valor e o reconhecimento desse valor pelos outros, daquilo que em que ele não é, decididamente nem negro, nem mulato- Mas branco. Para os analistas superficiais esse imperialismo branco é normal e necessário. Isso por modo que fomos levados a crer que a integração nacional do Brasil depende dessa forma unilateral de realizar nossa unidade nacional. (FLORESTAN, 1978 p.15).

Sobre isso, Florestan Fernandes (1978) nos ensina admitir que o mito da democracia racial, é uma tecnologia que recria mitos paralelos os quais disfarçam a realidade e apresenta uma relação de ficção harmoniosa.

O fato é que enquanto éramos vendidos como verdadeiros exemplos de democracia racial e convívio pacífico, o racismo operava através do poder estatal, criminalizando a sacralização ancestral, a capoeira, o ócio e como se não fosse suficiente ele também naturaliza esta normatização. A exemplo de:

Art. 59. Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita:
Pena – prisão simples, de quinze dias a três meses.
Parágrafo único. A aquisição superveniente de renda, que assegure ao condenado meios bastantes de subsistência, extingue a pena.
(BRASIL. DECRETO-LEI. 3688. 03 de outubro de 1941).

O racismo de fato, estabelece um processo de animalização de pessoas, impõe a etiqueta da feiura, no mesmo passo que seleciona as pessoas que estão aptas para cometer delitos e na mesma medida para responder por eles. Seleciona pessoas que pode morrer, pode deixar morrer, como nos ensina Mbembe (2019), o racismo é uma ferramenta que naturaliza a morte e a aprisionamento das pessoas negras.

Desta forma, a tecnologia de violência racial, retira a possibilidade de boa aparência e lhe entrega a ruindade nos fios do cabelo e com o mesmo respaldo sexualiza a beleza dos corpos. O Racismo aprisiona o corpo, a alma e a mente sistematicamente do sujeito negro. E a porta de uma semiliberdade é apresentada pelo caminho do branqueamento.

2.2.5 No Caminho do branqueamento

Até aqui, compreendemos como a tecnologia da colonialidade forjou e forja nossas experiências, modos e maneiras de saber, de existir e de se relacionar, a partir de um modelo universalizante, do mesmo modo que produziu a criação do negro acompanhado do processo de racialização, desumanização e o seu reposicionamento social à margem, em contraponto ao sujeito referencial branco.

Neste modo, a partir da dinâmica relacional imposta, se faz necessário o entendimento contextual de como esta elaboração se materializou no Brasil e em que medida gera efeitos na pós-modernidade.

Para tanto, caminharemos em uma estrada de retorno, a qual nos coloca à postos nos pós abolição, alocado em uma encruzilhada local que encontramos uma monarquia constitucional em despedida, ao passo em que nos deparamos com o surgimento de uma Oligarquia absoluta.

O professor Kabengele Munanga (2020) em discutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra, nos direciona nesta discussão afirmando que:

O fim do sistema escravista em 1888, coloca aos pensadores brasileiros uma questão até então não crucial: a construção de uma nação e de uma identidade nacional. Ora, esta se configura problemática tendo em vista uma nova categoria de cidadãos: os ex-escravizados negros. Como transformá-los em elementos constituintes da nacionalidade e da identidade brasileira, quando a estrutura mental herdada do passado, que os considerava apenas coisas e força animal de trabalho, ainda não mudou? (MUNANGA, 2020 p.54)

Assim, neste cenário descrito pelo professor Munanga (2020), se fazia necessário organizar a nação, que mais tarde tornar-se-ia uma república moderna, a qual não dialogava com a presença daquela nova categoria de cidadão, portanto providências eram imprescindíveis e precisavam ser tomadas.

Para entendermos melhor o contexto desta questão, é necessário buscarmos os antecedentes no período pré-abolicionista, que culminou com a assinatura da Lei Áurea no dia 13 de maio de 1888, para tanto, recorreremos Psicóloga Maria Aparecida Bento, (2016) diretora do Centro de Estudos da Relações de Trabalho e Desigualdade (CEERT),

a qual afirma que naquele período foi desenvolvido vários argumentos a favor da extinção do regime de produção colonial.

Mas o grande entrave para a esperada evolução brasileira, com a cara da Europa, estava em constante permanência: a soma de pessoas negras, que circulavam pelas cidades brasileiras, oferecendo outra imagem de Brasil, distante do modelo que se esperava de Ordem e Progresso, lema fixada na bandeira nacional. Então, como seria possível tornar o Brasil, uma nação com a cara europeia? Antes de convidar nossas autoras e autores reconhecidos no tema, para destrincharmos melhor sobre este assunto, preciso confessar que diante desta pergunta, fiz uma reflexão, com olhar atento na pós modernidade e por lá encontrei que a única forma possível de transformar um Brasil que tinha como regime econômico, a escravidão de pessoas negras, ou seja, com o consentimento estatal, sendo estas, apenas bens de consumo/ serviço, era desfazer/esconder/eliminar esta “carga”, já que naquele instante, não mais possuíam valor de mercado. Talvez os verbos, por aqui ilustrados pudessem ser outros, os quais dialogariam melhor com a realidade vigente: encarcerando o corpo/mente, matando, deixando morrer (ativa ou passivamente) e se não houver outro modo, embranquecendo.

Recorrendo ao nossos acadêmicos na temática, o professor Munanga nos explica que:

A pluralidade racial nascida no processo colonial representava, na cabeça da elite, uma ameaça e um grande obstáculo no caminho da construção que se pensava branca, daí porque a raça tornou-se o eixo do grande cenário nacional que se travava a partir do final do século XIX e que repercutiu até meados do século XX. (MUNANGA, p.54,2020).

E então? O que fazer dos negros e dos seus descendentes? Estas pessoas representavam para elite brasileira, o atraso. Desta forma, como integrá-los (excluí-los) no mundo dos negócios capitalistas e da mão de obra livre e qualificada para a industrialização do país? Era não apenas necessário, mas imprescindível, criar estratégias para que a sociedade brasileira tivesse a cara da Europa, a aparência da evolução.

Aqui, preliminarmente, é preciso dizer que não houve, por parte dos liberais, nenhuma preocupação concreta de medidas relativas aos escravos libertos, nem tampouco, com o destino da população negra.

Os seus argumentos visavam ou tinham como destinatário as elites brancas, de modo a convencê-las de que a imigração aumentaria o coeficiente de “massa ariana” no país: o cruzamento e o recruzamento acabariam por branquear o Brasil num futuro próximo ou remoto. De outro modo, houve quem pensasse a solução da questão do negro após a abolição deveria ser a extradição e a fundação de colônias na África, ou ainda, como Sylvio Romero defendia, a manutenção da escravidão até que os negros sucumbissem no terreno econômico pela concorrência do trabalho livre do imigrante europeu. (BENTO,2016, p.18).

Segundo Cida Bento (2016), esses argumentos em favor do branqueamento são originários de “uma adaptação brasileira da ‘teoria científica’ de Joseph Arthur Gobineau, o qual afirmou, após uma visita ao Brasil em 1869 que:”

nem um só brasileiro tem sangue puro, porque os exemplos de casamentos entre brancos e negros são tão disseminados que as nuances de cor são infinitas, causando uma degeneração do tipo mais deprimente tanto nas classes baixas como nas superiores. (SKIDMORE, Th.E.1976, p.46 apud BENTO,2016, p.17).

Neste contexto, a professora Lília Schwartz (1993) em o espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930, explica que o Brasil era descrito como uma nação composta por raças miscigenadas, a qual estava em processo de transição. Ou seja, o país estava temporariamente miscigenado, mas com vias ao alcance da branquitude brasileira, através de ferramentas as quais oportunizassem o branqueamento da sociedade.

Desta forma, uma tal sociedade seria construída, em alinhamento, com a movimentação rumo à modernidade, com o intuito de gozar da brancura disponível, era estabelecido uma universalização do ser humano ideal, padronizado, o qual deveria ser o parâmetro a ser alcançado, tal como uma demonstração evolutiva. Era, ele, o homem branco, sinônimo de civilidade natural e não apenas ele, mas os seus modos de ser e existir no mundo, com toda sua subjetividade, sua epistemologia e sua forma de poder, atributos legitimados pela colonialidade trabalhada anteriormente.

Neste contexto, Lia Schucman (2014, p.38) em seu livro Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: Branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo nos ensina que “a branquitude começa a ser construída como um constructo ideológico de poder, em que os brancos tomam sua identidade racial como norma e padrão, e dessa forma outros grupos aparecem ora como margem, ora como desviantes, ora como inferiores.”

Para a efetivação deste novo modelo de ser, único, universal e padrão utilizou-se do aparato científico para legitimar toda a política rumo a formação da sociedade brasileira, sua modernização e toda a sistemática montada com vistas a política de embranquecimento ocorrida em nosso país. A professora Schwartz (2007, p.60), afirma que

a partir de 1880, a Eugenia cumpria metas diversas. Como ciência, ela supunha uma nova compreensão das leis da hereditariedade humana, cuja aplicação visava a produção de nascimento de desejáveis e controláveis, enquanto os movimentos sociais preocupavam-se em promover casamentos entre seu próprio grupo- talvez o mais importante- desencorajar certas uniões nocivas à sociedade. Em outras palavras, a Eugenia- o bem-nascido, terminologia criada por Francis Galton, nada mais do que um estudo sobre o processo de aperfeiçoamento /degeneração das raças na perspectiva mental e física, os quais gerarão efeitos para gerações futuras.

Neste aspecto, o ponto de partida para o processo de assimilação das ideias eugênicas foi a educação, para tanto, a Constituição Federal Brasileira de 1934, trazia em seu bojo, no artigo 138- b, o incentivo da educação eugênica nas escolas. Assim, a educação passa a ser o grande modulador deste sujeito universal.

No mesmo caminho, as ciências médicas deram conta de assegurar a inferioridade das pessoas negras, as quais “demonstravam cientificamente” a disfunção orgânica deste corpo que era a representação do não ser, do atraso, da não evolução, da animalização, restando, desta forma, evidente, sua predileção pelo crime e pela loucura, portanto este corpo deveria ser de qualquer modo vigiado, encarcerado, interrompido.

No ponto de vista jurídico, as leis em vigência deram conta de providenciar a retirada do povo negro na garantia dos direitos fundamentais, quer seja pela privatização legal do acesso à terra, através da Lei de Terras- Lei n. 601 de 18 de Setembro de 1850, pela proibição jurídica ao acesso à Educação de escravos, pretos africanos ainda que seja, livres ou liberto negras através da Lei n. 1 de 14 de Janeiro de 1837, bem como a criminalização cultural (Proibição do Candomblé, Proibição da Capoeira) e o aprisionamento dessas pessoas através da lei da vadiagem através do Decreto n. 847 de 11 de Outubro de 1890).

Neste sentido temos que

(...)tanto na Europa como nas Américas, eles defendiam as concepções racialistas, segundo as quais as raças não só eram definidas pelas características físicas comuns, mas também pelas diferenças mentais transmitidas por hereditariedade. Do ponto de vista político, supunham que as

raças com maior desenvolvimento evolutivo deveriam civilizar, tutelar ou absorver as raças com desenvolvimento num estágio inferior. Sem dúvida alguma, os positivistas foram os principais articuladores de argumentos pró-branqueamento da população negra após a Abolição, com uma postura otimista diante da mestiçagem entre negros e brancos, índios e brancos etc. (BENTO,2016, p.18).

Sendo assim, a formação da sociedade brasileira se deu através de normatização de saberes e identidades, no mundo, recriado não apenas para o branco, mas projetado para ser antinegro. Portanto, ainda que houvesse uma decisão jurídica, (Lei Áurea- Decreto Lei de 3.353 de 13 de maio de 1888) as pessoas negras, embora na condição de livres, eram lidos como não cidadão, a partir de um universo, no qual o exercício da cidadania foi projetado e dirigido para pessoas brancas. Assim sendo, quanto mais próximo da brancura, mais próximo se estaria da cidadania e por consequência do gozo da humanidade.

Em síntese, tornar-se branco, era/é uma providência imediata para a sobrevivência das pessoas negras, sendo, supostamente, o embranquecimento, a porta de entrada pela qual a pessoa negra precisava acessar. Por isso, acessar os elementos da brancura, é ter um possível acesso ao gozo do privilégio de ser tratado com urbanidade, alteridade, de ser vinculado à humanidade.

Desde modo temos

O branqueamento, todavia, não poderia deixar de ser entendido também como uma pressão cultural exercida pela hegemonia branca, sobretudo após a Abolição da Escravatura, para que o negro negasse a si mesmo, no seu corpo e na sua mente, como uma espécie de condição para se “integrar” (ser aceito e ter mobilidade social) na nova ordem social. (BENTO,2016, p.16)

E para deixar ainda mais curiosa a discussão, precisamos dizer que no Brasil, segundo a psicóloga Maria Aparecida (2016, p.30),

o branqueamento é frequentemente considerado como um problema do negro que, descontente e desconfortável com sua condição de negro, procura identificar-se como branco, miscigenar-se com ele para diluir suas características raciais. Na descrição desse processo o branco pouco aparece, exceto como modelo universal de humanidade, alvo da inveja e do desejo dos outros grupos raciais não brancos e, portanto, encarados como não tão humanos. Na verdade, quando se estuda o branqueamento constata-se que foi um processo inventado e mantido pela elite branca brasileira, embora apontado por essa mesma elite como um problema do negro brasileiro. Considerando (ou quiçá inventando) seu grupo como padrão de referência de toda uma espécie, a elite fez uma apropriação simbólica crucial que vem fortalecendo a autoestima e o autoconceito do grupo branco em detrimento dos demais, e essa apropriação acaba legitimando sua supremacia econômica, política e social. O

outro lado dessa moeda é o investimento na construção de um imaginário extremamente negativo sobre o negro, que solapa sua identidade racial, danifica sua autoestima, culpa-o pela discriminação que sofre e, por fim, justifica as desigualdades raciais.

E é exatamente, por esta razão, que começaremos nossa discussão neste ponto específico, colocando no cerne da problemática, na centralidade, aquele que se colocou no centro, sem racializar-se, impondo-se como universal, a norma, distribuindo às pessoas etiquetas racialmente identificáveis.

Neste aspecto, Cida Bento (2016, p.31) afirma que “o branco pouco aparece, exceto como modelo universal de humanidade, alvo da inveja e do desejo dos outros grupos raciais não brancos e, portanto, encarados como não tão humanos.”

Este "modo" de correlação, é o que o intelectual camaronês Achille Mbembe (2013) em *A crítica a razão negra*, vai chamar de alterocídio, isto é, a construção do outro não como semelhante a si, mas um dessemelhante, um mero objeto, de valor ameaçador, do qual é preciso se proteger, desfazer, destruir.

A psicóloga e escritora portuguesa Grada Kilomba (2019, p.67) em *Memórias de uma plantação: Episódios de racismo cotidiano*, apresenta, por sua vez, “a terminologia ‘Outridade’ que é a personificação de aspectos repressivos do ‘eu’ do sujeito branco”. Em outras palavras, nós nos tornamos a representação mental daquilo com o que o sujeito branco não quer se parecer.”

O “Outro” (leia-se o não branco) torna-se, assim, balizador da identidade branca; ela, por sua vez, passa a ser reafirmada na oposição com o não branco. Processo que pode ser interpretado tanto do ponto de vista da necessária diferenciação para constituição da identidade, como pela perspectiva danosa apontada por Bento como “falsa projeção”, isto é: [...] o mecanismo por meio do qual o sujeito procura livrar-se dos impulsos que ele não admite como seus, depositando-os no outro. Aquilo, portanto, que lhe é familiar, passa a ser visto como algo hostil e é projetado para fora de si, ou seja, na ‘vítima em potencial’. (BENTO, 2009, p. 38).

Assim, diante deste cenário é imprescindível compreender a perspectiva que emerge quando deslocamos o olhar que está sobre os “outros” racializados, “os considerados ‘grupos étnicos’ ou os ‘movimentos identitários’ para o centro, onde foi colocado o branco, o ‘universal’, e a partir de onde se construiu a noção de raça”. (BENTO, 2016, p.09).

Portanto, aqui seguiremos o conselho da nossa mais velha, Maria Aparecida Bento (2016): A branquitude será a nossa próxima parada.

2.2.6 A Branquitude

Na verdade, o legado da escravidão para o branco é um assunto que o país não quer discutir, pois os brancos saíram da escravidão com uma herança simbólica e concreta extremamente positiva, fruto da apropriação do trabalho de quatro séculos de outro grupo. Há benefícios concretos e simbólicos em se evitar caracterizar o lugar ocupado pelo branco na história do Brasil. Este silêncio e cegueira permitem não prestar contas, não compensar, não indenizar os negros: no final das contas, são interesses econômicos em jogo. Por essa razão, políticas compensatórias ou de ação afirmativa são taxadas de protecionistas, cuja meta é premiar a incompetência negra (CARONE; BENTO, 2016, p.33).

Em Branquitude: Estudos sobre a identidade Branca no Brasil (MULLER; CARDOSO, 2017) é possível compreender que o racismo sintetiza estruturas de poder, as quais geram efeitos em todas as pessoas, o que aparentemente altera, é a lesividade desses efeitos, como demonstrado nos estudos acima.

Partindo, dessas duas dimensões trazidas, podemos aferir o caráter relacional da construção das **Raças** (através de um sistema de dominação), assim observamos a criação de uma branquitude em pleno gozo de privilégios dirigidas às pessoas brancas, na mesma medida que é criado o racismo, para impedir o acesso de direitos das pessoas negras. Seguindo este pressuposto temos que

existe um elemento que se mostra coligado à identidade do branco: o poder associado à identidade branca. A ideia de hierarquização cultural e racial, primeiramente imposta pelo colonialismo, foi motriz da constituição dessa concepção de identidade forjada não s (Muller, 2017)ó na oposição ao “Outro”, mas, necessariamente, na sua subordinação. (MULLER; CARDOSO, 2017, p.26).

Deste modo, o Racismo é apresentado como o grande regente das relações interpessoais (Estado, Instituição, entre indivíduos) e relações intrapessoais (o indivíduo consigo). Para professora Bento (2016, p.28) “o racismo, a despeito de todas as leis antidiscriminatórias e da norma politicamente correta da indesejabilidade do preconceito na convivência social, apenas sofreu transformações formais de expressão.”

E por conseguinte, determina através de um invisível estado de **Branquitude**, a permanência no gozo de privilégios transmitidos naturalmente, em um ritmo simbólico e estrutural.

Não é posto nem é dito, mas pressuposto nas representações que exaltam a individualidade e a neutralidade racial do branco – a branquitude – reduzindo o negro a uma coletividade racializada pela intensificação artificial da visibilidade da cor e de outros traços fenotípicos aliados a estereótipos sociais e morais. (CARONE;BENTO,2016, p.28).

Assim, é possível garantir o *status quo*.

As consequências são inevitáveis: a neutralidade de cor/raça protege o indivíduo branco do preconceito e da discriminação raciais na mesma medida em que a visibilidade aumentada do negro o torna um alvo preferencial de descargas de frustrações impostas pela vida social. (CARONE;BENTO,2016, p.28).

Portanto, **Raça, Racismo e Branquitude**, são conceitos interativos, os quais, como em cadeia, se retroalimentam entre si. São os verdadeiros produtos do processo de colonização os quais, tornaram-se ferramentas que viabilizam o exercício da colonialidade na pós-modernidade.

Logo,

uma leitura crítica cuidadosa da reluzente cultura global confirma a necessidade de manter as definições de negritude e da branquitude relacionadas entre si, analisando-as como abstrações, sem perder de vista as situações e contextos específicos em que a raça é posta em jogo. [...] Para isso, é necessário sustentar uma dimensão internacional no estudo da branquitude que direcione o foco para a identidade racial dominante, as maneiras como o racismo escora a injustiça social e estrutura a desigualdade. (WARE,2004, p.17 apud SCHUCMAN,2014, p.45).

Ainda sobre isso temos que:

A despeito dessas disputas em torno da origem desses estudos, há pelo menos um ponto consensual: a branquitude é considerada como produto da dominação colonial europeia, estando diretamente relacionada à supremacia branca global, sendo impossível compreendê-la desconsiderando as relações de poder que lhe deram origem. (FRANKENBERG, 1995; HARRIS, 1993; STEYN, 2004 apud MULLER; CARDOSO, 2017, p.79).

Em suma, a branquitude

é um constructo ideológico extremamente bem-sucedido do projeto modernista de colonização [...] um constructo do poder: os brancos, como grupo privilegiado, tomam sua identidade como a norma e o padrão pelos quais os outros grupos são medidos. (FRANKENBERG, 1995; HARRIS, 1993; STEYN, 2004 apud MULLER; CARDOSO,2017, p.80).

Destarte,

os resultados dos estudos empreendidos até então, demonstram que a branquitude deve ser interpretada como elemento resultante da estrutura colonialista que, por sua vez, “configurou, efetivamente, a estrutura de poder mundial durante todo o século XX e até hoje, apesar do sucesso dos movimentos anticolonialistas de libertação”. (WARE,2004, p.08 apud. MULLER; CARDOSO,2017, p.21)

Por tudo isso, a branquitude é assim entendida, “como resultado da relação colonial que legou determinada configuração às subjetividades de indivíduos e orientou lugares sociais para brancos e não brancos. (MULLER; CARDOSO,2017, p.22).

Isto posto, faz-se necessário trazer no bojo desta discussão o conceito de branquitude. Para tanto, é importante sabermos que o estudo desta temática tem sua geografia principiológica nos EUA, com as pesquisas realizadas preliminarmente pelo intelectual e ancestral W. E. B. Du Bois (1920, 1935), o qual abriu as portas desta grande empreitada epistemológica, permitindo que o acesso desta estrada com diversos outros entrecruzamentos fossem passagem de outros intelectuais. Desta maneira temos que:

Os estudos críticos da branquitude nasceram da percepção de que era preciso analisar o papel da identidade racial branca enquanto elemento ativo nas relações raciais em sociedades marcadas pelo colonialismo europeu. Percepção esta que esteve presente nos estudos de intelectuais como W. E. B. Du Bois (1920, 1935)4; Frantz Fanon (1952)5; Albert Memmi (1957)6, Steve Biko (1978)7 e Alberto Guerreiro Ramos (1957) hoje compreendidos como precursores dos estudos sobre a branquitude (MULLER; CARDOSO, 2014,p.20).

Ainda segundo, Muller e Cardoso (2017, p.20)

tais intelectuais, em diferentes contextos históricos e sociais, chamaram a atenção para os efeitos da colonização e do racismo na subjetividade não só do negro, mas, sobretudo, do branco. Leitura que desafiava a interpretação unívoca a qual via o negro como “objeto de estudo”, “tema de estudo” privilegiado para compreensão das relações raciais, tornando ileso a participação do branco neste processo.

Portanto, os estudos da Branquitude surgem com “uma ferramenta capaz de fazer emergir o pensamento racial, mais especificamente a subjetividade do branco, em contextos aparentemente não racializados”. (MULLER; CARDOSO,2017 p.20).

E neste ponto, é necessário alinhar mais uma vez a nossa teia conceitual: a criação de sistema hierárquico de raças, que apresentou o Racismo como ferramenta que norteará as formas de se relacionar e a Branquitude como mantenedora do sistema de privilégios.

Deste modo, estes conceitos, como produtos que são de um mesmo gênero (**COLONIALIDADE**) devem ser interligados e confluentes.

Muito embora a branquitude e a negritude sejam produto de valores e interesses distintos, ambos são categorias históricas e relacionais. Como afirma D'Ávila: [as] associações negativas entre brancura e valores estão estritamente relacionadas àquelas avaliadas como positivas, já que a positividade de ser branco foi quase sempre referida nos depoimentos em contraposição à negatividade de ser negro, de onde surge a concepção de brancura como opressão. Desse modo, negritude e brancura são construções que, embora opostas, se reforçam mutuamente. (D'ÁVILA,2006, p.27, apud MULLER; CARDOSO,2017, p.73).

A partir deste pressuposto, temos que a **Branquitude** é o lótus do privilégio, do poder e da ideologia. A branquitude é o lugar da autopercepção a partir de si mesmo, não através de uma coletividade.

Um branco é apenas e tão somente o representante de si mesmo, um indivíduo no sentido pleno da palavra. Cor e raça não fazem parte dessa individualidade. Um negro, ao contrário, representa uma coletividade racializada em bloco – cor e raça são ele mesmo (CARONE;BENTO,2016, p.22).

Parece uma constatação que beira a infantilidade, mas o fato é que os brancos não são representantes de uma raça, ao contrário,

constroem-se enquanto referência universal de humanidade, e o silêncio em torno da identidade branca, na verdade, reforça esse status de neutralidade. Ao tornar-se invisível, a branquitude tende a se apresentar como o estado normal e universal do ser, o padrão pelo qual tudo é medido e a forma com a qual os desvios são avaliados. Nesse sentido, a branquitude funcionaria como privilégio racial sustentando a chamada supremacia branca, responsável pela dominação de outros grupos raciais. (MULLER; CARDOSO,2017, p.80).

Desta forma, a branquitude e seus elementos são apresentados como se fossem o ponto de partida, e está próximo desta referência é gozar de uma humanidade plena. Em outras palavras, a expressão da branquitude é o estado normal do funcionamento das coisas e a sua estética, conhecimento, religião, história, experiências são apontadas em uma perspectiva intimamente ligada à universalidade, portanto, alcançar as proximidades de sua expressão é alcançar o status de humano. Tudo isso devidamente estruturado e naturalizado, e em complemento à complexidade do Racismo Estrutural, eis aqui o privilégio estrutural.

Para adensar a compreensão sobre este conceito, recorreremos ainda a um quadro de “marcação” da branquitude apresentado por Frankenberg (2004) a partir dos resultados de seus estudos. No quadro, essa autora elenca oito elementos estruturais a esse conceito:

1. A branquidade é um lugar de vantagem estrutural nas sociedades estruturadas na dominação racial;
2. A branquidade é um ‘ponto de vista’, um lugar a partir do qual nos vemos e vemos os outros e as ordens nacionais e globais;
3. A branquidade é um lócus de elaboração de uma gama de práticas e identidades culturais, muitas vezes não marcadas e não denominadas como nacionais ou ‘normativas’, em vez de especificamente raciais;
4. A branquidade é comumente redenominada ou deslocada dentro das denominações étnicas ou de classe;
5. Muitas vezes, a inclusão na categoria ‘branco’ é uma questão controversa e, em diferentes épocas e lugares, alguns tipos de branquidade são marcadores de fronteiras da própria categoria;
6. Como lugar de privilégio, a branquidade não é absoluta, mas atravessada por uma gama de outros eixos de privilégio ou subordinação relativos; estes não apagam nem tornam irrelevante o privilégio racial, mas modulam ou modificam;
7. A branquidade é produto da história e é uma categoria relacional. Como outras localizações raciais, não tem significado intrínseco, mas apenas significados socialmente construídos. Nessas condições, os significados da branquidade têm camadas complexas e variam localmente e entre locais; além disso, seus significados podem parecer simultaneamente maleáveis e inflexíveis;
8. O caráter relacional e socialmente construído da branquidade não significa, convém enfatizar, que esse e outros lugares raciais sejam irreais em seus efeitos materiais e discursivos. (FRANKENBERG,2004, p.312 apud MULLER CARDOSO,2017, p.25).

Portanto, a branquitude é um instituto normatizador e como dito anteriormente, correlacional, logo, é necessário a existência da outridade (construção do outro), para este posicionar-se às margens da normalidade central que a branquitude apresenta.

Desta maneira, para a manutenção do que a branquitude se propõe é necessário a existência da Raça e do Racismo. Assim, à medida que se distribui privilégios, distribuem-se restrições, deste modo, se há um grupo naturalmente privilegiado (estruturalmente), na mesma linha, há um grupo excluído, participante da mesma estrutura.

Neste ponto temos que

As diferenças sociais comumente marcadas pelo racismo apontam para como a branquidade confere status para além dos corpos e transforma o privilégio em um determinante social que não apenas atribui vantagens, mas as coloca como barreira para a ascensão daqueles a quem nega direitos. (MULLER; CARDOSO,2017, p.62).

Depreende-se que

é no privilégio de ser branco que se esconde a base para manutenção desse status quo, tendo em vista que ele se sustenta por um tripé de mazelas sociais que afetam negativamente a identidade negra na sua totalidade. Fazem parte desse tripé: a construção negativa de subjetividades individual e/ou coletiva; a negação de direitos para negros; e a descaracterização da discussão racial. (MULLER; CARDOSO,2017, p.61).

A discriminação racial teria como “motor a manutenção e a conquista de privilégios de um grupo sobre outro, independentemente do fato de ser intencional ou apoiada em preconceito o que se apresenta com a teoria da discriminação com base no interesse: privilégio branco” (CARONE;BENTO,2016, p.33).

Segundo a psicóloga Cida Bento (2015, p.47), no Pacto da Branquitude

o privilégio branco é entendido como um estado passivo, uma estrutura de facilidades que os brancos têm, queiram eles ou não. Ou seja, a herança está presente na vida de todos os brancos, sejam eles pobres ou antirracistas. Há um lugar simbólico e concreto de privilégio construído socialmente para o grupo branco. Por sua vez, o conceito de prerrogativa branca diz respeito a uma posição ativa, na qual brancos buscam, exercitam e aproveitam a dominação racial e os privilégios da branquitude.

Para que todos esses conceitos sejam colocados em prática de forma natural, é necessário uma programação fática e silenciosa de interação entre a margem (e toda a simbologia linguística atribuída a terminologia negro e suas variações, já discutida anteriormente) e o centro, que se expressa como norma.

Nesse sentido temos:

Os europeus, brancos, foram criando uma identidade comum que usou os africanos, negros, como principal contraste. A natureza desigual dessa relação permitiu que os brancos estipulassem e disseminassem o significado de si próprios e do outro através de projeções, exclusões, negações e atos de repressão. (BENTO,2015, p.18).

A partir desta construção o que encontramos? O Branco representado pela a bondade e o Negro, a maldade; o Branco, a beleza e o Negro, a feiura; o Branco é a humanidade, razão e desenvolvimento e o Negro, a natureza e o atraso; o Branco é o sujeito e o Negro, mero “objeto em meio a outros objetos”. (FANON, 2008, p. 103).

O colonizado – o Servo (HEGEL, 1999) – participa do processo de produção e reprodução da vida apenas por intermédio de seus músculos, ou seja, de sua força de trabalho. É verdade que, para usar o músculo, ele necessita de um cérebro e de pensamentos, sonhos, motivações, desejos, ambições, mas esses elementos, geralmente, só são reconhecidos no Senhor. Em um sentido estrito, não é esperado que o colonizado pense, sinta ou produza significado relevante sobre si e o mundo, mas caso e/ou quando o fizer, esse saber será rapidamente apropriado pelo colonizador de forma a garantir as mistificações coloniais. (MULLER; CARDOSO, 2017, p.108).

Neste sentido,

subjetivamente, o Branco é deificado e o Negro, seu extremo oposto, a encarnação absoluta do mau. Se os deuses são Brancos, os Brancos são deuses. O problema aqui é que para se sustentar como sistema, essa teodiceia antropocêntrica precisa expurgar – pelo menos no plano ideológico – todas as contradições que eventualmente ameacem a sua estabilidade simbólica e reprodução. Assim, o branco, em seu fardo pretensamente civilizador, transfere – ao menos simbolicamente – para fora tudo aquilo que transgrida a imagem pretensamente coerente a respeito de si (GORDON, 2005 apud MULLER; CARDOSO, 2017, p.107/108).

Alocando esta perspectiva para o Brasil,

Sovik (2004) e Ramos (1957) apontam que há uma hegemonia, veiculada pelos meios de comunicação de massa, da estética branca. Isso significa pensar que cabelos lisos, pele clara, olhos claros e traços afilados façam parte do modelo vigente de beleza em corpos humanos. (SCHUCMAN, 2014, P.93).

Portanto, a branquitude, segundo o professor Mário Theodoro (2022, p.17)

é a transformação da estética, da percepção de mundo e da cultura branca em padrão social, e faz com que tudo que não esteja associado ao arquétipo ariano e aos seus desdobramentos seja considerado negativo, contraproducente, inferior ou perigoso. Ela é perversa, porque sufoca a alteridade, nega a diversidade e funciona como uma espécie de ditadura da unicidade da beleza e dos valores morais associados a esse arquétipo de alvura.

Acrescentando ao entendimento do professor Theodoro (2022), Cida Bento (2015) nos ensina que ainda que o branqueamento se constitua numa invenção da elite branca para enfrentar o medo do grande contingente populacional negro e, posteriormente, afigure-se como uma resposta à ascensão negra, não há como negar seu impacto sobre a população negra.

E neste ponto, é necessário que façamos o seguinte questionamento: como a pessoa negra correspondeu à condicionante? Ora, se para gozar de uma humanidade plena, é necessário cumprir os critérios criados a partir de uma modelagem branca, ainda que estas estejam em oposição/ em confronto com sua própria imagem, como alcançar a humanidade?

Deste modo, é de suma importância tentar compreender o que ocorre com a saúde mental da pessoa negro neste processo de branqueamento compulsório.

3 MINHA PELE NEGRA EM MINHA SEGUNDA PELE

3.1 MINHA PELE NEGRA: PSICOLOGIA PRETA E PSICOLOGIA TEM COR?

Adentraremos neste próximo passo, envolvidos por escritos que fincam nossos pés na Psicologia Preta, episteme que servirá de instrumento desbravador da saúde mental da população negra.

De início, é importante compreender que a Psicologia Preta- *Black Psychology*, como ficou conhecida, não se iniciou como uma disciplina formal no curso de Psicologia, mas como um grande movimento realizado por estudantes negros desta área nos Estados Unidos, na década de 1960, inconformados com a ligação direta da eugenia e do racismo, no que tange a compreensão da mente humana. Deste modo, esses estudantes rompem com American Psychological Association-**APA** e cria a The Association of Black Psychologists- **ABPsi**, em 1968 com o objetivo de usar o conhecimento teórico universalizante em favor da própria comunidade negra.

Contudo, durante o processo de construção, percebeu-se que as técnicas usadas pela Psicologia Hegemônica não conseguiam dar conta das necessidades das populações negras e, portanto, deveriam ser pensadas outros modos de fazer Psicologia, fundamentadas em teorias que fornecessem o suporte teórico exigido pela especificidade das pessoas que sofreram a grande *maafa e* sobre elas recaem sistematicamente a violência racial, segundo o Instituto de Psicologia: *Sankofa*, suas raízes, seu poder.

O instituto, idealizado pela Mestre e psicóloga preta (como se autodefine) Roberta Maria Figueiredo, foi criado em 2014 e tem o objetivo de visibilizar as matrizes culturais que formam a sociedade brasileira, com vistas ao impacto do racismo na saúde mental da população negra.

Neste aspecto, Simone Nogueira (2022, p.26) no livro *Libertação, descolonização e africanização da Psicologia: Breve introdução à psicologia africana*, acrescenta

que o racionalismo da colonialidade, o qual sugere dentre outras questões, a supremacia branca como norma, demarcou o seu espaço na psicologia, a qual fortalece direta e indiretamente estruturas opressivas, servindo de instrumento para “moldar mentes” e invisibilizar as questões decorrentes a hierarquia racial.

Ou seja, a Psicologia tradicional é normatizada a partir de pressupostos que dialogam com a colonialidade, as quais tem como base ideológica a supremacia da população branca, logo, por se tratar de um conceito relacional, desumaniza e desqualifica sistematicamente a população afrodescendente (NOGUEIRA, 2022).

Nogueira (2022, p.26) ainda nos ensina que

a visão de mundo europeia tem como princípios orientadores gerais a sobrevivência do mais forte e o controle sob a natureza, os mesmos fundamentos usados para o processo de desumanização de pessoas, apropriação de terras, genocídio e tantos outros acontecimentos desde 1492, momento em que a Europa, se autocentrou, quanto a grande maestra da história do mundo.

É importante que se diga, que os princípios norteadores europeus não é o cerne da questão, em contrapartida, a problemática se inicia quando esta diretriz é imposta como universal para todas as formas de existência, como aconteceu/ acontece com a Psicologia Hegemônica.

Dentro desse contexto, o psicólogo Nai”m Akbar (2004, apud NOGUEIRA 2022, p.29) sugere que o modelo de Psicologia eurocentrista tem como características: ‘a ideologia da supremacia racial branca, o individualismo, a competitividade, o autoritarismo, o sexíssimo e o materialismo.’”

Portanto, as teorias operacionalizadas a partir desta centralidade, irá invariavelmente ofertar a comunidade afrodescendente um olhar desviante, patológico. Logo, é urgente o *suleamento* destes estudos, para que haja um contra movimento ao eurocentrismo, através de uma crítica na produção de conhecimento científico com a participação de “autores estadunidenses, latino-americanos, europeus, asiáticos e oceânicos”. (NOGUEIRA,2022, p.51).

Na área da Psicologia, estes estudos foram denominados *Black Psychology*, Psicologia Preta. Maulana Karenga (1986 apud NOGUEIRA,2022, p.51) define a Psicologia Preta como

uma área do conhecimento que não estuda apenas o comportamento de pessoas negras, mas busca também transformá-las em agentes conscientes sobre si mesmos e sua própria libertação mental e política, através da crítica à Psicologia Hegemônica, provisões de modelos afrocentrados de estudo e terapia; intervenções autoconscientes nos esforços sociais para promoção de um ambiente mais negro e humano.

É importante salientar que a perspectiva centrada na África, sugerida pela Psicologia Preta,

assume e reconhece a pluralidade de saberes do mundo, na mesma medida que observa a necessidade de trabalhar com os povos diaspóricos e afrodescendentes o modo de existir africano desde o período de Kemet, com a finalidade de promover a liberdade na perspectiva física, mental e espiritual. (FIGUEREIDO, 2022, p.52).

Ainda, no que tange esta linha de conhecimento, Akibar (2004, apud FIGUEREIDO, 2022, p.54) identifica três perspectivas conceituais entre os psicólogos afro-americanos, a euro-americana, a negra e a africana. Nestes moldes temos que,

a escola tradicional ou euro-americana é caracterizada por: uma postura reativa em relação ao racismo, com a preocupação voltada para a mudança do comportamento dos brancos racistas; há uma falta de interesse em desenvolver uma Psicologia Preta e seu contínuo suporte ao modelo eurocêntrico com mudanças pouco significativas(...). A escola reformista ou negra representa “um período de evolução histórica, bem como uma postura corrente. Ela mantém algumas das preocupações sobre as atitudes e comportamentos brancos, mas foca-se mais em mudanças na política pública do que em simplesmente atitudes individuais”. Para Akbar, esta escola traz uma evolução importante no pensamento em Psicologia, pois passa a encarar os problemas oriundos da opressão racial como coletivos ou sociais. Desta maneira, começa a superar as explicações individualizantes e psicologizantes e passa a abordar uma perspectiva mais psicossocial. Além disso, esta escola começa a advogar a favor de uma Psicologia Afrocentrada, mas ainda a combina com foco tradicional europeu no apelo por mudança que beneficiaria ostensivamente negros e brancos, e, deste modo, a sociedade estadunidense. A escola radical ou africana é identificada como tal por buscar a raiz filosófica, histórica e cultural no continente-mãe como paradigma científico em Psicologia. Caracteriza-se por nenhum apelo por brancos, ao invés disso, direciona sua atenção para povos afrodescendentes nos termos de sua análise, tratamento e transformação da realidade. Mais ainda, estes psicólogos estão desenvolvendo, uma psicologia que tem suas raízes na visão de mundo africana, cuja axiologia muitas vezes é opositiva e oposta à visão de mundo europeia. “Os membros desta escola são teóricos e praticantes socialmente conscientes que advogam participação autoconsciente de psicólogos negros e do povo negro na transformação da realidade social por meio da luta política e cultural. Isto, é claro, está na tradição fanoniana que influenciou muitos deles”. Alguns de seus representantes de destaque são: Nai”m Akbar, Joseph Baldwin, Wade Nobles, Frances Cress Welsing, Amos Wilson e Bobby Wright. (2004, apud NOGUEIRA 2022, p.54).

Nogueira (2022), ainda nos ensina que apesar da Psicologia Preta ter sido sistematizada mais consistentemente na diáspora americana, em grande medida no hemisfério norte, ela ainda sim se constitui como uma epistemologia do sul. Tal afirmação é possível, pois não é a sua localização geográfica no norte imperialista que determina o seu paradigma.

Concordando e complementando esta afirmação, o professor e Psicólogo Lucas Veiga (2019), no seu artigo *Decolonizing psychology: notes for Black Psychology* afirma que diversos intelectuais negros e negras dedicaram-se à produção de conhecimento sobre os efeitos do racismo nas subjetividades negras. No Brasil, pós abolição na década de 1930 a psicanalista Virgínia Bicudo realizou uma vasta pesquisa com negros em São Paulo. Na ilha de Martinica, Frantz Fanon, em 1954 através da auto teoria, compartilhou as próprias experiências, além de apresentar os efeitos do racismo e processos de desumanização na psique humana em seu livro *Pele negra, máscaras brancas*, referência nos estudos da saúde mental da população negra.

Nos anos 1960/1970, no trabalho de psicólogos negros como Wade Nobles e Naim Ak'bar surge, nos Estados Unidos, a *Black Psychology*, já citada anteriormente, episteme de construções teóricas e práticas em psicologia clínica, tendo como referência as subjetividades negras e a ancestralidade africana. Em 1980, a psicóloga, psicanalista e psiquiatra brasileira Neusa Santos Souza escreveu o livro *Tornar-se negro*, a qual a partir dos relatos de experiências analisa os processos de construção da emocionalidade e subjetividade negra.

É curioso porque, durante a composição desta pesquisa, conversei com algumas pessoas da área da psicologia, para escutar sobre as experiências da Psicologia Preta, tanto na terapia, quanto no que tange a pesquisa, para uma posterior sugestão de material que pudesse *sulear* a inquietação que esta temática ocupava nas minhas relações intrapessoais e interpessoais. Contudo, o sentimento de frustração epistemológica diante do som que ecoava, em único tom diante dos meus questionamentos: **E psicologia tem cor?** Não pude evitar, a pergunta nomeia este capítulo. Quanto a resposta, diante de tudo que foi lido até aqui, responda você mesmo, Psicologia tem cor?

3.1.1 A colonização do inconsciente: negação do eu negro.

A colonização do Inconsciente! Liberdade, um papel! Escrita em poucas palavras, quase um troféu, quase nada, preciso ver os céus, olhando para ele, vejo a liberdade. Olhando para mim, dizem que sou livre! Mas sinto as algemas trincando o meu pensamento. A prisão inconsciente do meu consciente, aperta-me! Liberdade? Para quem? Não consigo ser livre, não vejo quem sou! Defino-me com outra cor! Do meu cabelo percebo a ruindade, áspera do Bombril, o povo que falou! Tenho nojo, sinto medo de tudo! Tudo que me põe frente á frente desta dor, assim, sou assediado a me depreciar, então como mecanismo de defesa despeço-me de tudo! E para ser aceita, uso com muito rancor: Outra cor, outro cabelo, outra vida, outro eu! Uma colonização do meu inconsciente! (A autora).

Nos ensinamentos do psiquiatra Frantz Fanon (2008) em seu livro *Pele negra, máscaras brancas*, aprendemos o quanto o projeto colonial nos deixou feridas e cicatrizes latentes, as quais, nos coloca como detentores de uma máscara branca absoluta, para que de alguma maneira pudéssemos gozar, minimamente, do direito de ser vistos e lidos como seres humanos.

Fanon (2008), de maneira lúcida, através não apenas dos seus estudos acadêmicos, mas também, através do seu olhar cirúrgico advindos de suas experiências, nos apresenta a construção de um mundo intencionalmente antinegro, que por consequência entrega a pessoa negra, uma única saída para o exercício de sua humanidade, a que oferece um mundo negro!”

Ora, e qual seria, senão esta, a porta de saída da exclusão social de uma pessoa negra, em um mundo reconstruído para ser contra negro? Antes de destrincharmos um pouco mais a resposta do Psiquiatra Frantz Fanon(2008) perante a nossa pergunta, é necessário que façamos uma pausa para compreendermos que existe uma espécie de construção ficcional herdada pelo processo de escravidão.

É como se, na essência das nossas relações interpessoais e intrapessoais, atuais, embora estejamos em um contexto de igualdade formal, fosse criado um mundo paralelo, uma espécie de aba virtual, ou melhor, um cenário imaginativo, o qual as pessoas são

transportadas para o período colonial e naquela cena, todas as pessoas envolvidas devessem performar os papéis sociais por lá estabelecidos.

A pessoa negra tornar-se-ia escravo, portanto, nesta condição é permitido o vilipêndio do seu corpo de forma integral, a pessoa branca o seu senhor, possuidor daquele corpo, portanto detentor da liberdade do uso e do fruto, como assim desejar. Confuso, não é? Ilógico? Sem dúvidas, e por isso preciso pedir perdão pelo uso ficcional do exemplo, contudo ele é extremamente necessário, para compreendermos o quanto de irrealidade é sustentado nas relações lastreadas pelo racismo, embora os seus efeitos sejam reais, físicos e psíquicos, situação que é descrita de maneira excepcional no livro *Kindred – Laços de Sangue*, lançado nos Estados Unidos em 1979, pela escritora afroamericana de ficção científica, Octavia Butler.

Dito isto, retomaremos a resposta ofertada por Fanon (2008): diante das sistemáticas ofertas de exclusão, a alternativa que às pessoas negras é ofertada diariamente, para conseguir minimamente sobreviver: é exatamente não ser quem elas são! A psicanalista Isildinha Baptista Nogueira, a primeira brasileira a escrever uma tese de doutorado sobre a realidade psíquica dos negros, nos ensina que

Para os negros, no entanto, o estranho inquietante é mais do que o reconhecimento de um eventual outro – estranho – em si mesmo: é o reconhecimento de sua condição de não ser. Ser negro não é uma condição genérica, é uma condição específica, é um elemento marcado, não neutro. (NOGUEIRA,2021, p.13).

E acrescenta,

Se o que constitui o sujeito é o olhar do outro, como fica o negro ao se confrontar com o olhar do outro que mostra reconhecer nele o significado que a pele negra traz como significante? Resta ao negro, para além de seus fantasmas, inerentes ao ser humano, o desejo de recusar esse significante, que representa o significado que ele tenta negar, negando-se, dessa forma, a si mesmo pela negação do próprio corpo. (NOGUEIRA,2021, p.13).

Portanto, estes códigos psicossociais atravessam a subjetividade da pessoa negra, imputando a ela, de acordo com Fanon (2008), o desejo de ser poderoso, aceito, pertencente, humano, tal como o branco (**lembre-se, tudo isso é ficcional**), e é através dessa vontade determinada de adquirir as propriedades de revestimento para sua cor, que a pessoa negra vai tentar alcançar o santuário branco.

E mais uma vez, precisamos retomar estes ensinamentos abordados por Fanon (2008) na década de 50. Por vezes, pode até causar estranheza à primeira vista, mas

quando compreendemos a complexidade das relações interpessoais e intrapessoais a partir da raça, do racismo e da branquitude entrelaçados entre si, a ponto de funcionar como um grande braço de encruzilhada da colonialidade, verificamos uma total plausibilidade na conclusão do psiquiatra.

E diante de tudo que foi posto até aqui, vamos ser lógicos? Se existe uma criação de padrão de humano, de modo de ser, de beleza, de gozo de privilégios e tudo isso é digno de poder, é natural que na corrida da sobrevivência, as pessoas recorram aos artifícios disponíveis para de alguma maneira pertencer, ou se aproximar do modelo(criado) de humano ideal (**lembre-se, é uma ficção**).

Logo, neste grandioso projeto, o negro, segundo Fanon (2008), está em uma zona de existência, denominada por ele, como uma zona de não ser e neste setor, as pessoas ainda são subdivididas em humanas e sub-humanas.

O psiquiatra nos explica didaticamente, fazendo uma comparação entre os antilhanos(sub-humanos) e os africanos(não humanos), os antilhanos exerce o seu poder de sub-humanidade diante dos africanos, a ponto de se ressentirem quando confundidos com os africanos, por tornar-se um indicativo de não proximidade com a zona do ser, seu objetivo final. Fanon (2008) nos lembra que esta divisão em zonas não homogêneas é uma separação maniqueísta imposta pelo colonialismo.

A doutora Isildinha Nogueira (2021), nos ajuda na compreensão desta questão afirmando que o ser branco

significa uma condição genérica: ser branco constitui o elemento não marcado, o neutro da humanidade”, ele simplesmente é, já os sujeitos negros, no entanto é um outro estranho – em si mesmo, é o reconhecimento de sua condição de não ser. Ser negro é uma condição específica, é um elemento marcado, não neutro, é o outro, oposto ao natural, branco. (NOGUEIRA, 2021.p.114).

Por outro lado, o “ser negro”

corresponde a uma categoria incluída num código social que se expressa dentro de um campo etnossemântico onde o significante “cor negra” encerra vários significados. O signo “negro” remete não só a posições sociais inferiores, mas também a características biológicas supostamente aquém do valor daquelas propriedades atribuídas aos brancos (NOGUEIRA, 2021.p.13).

“Como efeito, deste cenário demarcado por uma constituição de individuação a partir de coisa, peça e mercadoria, moeda, pela marginalização na inserção dos sistemas produtivos capitalistas”(NOGUEIRA, 2021), pela sistemática destruição e demonização

de saberes que nos definem como um ser, temos uma construção de identidade, quanto sujeito negro inundada de negatividade na mesma medida que o embranquecimento, apresenta-se como caminho para a positividade.

Consequentemente, em vez de se constituir como indivíduo no interior do corpo social como um todo, pelas identificações com seus semelhantes sociais negros, é desenvolvido um horror ao se identificar com seus semelhantes, pois representavam a humanidade inferior da qual queria fugir, e projetou sua salvação no desenvolvimento de uma identificação fantasmática com a “raça” dominante por meio do imaginário da brancura. (NOGUEIRA, 2021.p.18).

Desta forma, habitantes estáticos, dessa grande zona, o negro apresenta-se não como um homem, ele “e simplesmente um não ser” (FANON,2008, p.26). Portanto, quando Frantz Fanon questiona: “O que quer o homem negro?”. Sua resposta é objetiva “ o negro quer ser branco” (Fanon, 2008, p. 27), quer ascender à condição do ser.

A psicanalista Neusa Souza (2021) em *Torna-se Negro: As vicissitudes em identidade do negro brasileiro em ascensão social*, coaduna com as ideias de Frantz Fanon (2008) afirmando

que a sociedade escravista, ao transformar o africano em escravo, definiu o negro como raça, demarcou o seu lugar de tal modo que o modelo de ascensão social negra é aquele que tem o branco como modelo de identificação, como única possibilidade de “tornar-se gente”! (SOUZA, 2021, p.43).

Logo, ser branco, é ascender, é ser gente! Tornar-se branco, é tornar-se gente! (**lembre-se que é uma ficção**).Neste processo, disseram que

nossos corpos negros são feios, introjetamos e aceitamos; que nossa pele preta é feia e fabricaram produtos químicos para clarear nossa pele, aceitamos e começamos a comprar esses produtos; disseram que o cabelo crespo é feio e fabricaram produtos para alisar o cabelo, o que aceitamos também; disseram que não somos inteligentes e criativos; não temos história e identidade. Aceitamos e começamos a produzir outras subjetividades sobre nossas vidas, partindo das imagens dos outros sobre nossos corpos. (NOGUEIRA, 2021.p.18).

Deste modo, como em uma espécie de herança, muitos negros rejeitam sua conformação física e “se tornam desejantes de características físicas que os aproximem ‘do branco’, que os humanizem”.(NOGUEIRA, 2021.p.98).

Desde então, seguimos acreditando, e introjetando um complexo de inferioridade e a partir daí, inicia-se “um processo de autoilusão, buscando falar, pensar e agir como branco.” (FANON,2008, p.22).

Neste ponto, precisamos compreender que

para a psicanálise, o sujeito se define como uma estrutura marcada pela descontinuidade entre consciência e inconsciência. Tal descontinuidade implica que a dimensão do inconsciente escapa à consciência e aos processos cognitivo-reflexivos que lhe são próprios. Nesse sentido, o sujeito é afetado pelos processos inconscientes que o habitam e sobre os quais não pode exercer um controle consciente. O ponto de vista que pretendo tematizar diz respeito justamente a esse aspecto inconsciente em que o racismo se inscreve, tanto para os brancos quanto para os negros. E é esse fenômeno que faz com que os conteúdos inconscientes ligados ao racismo persistam, independentemente da realidade social e política. Ou seja, mesmo que, no campo social, político e jurídico, o racismo possa estar excluído, tal exclusão opera no plano da consciência dos indivíduos que não pode, por si só, determinar o campo do inconsciente. (NOGUEIRA, 2021, p.60).

Para um melhor acolhimento dos ensinamentos da Doutora Isildinha Baptista (2021), precisaremos compreender o conceito de inconsciente, para tanto, iremos recorrer aos ensinamentos de Carl Jung(1982), o qual afirma que o inconsciente é uma estrutura psíquica construída a partir de uma interação do mundo e as representações simbólicas. Dentro deste conceito, esta estrutura psíquica tem uma camada mais superficial que Jung denominou de Inconsciente Pessoal, o qual aloca toda a subjetividade psíquica do sujeito, suas lembranças reprimidas, suas evocações dolorosas, as quais passaram por um processo de esquecimento proposital e portanto, ainda não ultrapassaram o limiar da consciência, é o que pode ser chamado de sombra do indivíduo, a parte negativa da personalidade. Note que este conceito, é fundamentado a partir das experiências individuais do sujeito e estas só podem ser encontradas na inconsciência pessoal do mesmo.

Em contrapartida, o Inconsciente Supra pessoal/impessoal ou coletivo, ainda segundo Jung (1982), é a camada mais profunda, a qual refere-se a objetividade do psiquismo, contendo formas antigas e universais, alimentadas concomitantemente por pensamentos e sentimentos, a partir de uma imagem primordial, com conteúdos(arquétipos) que podem ser encontrados por toda parte, mas estão adormecida no inconsciente. Desta forma, temos que

o inconsciente contém, não só componentes de ordem pessoal, mas também impessoal, coletiva, sob a forma de categorias herdadas ou arquétipos. Já propus antes a hipótese de que o inconsciente, em seus níveis mais profundos, possui conteúdos coletivos em estado relativamente ativo; por isso o designei inconsciente coletivo. [...] Aproximar-nos-emos mais da verdade se pensarmos que nossa psique consciente e pessoal repousa sobre a ampla base de uma disposição psíquica herdada e universal, cuja natureza é inconsciente; a relação da psique pessoal com a psique coletiva corresponde, mais ou menos,

à relação do indivíduo com a sociedade. Do mesmo modo que o indivíduo não é apenas um ser singular e separado, mas também um ser social, a psique humana também não é algo de isolado e totalmente individual, mas também um fenômeno coletivo, (JUNG, 1982: 21-22).

Observe que o inconsciente impessoal se trata de um inconsciente de toda uma coletividade e no que tange a temática abordada é entrelaçada por uma imagem primordial fundamentada pela branquitude e pelo racismo.

Assim é que se explica o fato de que os processos inconscientes dos povos e raças, separados no tempo e no espaço, apresentem uma correspondência impressionante, que se manifesta, entre outras coisas, pela semelhança fartamente confirmada de temas e formas mitológicas autóctones [...]. Na medida em que há diferenciações correspondentes à raça, tribo ou mesmo à família, também há uma psique coletiva que pertence à raça, tribo e família, além de uma psique coletiva universal (JUNG, 1982: 22).

Neste sentido, no que tange a colonização do inconsciente, é preciso saber que na situação atual, “a pessoa negra pode ser consciente de sua condição e das implicações histórico-políticas do racismo, mas isso não impede que ele seja afetado pelas marcas que a realidade sociocultural do racismo deixou inscritas em sua psique.” (NOGUEIRA, 2021.p.60).

A partir disso, temos, nos ensinamentos de Fanon (2008) que o sujeito representante do não-ser, buscará usar máscaras brancas como condição para se elevar à condição de ser.

3.1.2 E o negro acreditou no conto branco: colocando a máscara branca

É preciso que haja um modelo a partir do qual o indivíduo possa se constituir — um modelo ideal, perfeito ou quase. Um modelo que recupere o narcisismo original perdido, ainda que seja através de uma mediação: a idealização dos pais/substitutos e ideais coletivos. Esse modelo é o ideal do ego. O ideal do ego não se confunde com o ego ideal. O ego ideal, instância regida pelo signo da onipotência e marcada pelo registro do imaginário, caracteriza-se pela idealização maciça e pelo predomínio das representações fantasmáticas. O ideal do ego é do domínio do simbólico. Simbólico quer dizer articulação e vínculo. Simbólico é o registro ao qual pertencem a ordem simbólica e a lei que fundamenta essa ordem. O ideal do ego é, portanto, a instância que estrutura o sujeito psíquico, vinculando-o à lei e à ordem. É o lugar do discurso. O ideal do ego é a estrutura mediante a qual “se produz a conexão da normatividade libidinal com a cultural. Realizar o ideal do ego é uma exigência — dificilmente burlável (SANTOS, 2021, p.58).

Partindo dos ensinamentos da psicanalista Neusa Santos (2021), sobre o ideal de ego, como um referencial simbólico, um modelo ideal, estruturante psíquico do sujeito,

dentro do contexto já discutido ao longo deste trabalho, temos que o ponto de chegada na construção do ego da pessoa negra é o branco em seus diversos aspectos. No dizer de Santos (2021, p.60), “o branco como sinônimo de aristocrata, elitista, letrado, bem-sucedido, rico, inteligente, poderoso. Sob quaisquer nuances, em qualquer circunstância, o branco é o modelo a ser escolhido. Escolha singular, fixada à revelia de quem apenas deve a tal modelo configurar-se.”

E nesta construção de um ideal do ego branco, a primeira regra básica que “ao negro se impõe é a negação, o expurgo de qualquer mancha negra”. (Souza, 2021, p.60); “A mancha negra” nada mais é que uma marca da imperfeição, o signo que atravessa os mais diferentes códigos sociais, pois o sentido será sempre o da exclusão.

Neste mesmo contexto, temos que, segundo Jurandir Freire (1984, p.122),

o processo sistemático de inumanização ao sujeito negro, e sua presença constante em um não lugar, “ser negro” tornou-se um estado de violência constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e os ideais de Ego do sujeito branco e a de recusar, negar e anular a presença do corpo negro” (apud NOGUEIRA,2021, p.12).

Ou seja, haverá uma assimilação com os elementos da branquitude, e na mesma medida, uma rejeição a qualquer lembrança que o coloque na condição de sujeito negro, visto que são construídas a partir de característica simetricamente opostas. Nestes moldes, a pessoa negra já está convencida do conto ecoado pela mística do sujeito branco, através dos diversos símbolos da branquitude, metaforizando um chamamento à humanidade a ele apresentados incessantemente durante 24 horas por dia. Assediado e movido por corrida em busca de uma vida mais digna, tal como a do branco, a pessoa negra coloca a máscara branca.

Neste ponto, a psicanalista Nelsa Santos nos ensina que

A história da ascensão social do negro brasileiro é, concomitantemente, a história da construção de sua emocionalidade, essa maneira própria, historicamente determinada, de organizar e lidar de forma dinâmica com o mosaico de afetos. Construção histórica, a emocionalidade do negro é vista aqui como um elemento particular que se subordina ao conjunto mais geral de injunções da história da formação social em que ele se inscreve. Tendo que se livrar da concepção tradicionalista que o definia econômica, política e socialmente como inferior e submisso, e não possuindo uma concepção positiva de si mesmo, o negro viu-se obrigado a tomar o branco como modelo de identidade ao estruturar e levar a cabo a estratégia de ascensão social. (SANTOS, 2021, p.44).

Através da ascensão social, a pessoa negra encontrou um caminho possível para se desvencilhar do defeito de cor e a partir daí acessar os outros códigos que dizem ser provenientes da branquitude. Neste aspecto, (SANTOS,2021, p.45)

a ascensão surgia, assim, como um projeto cuja realização traria consigo a prova indiscutível dessa inserção. Significava um empreendimento que, por si só, dignificava aqueles que o realizassem. E mais: retirando-o da marginalidade social em que sempre estivera aprisionado, a ascensão social se fazia representar ideologicamente para o negro como um instrumento de redenção econômica, social e política capaz de torná-lo cidadão respeitável, digno de participar da comunidade nacional.

Significava, em alguma medida, tornar-se branco, afinal de contas, em uma sociedade demarcada pela colonialidade, “os serviços respeitáveis são serviços de branco, ser bem tratado, é ser tratado como o branco” (SANTOS, 2021 p.45). Desta forma, foi através desta ferramenta, que a pessoa negra organizou-se rumo ao acesso de sua humanidade. Em busca da sua condição de humano, o negro buscou, via ascensão social, tornar-se gente o que significa dizer, assemelhar-se ao branco (ainda que tendo que deixar de ser negro).É importante salientar, que estas linhas não defende a ideia fática de similaridade negro e pobreza, o que se pretende refletir e analisar criticamente é a criação desta similaridade, o que torna negro e pobreza sinônimos ou a riqueza como um valor/símbolo inato da branquitude. Esta questão alinhada, podemos prosseguir.

Neste sentido, conforme, Santos (2021), o deixar de ser negro é assimilar os padrões brancos como modelo de relações sociais, os quais coaduna diretamente com o tripé ofertado pela estrada na formação do Brasil, pós abolição: Democracia racial, (mesmo diante dos planos Eugênicos), processo de embranquecimento e supremacista branco (mesmo diante de uma sociedade multirracial). Deste modo, percebe-se que esta grande engrenagem se movimentava como se houvesse um contrato: à medida que o sujeito renuncia à sua negritude, ele aumenta a sua possibilidade de acesso.

Portanto, como nos ensina Santos (2021, p.48),

a história da ascensão social do negro brasileiro é a história da submissão ideológica de um estoque racial em presença de outro que se lhe faz hegemônico. É a história de uma identidade renunciada, em atenção às circunstâncias que estipulam o preço do reconhecimento ao negro com base na intensidade de sua negação.

E neste mesmo compasso,

à medida que o negro se depara com o esfacelamento de sua identidade negra, ele se vê obrigado a internalizar um ideal de ego branco. No entanto, o caráter inconciliável desse ideal de ego com sua condição biológica de ser negro exigirá um enorme esforço a fim de conciliar um ego e um ideal, e o conjunto desses sacrifícios pode até mesmo levar a um desequilíbrio psíquico: isto é, o ideal de ego negro, diz, contraria o que denomina “regras das identificações normativas ou estruturantes” (NOGUEIRA, 2021, p.110).

Assim,

embora o negro saiba que sua condição é o resultado das atitudes racistas e irracionais dos brancos, o ideal de brancura permanece: “a brancura transcende o branco”. A “brancura” passa a ser parâmetro de pureza artística, nobreza estética, majestade moral, sabedoria científica etc. Assim, o branco encarna todas as virtudes, a manifestação da razão, do espírito e das ideias: “eles são a cultura, a civilização, em uma palavra, a humanidade” (NOGUEIRA, 2021, p.112).

Desta forma,

a pessoa negra é acometida constantemente pelo medo diante da perda da sua imagem e aqui estamos nos referindo numa perspectiva de uma representação imaginária: a imagem branca, mantida por um ideal de brancura. E diante a esta convergência de imagens os olhares se entrecruzam: o olhar do outro refletido para o sujeito negro e a imagem que o negro tem de seu próprio corpo negro e aqui é estabelecido um ponto de encontro; O que o olhar do outro lhe mostra, é o que, no seu desejo, o sujeito negro recusa: o fato de que ele é a encarnação do significado “negro”, na medida em que ele traz no corpo o significante “negro”. (NOGUEIRA,2021,p.117).

Neste aspecto,

quando o negro percorre uma trajetória social que não corresponde aos estereótipos sociais da condição negra, não é incomum que ela acabe por se destruir como se não se desse conta de seu próprio sucesso. Ainda que sua autodestruição pareça um contrassenso. (NOGUEIRA,2021, p.127).

Perdoe-me, pelo excesso de citações nas páginas anteriores, mas naquele momento, as vozes das nossas ancestrais, a psicanalista Neusa Santos e nossa Doutora Isildinha Baptista, Nogueira, precisavam ecoar com toda valoração das palavras que ambas transcreveram nos seus escritos, os quais ao ter acesso, causaram impacto, incômodo, e um certo silêncio reflexivo, nesta autora que vos escreve e por este motivo, usei as suas vozes literais livremente.

Retomando a nossa construção de ideias, é possível perceber que mesmo diante do grandioso esforço na corrida ao acesso à humanidade, para a pessoa negra, não há sucesso que dê conta de reduzir esta suposta insuficiência crônica, ainda que seja o melhor do seu grupo, o mais rico, o que teve acesso a bens e valores a despeito de tudo, nenhum

desses valores lhe garante o êxito, a consecução do ideal, pois o ideal do ego do negro, é em grande parte constituído pelos ideais dominantes, é branco. E ser branco lhe é impossível.

3.1.3 Máscaras brancas caem: “aonde quer que vá, o negro permanece um negro”

Durante este processo intenso e violento de esconder/ eliminar a sua cor através da máscara, bem como todos os símbolos que o identificam com a pessoa negra, ainda assim, o negro será lembrado que é um negro (dentro do significante que compreendemos até aqui), muitas vezes de maneira sutil.

Em seu livro *Pele negra, máscaras brancas*, Fanon (2008) relata um comentário/elogio de um amigo francês, diante de um importante feito de Fanon: “no fundo você é um branco” (Fanon, 2008, p. 50). Aqui, fica evidente que os negros não podem participar do mundo ordinário dos brancos, quando coisas ordinárias são feitas por negros, elas parecem extraordinárias para estes não-seres e assim, são lembrados que não participam do mundo dos seres. É como se a pessoa negra participasse de uma grande corrida, para permanecer no mesmo lugar, pois no final das contas mesmo adquirindo supostamente os elementos que são associados à branquitude com o uso das máscaras, ela permanece sendo negra, aonde quer que vá.

É por isso que a luta do negro será sempre a luta para ser incluído; mas essa é uma luta eterna, pois, no limite, a inclusão nunca é obtida pelo negro, pois o corpo negro sempre permanecerá como marca da exclusão. Não conseguindo se ver incluído, o negro acaba por se excluir, como única alternativa para eliminar aquilo que é impossível de ser eliminado. Somente os processos autodestrutivos podem significar, para ele, a eliminação daquilo que exclui seu próprio corpo, sua própria condição de sujeito. Na sociedade atravessada por uma história de racismo e discriminação persiste, mesmo que silenciosamente, o pressuposto de que o negro deverá agir de acordo com certos estereótipos do comportamento do negro que habitam o imaginário social, ou seja, o negro deverá agir sempre com paciência e moderação; não é suposto estar sujeito às emoções inerentes ao humano – ódio, raiva, amor – das pessoas ou do grupo. (SANTOS, 2021.p.126).

Assim, a pessoa negra é alocada em um paradoxo infinito: em precisar ser, o que não consegue ser, pois quando acha que é, alguém o lembra que não é. Neste aspecto, diante a experiência traumática, frente à constatação dramática da impossibilidade de realizar o ideal, a pessoa negra, no entendimento de Neusa Santos (2021) vislumbra duas

alternativas genéricas: sucumbir às punições do superego ou lutar, lutar ainda mais, buscando encontrar novas saídas.

Segundo os autores citados acima, a primeira alternativa genérica é representada pela melancolia, em seus diferentes aspectos:

O sentimento de perda da autoestima é o dado constante que nos permite unificar numa mesma categoria — melancolia — as diferentes feições dessa condição psicopatológica que denuncia a falência do ego. “Uma parte da autoestima é primária — o resíduo do narcisismo infantil; outra parte decorre da onipotência que é corroborada pela experiência (a realização do ideal do ego), enquanto uma terceira parte provém da satisfação da libido objetal.” (SANTOS,2021.p.67).

Adicionado ao sentimento de culpa e inferioridade, insegurança e angústia temos:

A distância entre o ideal e o possível cria um fosso vivido com efeito de autodesvalorização, timidez, retraimento e ansiedade fóbica. Autodesvalorização e conformismo, atitude fóbica, submissa e contemporizadora são experiências vividas por nossos entrevistados — humilhados, intimidados e decepcionados consigo próprios por não responderem às expectativas que impõem a si mesmos, por não possuírem um ideal realizável pelo ego. (SANTOS, 2021.p.68).

Diante desta complexidade de acontecimentos, acometidos a pessoas negras provenientes em um mundo antinegro, no qual, espera dele um comportamento forjado para o cumprimento da cartilha do modo ser, viver, estar(subjetividade) do branco, a pessoa negra arca com as custas sociais, mentais, emocionais, econômicas, físicas, o que invariavelmente afetam a sua saúde e seu bem-estar. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), saúde nada mais é que um estado completo de bem-estar físico, mental, social e não apenas um estado de ausência de doença. Logo, o racismo e seus efeitos, podem ser grandes potencializadores na produção de doenças na população negra.

Para o psicólogo Naim Akiba(1975) esse paradoxo incessante, na qual o sujeito negro é submetido, pode causar a desordem na vida da pessoa negra, o qual pode de ser representado através das desordens:

- 1- **Do eu alienado:** que é aquele sujeito que nada sabe sobre as dimensões do racismo e seus efeitos, embora todos eles recaiam sobre o seu corpo;
- 2- **Do ser contra si mesmo:** são aquelas pessoas que se engaja em atividades/ e políticas públicas contrárias ao seu benefício;

- 3- **As autodestrutiva:** são aqueles indivíduos que abusam do uso de drogas (Crack, cocaína e álcool), como a tentativa de se afastar do seu corpo, bem como as ideações suicidas. Estes indivíduos experimentam seu corpo como ameaça, portanto deve-se livrar-se dele.
- 4- **As fisiológicas:** as quais trata-se de herança genética e epigenética (diabetes, hipertensão e anemia falciforme).

Neste sentido, aqui compactuamos com a tese central que o racismo é uma ferramenta sistemática que altera a saúde, no caso em questão, a saúde mental das pessoas negras, opressão esta que tem pontos de encontro quando direcionadas a homens e mulheres, mas que também traz, em seu bojo, peculiaridades devido a opressão de gênero, as quais a mulheres negras estão sujeitas, bem como os processos violentos de virilidade que aos homens são ofertados.

Deste modo, entende-se aqui, saúde mental como “um estado de bem-estar no qual o indivíduo é capaz de usar suas próprias habilidades, recuperar-se do estresse rotineiro, ser produtivo e contribuir com a comunidade”, conforme orientação da Organização Mundial de Saúde (OMS), ou seja, um estado de equilíbrio psicológico, ausente de variações bioquímica que podem ocasionar distúrbios como a depressão e a ansiedade.

3.1.4 Do estigma ao Trauma Racial

É a cor da pele o maior princípio simbólico da dominação racial na sociedade brasileira, estas marcas simbólicas foram transformadas em valores e sobre elas foram construídas representações e estereótipos, sendo aferidas como um estigma corpóreo. Reconhecidos como negros e brancos esse princípio funciona como regulador das relações desiguais entre grupos, estando sempre em concerto com as hierarquias de gênero. Assim a colonização ibérica, produziu uma sofisticada leitura desse princípio simbólico que incide sobre a forma de inserção desigual dos indivíduos em uma sociedade. Construídas a partir desse esquema de poder, as marcas africanas, tornaram-se simbolicamente referências de poluição, sujeira, maldade, reduzindo este indivíduo a uma pessoa estragada e diminuída. (BOURDIEU,2003, p.12 apud BONFIM, 2009, p.242).

Deste modo, um criterioso trauma é desenvolvido a partir das ofertas de violências raciais, as quais vão culminar em um processo de internalização desse sujeito ocorrendo, como consequência a “autodepreciação racial” (MORRISON,2019b, p.21).

O trauma é um “acontecimento da vida do sujeito que se define pela intensidade, pela incapacidade do sujeito de reagir a ele de forma adequada, pelo transtorno e pelos efeitos patogênicos duradouros que provoca na organização psíquica” (LAPLANCHE; PONTALIS,1994, p. 522 apud Da Silva,2020, p.83).

Em outras palavras, “o trauma é a resposta emocional que o corpo oferece diante a um evento perturbador, de acordo com o artigo: O Trauma Racial, quando o racismo deixa marcas da psicóloga Roberta Frederico. Sendo mais específico, o trauma racial é, em verdade, a resposta que o indivíduo dá diante das **micro agressões cotidianas**, termo cunhado pelo psiquiatra de Harvard, Chester M. Pierce nos anos 1970, o qual significa “os insultos, as indignidades e as mensagens humilhantes passadas às pessoas não brancas” por indivíduos que pode ou não ter consciência da natureza ofensiva de suas palavras ou ações. No artigo 13 micro agressões sofridas diariamente por quem é negro de Kesley Borresn (2020), nos apresenta que as microagressões podem ser divididas em três categorias: microataques, microinsultos e microinvalidações.

Ainda de acordo com o artigo, os microataques são os comportamentos mais óbvios e deliberados, **com consciência**, uma piada racista, por exemplo, já os microinsultos e microinvalidações tendem a ser inconscientes, não intencionais e menos óbvios, mas com uma carga racial de desprestígio, ainda que encapsulada em elogio, como, por exemplo, “Fulano é tão educado”. Como se ele fosse uma exceção dentro de sua raça deseducada. Outro exemplo seria, a afirmação expressa da ausência do racismo, com a justificativa que não existe raças, o que de fato existe, são os seres humanos. O fato é, seja lá qual for o método que o racismo se expressa, esta tecnologia oferta a pessoa negra uma condição de desencaixe social, que por consequência, pode afetar a saúde da população negra.

De certo que

as pesquisas realizadas por Chou, Asnaani e Hofmann (2012) constataram que a discriminação racial foi associada a um aumento de transtornos mentais em afro-americanos, hispânicos americanos e asiáticos americanos, sugerindo que o racismo é por si só é uma experiência traumática, causando consequências nefastas para a saúde da população negra. Em sua revisão de literatura sobre amostras comunitárias, Williams, Neighbors e Jackson (2003) concluíram que a discriminação e o racismo são "geralmente associados com mau estado de saúde "e que a" associação era a mais forte no caso da saúde mental "em comparação com saúde física (apud DA SILVA,2017, p. 202).

Deste modo, Da Silva (2017) nos apresenta que o racismo cotidiano afeta o psicológico das pessoas pretas, gerando danos que podem se expressar em diversos transtornos, culminando não apenas no desmembramento de sua identidade, mas também em sua sanidade mental, podendo levar ao desejo de ser o outro (BRANCO), com a finalidade de ser aceita na sociedade.

Neste aspecto, Da Silva (2017) retoma o período colonial, para nos lembrar que as doenças da alma, provenientes do sentimento tristeza, melancolia, sofrimento e nostalgia, saudade, falta de afetividade, o banzo, promovida pelo sistemático processo de desumanização, era a principal moléstia deste período. Assim, o banzo era uma reação físico/mental diante do evento traumático que foi a escravidão, uma espécie de resistência ao sistema de escravismos que se manifestava como uma depressão, uma tristeza doentia, às vezes, até a morte.

Atravessando mais de três séculos em direção ao momento atual, e é perceptível o cenário sistemático de adoecimento psíquico, a ponto da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (2013) reconhecer o racismo estrutural e as desigualdades étnico-raciais como determinantes sociais das condições de saúde.

Para Grada Kilomba (2019, p. 214)

o racismo pode ser considerado traumático visto que “[a] escravização, o colonialismo e o racismo cotidiano necessariamente contêm o trauma de um evento de vida intenso e violento, evento para o qual a cultura não fornece equivalentes simbólicos e aos quais o ‘sujeito é incapaz de responder adequadamente’. Dos quais, apresenta ao sujeito negro vivências que afetam nocivamente a psiquê de forma geracional e transgeracional.

Ainda nos ensinamentos de Kilomba (2019) o desmembramento dos povos africanos simboliza um trauma colonial, pois trata-se de uma ocorrência que afetou tragicamente não apenas aquelas e aqueles que ficaram para trás e sobreviveram à captura, mas sobretudo aquelas e aqueles que foram levadas/os para o exterior e escravizadas/os. “Metaforicamente, o continente e seus povos foram desarticulados, divididos e fragmentados. (KILOMBA, 2019, p. 207)”. Este desmembramento funciona como se existisse uma parte de si que foi retirada, mas o vazio deixado, oferece um sentimento de falta.

Deste modo, o mundo branco aliena o sujeito negro de tal forma que esta passa a se identificar com os heróis brancos e a rejeitar as personagens negras, considerando-as “inimigas”. Para a autora, essa situação cotidiana gera uma desconexão do sujeito negro consigo mesmo, culminando em traumas, uma vez que o sujeito negro pode acabar introjetando, assimilando e reproduzindo “como sendo seu, o discurso do branco. O discurso e os interesses” (SOUZA, 1983, p. 32 apud DA SILVA, 2020, p.85).

Nestes moldes, temos de acordo com Da Silva (2017) que as experiências traumáticas ativam as respostas corporais de luta, fuga ou paralisia do corpo, desencadeando a liberação de hormônios do estresse (cortisol e adrenalina) que causam uma série de alterações fisiológicas, como alterações de frequência cardíaca, alerta mental elevado, bem como um processo de inflamação no corpo do indivíduo.

E é exatamente neste ponto, que retomaremos a pergunta da pesquisa: quando essa pessoa negra, que é forjada diariamente pelas violências raciais, incorporadas naturalmente nas estruturas da sociedade, trabalha necessariamente com o monopólio da força estatal para o controle da violência e sobre sua saúde também recai os efeitos de sua atividade, quais os impactos desta dupla capa perante este corpo negro?

3.2 MINHA PELE NEGRA EM MINHA SEGUNDA PELE: A BUSCA PELA HUMANIDADE.

É no fim do século XIX que a polícia passa desempenhar um importante papel de controle do espaço urbano, sobretudo, dividido ao espaço gradual da abolição da escravidão e o início da República. É neste momento, que as elites e os governos intensificavam as preocupações com a organização do trabalho e inserção de ex escravizados na sociedade com o combate da ociosidade e o controle das chamadas classe perigosas. (HENDRIK, 1996, p.17).

Contudo, um processo anterior, de ligação íntima entre os povos escravizados e as forças militares já tinha ocorrido em nosso território.

O Soldado Antônio dos Santos, em 23 de outubro de 1863, foi excluído por ter ficado provado ser escravo pertencente a Tereza Maria de Jesus [...] a 21 de outubro de 1867, o dito Januário Luciano da Silva foi entregue a Belmiro Marque da Silva, que provou ser o mesmo seu escravo. Em 08 de dezembro de 1868, excluído o soldado Joaquim José de Santana, por ser escravo de Alexandre Pereira de Almeida [...], (HENDRIK, 1996, p. 12).

Diante desta descrição de como a força militar entrou e saiu da vida do então soldado Antônio, pessoa escravizada, podemos analisar como se deu esta relação

nebulosa entre as histórias dos negros que serviram à província na condição de soldados, e depois retornaram para a situação de pessoa escravizada quando descobertos.

Neste sentido, temos:

muitos homens escravizados decidem fugir da situação em que viviam e para além disso, alguns desejavam permanecer na cidade, acreditando que seria possível ganhar a vida em atividades comerciais, como era o caso de outros homens e mulheres negras que viviam do comércio ou eram escravos de ganho — aqueles que trabalhavam comercialmente para o senhor, assim esses homens decidem mudar o nome, para assim terem sua situação ilegal mais camuflada; feito isso, alguns se alistaram e serviram ao Corpo de Polícia. (MUNIZ, 2001, p.180).

Assim,

A própria polícia — apesar de historicamente tolerante para com os brasileiros poderosos e brutais, em detrimento dos brasileiros pobres, entre os quais os negros têm representação majoritária —, assim como outras forças militares, sempre foi também uma instituição que ofereceu refúgio aos alforriados durante a escravidão e aos brasileiros. (SANSONE, 2002, p.519).

Desta forma, “muitos dos alistados eram na verdade homens escravizados que, fugindo da exploração, tentavam se camuflar no uniforme militar”. (MUNIZ, 2001, p.188), assim entre encontros e desencontros, foi assim a relação entre as Forças Militares e os negros que aqui foram introduzidos. Portanto,

entre o servir, — entenda-se atuar na Corporação — e voltar a ser cativo, o desalento de conhecer, mesmo que limitada, a liberdade, fez desse momento uma história ímpar nos registros da Corporação, causando uma fusão entre o combate e o combatente. (MUNIZ, 2001, p.191).

Neste aspecto, a entrada de pessoas negras nas instituições de uniforme, nos seus primórdios, demonstra o real objetivo de se tornar militar: Tornar-se gente! Reativar a condição de humano, retirada pelo Estado, através do processo econômico-político de escravidão, em concomitância com a aquisição de sua liberdade, usando o mesmo Estado como instrumento.

É importante alertar que nesta dinâmica de tornar-se gente/militar/Estado, o uniforme é o personagem central desta nova condição: a farda proporciona um sistema de diferenciação entre os negros de dentro (das corporações) e os demais negros de fora: Estado(dentro) x Escravo(fora), a farda era/é o elemento simbólico desta inserção/humanização. O uniforme camuflaria toda uma historicidade de negações e desumanidade, aquela pessoa até então escravizada, tornar-se-ia gente, na mesma medida

que encobria a pele que denunciava o defeito de cor, “a mancha negra”. O uniforme é um catalisador da sonhada humanidade.

Em síntese, as forças militares nasceram como possibilidade para pessoas negras: como um local seguro, como um mecanismo de sobrevivência, e para além disto, um ambiente que tem potencial para oferecer a possibilidade de ser, de existir, de pertencer, “igualmente” ainda que o “ser” seja em coletivo camuflado pelo uniforme.

Portanto, no caminho desta historicidade aqui apresentada, a pessoa negra passa “ser alguém”, sua pele disfarçadamente é encoberta pela farda e o torna conjunto, e então este indivíduo passa a fazer parte de uma equipe, de uma classe, torna-se a força estatal, contrariando a vida pregressa em que este indivíduo era apenas mais um corpo negro invisível e descartado, fato que torna verídico a afirmação de Fanon (2014,p.19):

o paradoxo da invisibilidade do negro está no fato de ele ser visto, todavia, ele é visto somente na sua exterioridade, a partir de uma sobre determinação exterior, que o fixou no passado e no atraso, neste caso, mesmo quando presente o negro está ausente, não possui individualidade e nem interioridade. Todos os negros são iguais! A pessoa não é vista porque os outros já a conhecem em virtude de concepções pré-formadas em relação ao seu grupo. O diferente é reduzido ao mesmo. Basta conhecer um negro para conhecer todos os demais. Daí a generalização: todos são uma ameaça em potencial.

Neste sentido, ao adentrar nas forças militares, este indivíduo tem a possibilidade de ser alguém em representação ao Estado, o qual, oferta uma possibilidade de exercer o poder e de tornar-se coletivo, um agrupamento homogêneo, igual. Rompendo com a identidade original enfraquecida e subalternizada. Iniciando, deste modo um processo de distanciamento do seu corpo negro, assumindo por consequência a dicotomia: Nós (Eu sou a Norma) x Outro, legitimado pelo *ethos* de guerreiro e o orgulho por pertencer, criando um vínculo de amor e de afeto: portanto não é um trabalhador qualquer, o sentimento é ele ser o próprio possuidor da instituição: “Minha Polícia”, outras vezes a própria instituição: João é polícia! (veja, João não é policial, é a própria instituição) invisibilizando sua identidade, deixando de ser parte e passando ser o todo.

Esta fonte de representação diante ao uniforme foi possível constatar em uma pesquisa realizada na Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMRJ), em 2001, no qual professor Lívio Sansone(2002,p.527) ouviu dos policiais negros entrevistados: “A hierarquia e o perigo fazem com que todos tenhamos a mesma cor: azul” (a cor do uniforme)”.

É importante acrescentar, segundo o professor Sansone (2002,p.519), que “no pós abolição, os afro-brasileiros passou a ter uma representação exagerada entre os pobres e até entre os chamados ‘pobres indignos’ – delinquentes, prostitutas e vagabundos”, em função das estratégias de Necropolíticas(MBEMBE,2018),no exercício da Colonialidade(QUIJANO,2005), já estudadas em capítulos anteriores. Neste aspecto, o emprego uniformizado passou a ser uma saída tradicional da pobreza para os afro-brasileiros.

A amplitude desta presença negra, atualmente, segundo o professor Sansone (2002) pode ser explicada de duas maneiras.

Primeiro, muitos se sentem atraídos pelo emprego seguro, com uma carreira automática e benefícios indiretos apesar do enorme perigo do trabalho. No Brasil, já existe uma tradição de que o trabalho na PM é algo acessível ou, pelo menos, “possível” para negros de diferentes posições sociais. A PM também tem oferecido a muitos a possibilidade de fazer estudos paralelos e desenvolver qualificações diferentes – sobretudo na área do Direito. Isso explica a crescente rotatividade na Corporação: hoje em dia, os novos recrutas, especialmente os mais instruídos, tendem a permanecer na força policial por períodos mais curtos do que no passado. (SANSONE, 2002, p. 522).

Neste contexto, a Polícia Militar da Bahia, não foge à regra, quanto ao acesso dos seus quadros, de acordo com a pesquisa realizada Departamento de Pessoal, realizada em 2021,84% dos seus colaboradores são negros. Entende-se, aqui, como população negra conforme convenção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no qual pessoa negra é quem se autodeclara preto ou pardo, deste modo, a população negra é o somatório de pretos e pardos.

Para fins políticos, negra é a pessoa de ancestralidade africana, desde que assim se identifique. Assim, partindo deste pressuposto conceitual, a Polícia Militar da Bahia, hoje em seus quadros tem majoritariamente, no que tange ao quesito cor/raça, pessoas negras, que se comprometeram, em nome do estado, servir e proteger a sociedade, mesmo com o risco da própria vida!

3.2.1 Mesmo com o risco da própria vida: na encruzilhada da dupla capa.

Preliminarmente, é preciso compreender que a pessoa policial militar é um profissional de Segurança Pública, o qual tem a missão constitucional de promover a ordem e estabelecer a paz, conforme o artigo 144,III da Constituição Federal do Brasil. Atividade que deve ser exercida de maneira ostensiva, com o uso do monopólio da força de forma moderada e continua, com o fito de proteger os direitos fundamentais de todas

as pessoas, servindo e protegendo, mesmo com o risco da própria vida, conforme o juramento, sacramentado após os cursos de formação:

Incorporando-me à Polícia Militar da Bahia, prometo cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a que estiver subordinado, respeitar os superiores hierárquicos, e tratar com atenção os irmãos de armas, e com bondade os subordinados; dedicar-me integralmente ao serviço da pátria, cuja honra, integridade, e instituições, defenderei, com o sacrifício da própria vida. (BAHIA, Lei nº 7990 de 27 de Dezembro de 2001 – ESTATUTO DA PMBA)

Especificamente, neste ponto, se faz necessário realizar uma breve análise do juramento profissional deste trabalhador. (...) “Defenderei com o sacrifício da própria vida”. Observe que a atividade do policial militar deve ser executada, ainda que mediante a perda de sua vida, portanto, o perigo e ou a eminência de morte, não é um freio ao cumprimento do dever/labor. Desta forma, esta é uma categoria de trabalhadores que estão expostos aos riscos e a violação da sua integridade física incessantemente, porque o risco de morte e o conseqüente estágio de vigilância é inerente à atividade policial, é a rotina.

Neste mesmo aspecto, é importante acrescentar que o labor de um policial militar se desenha diariamente e diretamente através do gerenciamento de crises e conflitos, para garantir a ordem e da paz social. Para além disto, este trabalhador precisa conviver com diversos aspectos da violência, que por definição é uso intencional da força ou poder em forma de ameaça ou de forma efetiva, contra si mesmo, outra pessoa ou grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações, segundo a Organização Mundial da Saúde.

Sendo assim, é possível observar que

do ponto de vista dos policiais militares, seu ‘risco epidemiológico’ se caracteriza principalmente nos confrontos armados, nos quais se expõem e podem perder a vida. A probabilidade que têm de sofrer graves lesões, traumas e mortes encontra respaldo nas altas taxas de óbito por violência de que são vítimas, dentro e fora de seu ambiente de trabalho (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO; ASSIS; OLIVEIRA,2005,p.197).

Dentro deste cenário, podemos sugerir que este profissional, na sua atividade diária, é submetido a uma vulnerabilidade permanente, em que o seu corpo é alocado na encruzilhada constante entre o risco e a morte, operando seu mecanismo biológico em

estado estressor de luta e fuga de maneira contínua, o que pode ser uma condição frutífera para a ocorrência de um sofrimento psíquico.

O sofrimento psíquico, de acordo com a psicanálise, pode se manifestar através dos sintomas, angústias, inibições, bem como, por meio da compulsão à repetição, constituindo-se, assim, em uma experiência subjetiva, visto que cada indivíduo, vivencia um mesmo evento de maneiras distintas. Dessa forma, o sofrimento psíquico pode ser entendido como um conjunto de fatores psicológicos atrelados a sentimentos desagradáveis ou emoções que afetam o nível de funcionamento adequado do sujeito, fugindo de seu domínio pessoal e ocasionando sofrimento a este. (SANTOS, 2019, p.16)

No caso específico dos policiais militares, ” se trata de uma categoria profissional com alto grau de vulnerabilidade à produção de sofrimento psíquico, visto que seu exercício profissional é marcado por uma rotina onde a tensão e os perigos são constantes.” (SANTOS,2019, p.16).

Portanto,

deve-se considerar o fato de que o estresse está diretamente vinculado ao trabalho deste profissional, visto que, suas atividades se desenvolvem constantemente em meio conflitivo, fazendo com que a saúde deste profissional seja afetada drasticamente, não apenas pela operacionalidade de seu trabalho, mas também pelos aspectos organizacionais das instituições policiais. Estudo realizado com policiais civis e militares do Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, indicou que, as corporações policiais destacam-se devido à pesada carga horária de trabalho e sofrimento, que acarretam em desgaste físico e mental (SANTOS,2019, p.20).

Em vistas a isso, o artigo riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in)segurança pública, Maria Minayo, Ednilza Ramos e Patrícia Constantino (2007), nos apresenta de maneira geral que os policiais constituem categoria de servidores públicos para quem o risco não é mero acidente, mas desempenha papel estruturante das condições laborais, ambientais e relacionais. Esses profissionais têm consciência de que perigo e audácia são inerentes aos atributos de suas atividades.

Assim,

Segundo documento da Organização Mundial de Saúde, o trabalho em determinadas atividades policiais está vinculado a fatores causadores de estresse como o trabalho monótono que exige concentração constante, em turnos, isolado e sob ameaça constante de violência. O mesmo documento afirma que há também evidências epidemiológicas sobre o tema: elevado risco de doenças cardiovasculares, particularmente as coronarianas e a hipertensão para profissionais da segurança pública de ambos os sexos e em mais elevadas proporções que na população em geral, o que denota, em grande medida efeitos do estresse; os policiais são um dos segmentos mais vulneráveis a acidentes e

mortes no exercício de sua profissão; e configuram uma das profissões mais expostas ao perigo e à agressão, uma vez que intervém, quase sempre, em situações cotidianas de conflito e tensão (MINAYO;BEZERRA;CONSTANTINO,2013,p.658)

Desta forma,

Quando comparado a diferentes profissões, o trabalho policial foi a segunda função mais estressora (Gonçalves & Neves, 2010; Johnson et al., 2005) e a terceira ocupação mais comumente referida com sintomas físico e psiquiátricos relacionados ao trabalho (Collins & Gibbs, 2003). É uma profissão de risco para problemas de saúde (física e emocional) como *burnout*, estresse, abuso de álcool e ideações suicidas. Esses problemas de saúde resultam de algumas condições aversivas, próprias do trabalho policial e geradoras de esgotamento físico e emocional (ADAMS & BUCK, 2010; AYTAC, 2015 apud CASTRO; ROCHA; CRUZ,2019,p.527)

Entende-se aqui por stress uma reação natural do organismo frente a situações que exijam dele adaptações além do seu limite, provocadas por vivências de ameaça ou perigo. O stress, aciona o mecanismo orgânico, de estado de alerta, através de um longo processo bioquímico, as quais provoca alterações físicas e emocionais, conforme estudos de Lipp e Bignotto (2010).

Em outras palavras, é como se o corpo, diante de uma manifestação externa, recrutasse todas as ferramentas disponíveis e se preparasse para lutar ou fugir, momento em que a amígdala, o hipotálamo e o sistema nervoso autônomo promovem taquicardia, alteração na respiração, distribuição sanguínea mais intensa para os músculos, aumento de suor.

Portanto, não há nada de anormal nesta dinâmica, é reação natural do corpo, para sobreviver diante as ameaças concretas. Contudo, em função da liquidez da pós modernidade, as ameaças passaram a ser abstratas e este mecanismo natural, passa a ser usado reiteradamente de forma contínua, ocasionando o stress crônico, o qual promove um processo inflamatório no corpo, bem como a redução das células de defesa, alterando assim o sistema imunológico do organismo.

Neste aspecto, é possível verificar que o stress crônico, é um vetor que afeta diretamente a saúde e a qualidade de vida das pessoas, levando o desgaste físico e psíquico daquele individuo que está diariamente sujeito ao stress. Segundo a Associação Americana de Psicologia, o stress provoca alteração em todos os sistemas o corpo: musculoesquelético(tensão muscular, em função do estado de vigilância) cardiovascular,

endócrise gastrointestinal(alterando o sistema imunológico, em como o humor), sistema nervoso e reprodutivo.

Por todo o exposto, é possível observar que “o trabalho policial em si tende a ser considerado inerentemente estressor” (CASTRO; ROCHA; CRUZ,2019,p.527) e que esta peculiaridade impacta diretamente na sua saúde deste profissional.

Em se tratando da Polícia Militar da Bahia, observamos uma especificidade no que tange aos seus colaboradores: essas pessoas estão sujeitas aos impactos em sua saúde através do risco inerente a própria atividade e na mesma medida, a mercê do processo violador que o racismo lhes causa.

E neste ponto é criterioso se perguntar: como reage um corpo negro diante da encruzilhada da dupla capa? Veremos alguns dados destas duas capas, em separado.

Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), na pesquisa realizada em 2022, com foco o ano de 2021 temos que 77% das vítimas de homicídio dolosos são pessoas negras, sendo que este número aumentou 1,6%, em comparação aos anos anteriores, enquanto que a quantidade de vítimas não negras no que tange o mesmo tipo penal reduziu em 33%. Ainda, no quesito homicídios dolosos a pessoa negra tem 2,6% vezes de chances de ser assassinada em comparação a pessoas não negras.

Os números seguem, apontando mulheres negras como vítimas em potencial no crime de feminicídio, ostentando 67% dos casos, com um acréscimo 2% nos casos envolvendo estas mulheres e um decréscimo 26,9% de mulheres não negras. Ainda de acordo com o FBSP as pessoas negras lideram nas estatísticas de assédio (77,2%), no medo de morrer (85,3%), de ser agredido por sua preferência política (70,1%), na população prisional(67,5%), no sofrimento de violências diversas (55,9%) e 50% de chances de tirar a própria vida. Para além de todos esses tipos penais dirigidos a vitimização preferencialmente de pessoas negras, é preciso saber que a mesma pesquisa apresentou que no ano de 2021 existiu no Brasil 13.830 casos do tipo injúria qualificada pelo racismo e 6.003 casos de Racismo.

Os dados expressos nestas linhas que cheiram a sangue, a sofrimento, a dor, e ao medo de um perigo iminente (risco de vida e integridade física) podem ser apresentados, como episódios que invariavelmente afetam saúde mental da população negra. A exposição a uma política que dialoga constantemente com a morte física, psicológica,

emocional, afetiva, social retalha violentamente em múltiplas vias este indivíduo, uma espécie de corpo” mutável”, definido pela raça.

Percebe-se que, diante da quantidade de dados que recai violentamente sob o sujeito negro, aparenta-se que a violência há sempre de encontrar na encruzilhada um corpo negro que precisa ser violentado e interrompido: Ser negro, passa ser o risco!

No que diz respeito a segunda capa, as taxas de suicídios entre policiais da ativa das diferentes corporações no Brasil apresentou aumento de 55,4% no ano passado, o que representa quase oito vezes o aumento verificado entre a população em geral, de 7,4%. Destes, o total de agentes de segurança que tiraram a própria vida em 2021 é mais da metade do número de policiais mortos em serviço durante todo o ano (190) e o dobro de suicídios registrados na população em geral em estados como Acre, Amapá e Roraima. O Rio de Janeiro, lidera esta realidade, seguida da Bahia, a qual apresentou aumento acumulado de 152% nos últimos quatro anos. Quanto aos números referentes ao homicídio, temos que embora as pessoas negras representem um efetivo total nacional de apenas 37% dos policiais, os assassinatos destes trabalhadores chegam a marcar 67,7% dos casos.

Diante dos dados, de sangue respingados no coturno militar, bem como nos pés ora calçados, ora descalços civis observamos uma regência em um mesmo tom, a cor negra de plano de fundo, em risco constante, que mesmo estando com seu corpo encoberto, as mortes dos mais variados tipos os encontram. Que mesmo sobrepondo em sua pele negra, a farda policial, o seu risco permanece iminente, ora fardado, ora sem farda, como uma dupla capa. Que mesmo que sua pele negra esteja em sua segunda pele, ele permanece sendo um negro (dentro da perspectiva negativa que aprendemos até aqui) e sobre ele recaíra todas as consequências que o racismo estrutural oferece do físico ao psíquico. Ainda que este sujeito compreenda que naquele momento, no acesso a instituição é preciso esquecer a cor da pele, a sua subjetividade, haja vista sua cor e identidade, agora é o uniforme, ele permanecerá sendo negro. Ainda que faça uso de todas os elementos da branquitude, as máscaras, os uniformes ele permanecerá sendo negro.

3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.3.1 Situação empírica e atores envolvidos

Diante do cenário de violência racial perpetuado pelo racismo de maneira sistemática e seu conseqüente impacto na saúde mental da população negra, como visto nas linhas iniciais, esta pesquisa visa analisar de que forma o racismo repercute na vida daquelas pessoas que carregam em sua pele enegrecida, a segunda pele uniformizada. Portanto, serão escolhidos dentre a população de profissionais, pessoas negras (pardas e pretas) da PMBA.

Para sular a seleção dos autores envolvidos no processo, foram enviados por meio de um aplicativo de mensagens cinquenta convites para pessoas negras que possuíam nível superior e que estavam em pleno gozo do exercício de sua atividade policial para participação de uma entrevista, a qual seria realizada em uma plataforma de videoconferências.

Como resultado do chamamento para participação da entrevista, obtivemos apenas seis aceites, sendo estas distribuídas no posto e graduação (Cabo PM a MAJ PM).

Os quarenta e quatro não participantes se quer responderam negativamente a proposta, a reação diante ao convite foi o silêncio, o que pode revelar o desconforto diante ao tratamento com a temática.

3.3.2 Abordagem metodológica

Conforme discutimos até aqui, o racismo é um processo sistemático de desvalorização da pessoa negra, a qual altera o exercício pleno da cidadania deste indivíduo, bem como sua autopercepção positiva. Partindo deste pressuposto, a pesquisa em questão tem o objetivo de analisar de que forma este instituto impacta na saúde mental da policial militar.

Neste sentido, utilizaremos como abordagem metodológica, a indução, a qual segundo Lakatos, Marconi (2003) é um processo mental, o qual tem com o ponto de partida dados particulares, suficientemente constatado, como ponto de chegada, uma verdade geral, não contidas nas partes examinadas. Portanto, os objetivos do argumento indutivo é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que as premissas as quais se baseiam.

Assim, o trabalho analisará o fenômeno na realidade: os impactos do racismo na saúde mental da policial militar da Bahia. Deste modo, foi realizada uma revisão de literatura, no capítulo I, a qual teve o objetivo de apontar a Colonialidade como matriz fundante na formação da sociedade moderna e no capítulo II, compreender a construção da saúde mental da população negra frente uma sociedade racializada. O capítulo III tem a finalidade de experimentar a hipótese estabelecida, para tanto foi realizada uma entrevista com sete pessoas negras, técnica usada para os tipos de pesquisas qualitativa, de onde obterá os dados que permitirão analisar e classificar as informações extraídas. De posse dessas informações, o capítulo IV, apresentará um projeto, aos moldes exigidos pelo Departamento de Planejamento da instituição denominado Sankofa, como tecnologia de segurança pública com a finalidade de minimizar os impactos observados no capítulo dois e três.

3.3.3 Técnicas metodológicas

A pesquisa em questão, por se tratar de um processo investigativo de cunho social, com a finalidade de coletar dados para auxiliar no diagnóstico da problemática para a posterior sugestão de Tecnologia de Segurança a ser aplicada. Será utilizada como técnica metodológica a entrevista, que segundo Lakatos e Marconi (2021) é uma forma de conversa que se dá a partir do encontro entre duas pessoas, em que uma delas traz informações sobre determinado assunto, mediante ao estímulo do entrevistador. Portanto, trata-se, de acordo com Goode e Hatt (1969, p.237) “de uma técnica desenvolvida a partir da precisão, focalização, fidedignidade e validade através de um sistema de conversação” (apud LAKATOS e MARCONI,2021, p.88), com o objetivo de obter informações sobre determinado assunto.

Para Best (1972, p.120) “a entrevista é considerada um instrumento de excelência da investigação social” (apud LAKATOS e MARCONI,2021, p.88) para além disto, a entrevista é um importante trabalho na área das ciências sociais aplicadas, como a pesquisa em questão.

O tipo de entrevista que usaremos na pesquisa será não estruturada, na qual as perguntas serão abertas, fornecendo ao entrevistado liberdade para responder as questões em uma conversação informal, na modalidade não dirigida a qual possibilitará ao participante a expressão dos seus sentimentos e opiniões.

3.3.4 Estratégia de análise

Com a finalidade de analisar em que medida o racismo impacta na saúde mental do policial militar foram enviados por meio de um aplicativo de mensagens cinquenta convites para pessoas negras que possuíam nível superior e que estavam em pleno gozo do exercício de sua atividade policial para participação de uma entrevista, a qual seria realizada em uma plataforma de videoconferências.

Dos cinquenta convites, seis pessoas aceitaram o participar da entrevista. Os quais apresentam um perfil de homens e mulheres, entre praças e oficiais que estão no posto/graduação representados por (Cabo, Sargento, Tenente, Capitão, Major), com idade entre trinta e quarenta e oito anos, mais de dez anos de atividade policial e pessoas negras retintas. Todos mediante ao termo de consentimento.

As entrevistas foram realizadas no aplicativo *google meets* no horário e dia disponível para cada convidado, com um único encontro para cada participante e duração preliminar de 1h, contudo devido ao envolvimento contundente dos entrevistados, em todas as reuniões excedemos o horário.

As perguntas realizadas para os participantes giravam em torno das seguintes categorias: Infância, Emocionalidade, Autopercepção e Percepção do outro, Autoestima, Ascensão social, na modalidade aberta, as quais deveriam fluir lembranças e memórias ao longo do processo, como de fato ocorreu. É importante salientar que o caminho desenvolvido em cada família de perguntas, variavam conforme a experiência apresentada e o grau de confortabilidade para que este ou aquele assunto, seguisse determinada direção.

Neste mesmo ponto, acrescenta-se a estas seis categorias um conjunto de três perguntas diretas, quais sejam:

- 1) Qual o conselho seu eu da infância daria para o seu eu adulto?
- 2) Qual o conselho seu eu adulto daria para seu eu da infância?
- 3) O que é vestir a farda policial? Sobrepor a pele preta a segunda pele.

É imprescindível dizer que as entrevistas tiveram um lugar especial neste processo de construção, pois foi possível captar nas expressões do rosto, no silêncio, no nó por vezes advindo da garganta, nas lágrimas, nos sorrisos diante da vitória, no desconforto de lembranças dolorosas, o que de fato os livros/pesquisas, investigados até aqui, na sua

junção vocabular nos apresentam. Nas entrevistas, foi possível sentir, o ecoar da voz daquela pessoa que ostenta na sua pele preta a sua segunda pele policial, ressonando nos sete pontos das encruzilhadas.

3.4 VOZES: MINHA PELE NEGRA EM MINHA SEGUNDA PELE!

3.4.1 Abrindo a porteira da Comunicação: A minha voz no processo!

“Você ouve, sente, vê, transforma e escreve... Como uma missão ancestral, em conexões, simplesmente para e deslancha. E como um grande ato em contação de histórias, todo presente recebido do orixá é ofertado em funcionalidade pra você e para coletividade!” (A autora)

Nestas linhas preliminares, confesso que o planejamento inicial não era necessariamente, escrever sobre o tema proposto. Aliás, não tinha quaisquer entendimentos sobre o que apresentamos até aqui, no que tange a saúde mental e as implicações diante ao racismo. E de fato, no plano da consciência nunca foi uma categoria lida como problema, nem tampouco uma questão a ser investigada, analisada e estudada para a propositura de uma Tecnologia de Segurança que pudesse auxiliar na solução do problema apresentado.

Contudo, no plano do inconsciente- que segundo a Teoria Psicanalítica de Freud por (SANTOS 2021), é um “reservatório” de sentimentos, pensamentos, impulsos e memórias que estão fora da percepção consciente- a dor estava ali latente, oferecendo ao meu corpo doses de insônia, ansiedade, dor profunda de esvaziamento, de falta de algo que não sabia exatamente o que era, a ponto do meu cognitivo não ser capaz de transformar aquela falta em linguagem, só sabia que estava ali e doía demais. Dores de coluna, dores de cabeça, stress constante, um grau exacerbado de irritabilidade, perda de memória e pouca concentração, ganho de peso contínuo, um nó na garganta que já considerava meu, pernas inchadas, tudo isso acontecendo e mesmo com pouca idade, achava que fazia parte da vida e precisava conviver com tudo aquilo.

E com todas essas dores, sem reconhecê-las como tal, adentrei a este mestrado. Seleção que “coincidentalmente” apareceu, no meio das pesquisas de outros campos do saber: Educação, Sociologia, os quais eram de meu interesse genuíno. Ao avistá-lo intuitivamente, eu desejei, sem saber exatamente o que motivava aquele desejo, que em certa medida, foi entendido com estranheza, por mim, afinal, trabalhar Segurança Pública? Polícia? Também nas minhas pesquisas? Fora de cogitação! Pois as minhas

pesquisas sempre atravessaram a categoria RAÇA, mas todas elas em rota de fuga no que tange ao meu trabalho, na origem: policial militar. Mas com toda a resistência que era peculiar a minha pessoa, algo naquele programa era atrativo, atraente, e essa atração apresentou-se mais forte do que qualquer crença limitante a respeito da temática. Tudo preparado, seleção, e apresentei este projeto: Vidas Supérfluas: PMS x Bandidos, os selecionados para morrer na Guerra contra as drogas. E obviamente, com um atravessamento maciço nas Relações Raciais, em continuidade ao trabalho anterior na formação no Bacharelado em Direito: Da invisibilidade ao prestígio, o crime como mecanismo de ascensão social. Fui selecionada!

A sustentabilidade do tema, durou o tempo de assistir as aulas de Estudos Avançados em Sociologia do Professor Milton Júlio, meu orientador da época. Em cada aula (de excelência), o incômodo fazia moradia no meu corpo em suas mais diversas dimensões, a ponto de fugir, do que ouvia, como se não tivesse recursos, ferramentas para compreender como aquele conhecimento era captado por uma pessoa que gozava da dupla capa: De policial e de ser preta. Não resisti, fugi do que me era apresentado e ecoava em mim em forma de dor. Era como aquelas palavras em forma de conhecimento potencializasse a dor já existente em mim a qual não sabia verbalizar.

Tranquei o mestrado! Sem nenhuma perspectiva de retorno. Em um processo intenso de rejeição, o meu discurso passou a ser: NÃO QUERO EM HIPÓTESE ALGUMA, pesquisar dor e isso incluía o racismo e suas espécies.

Mas como boa filha de orixá que sou, renascida para Ogum, pelas mãos de Xangô, os martelos e as espadas, foram sendo pacientemente afiados, enquanto as águas doces e salgadas, movidas pelo vento, foram reconduzindo meu Ori(mente), para o *eledá*(caminho), que meus pés, até então impacientes, deveriam seguir. Em lentidão e com muita sabedoria, fui apresentada como em um toque de mágica a conhecimentos nunca antes experimentados por mim, de maneira consciente. E foi exatamente neste processo que encontrei em uma rede social do Professor e Psicólogo Lucas Veigas, palestrando sobre *Black Psychology*, (Psicologia Preta), fui fisgada pelo conteúdo e desde então, imergir na temática, fui acessando outros escritores e pesquisadores. Lembro das minhas palavras sinceras ao ser confrontada com tudo aquilo: É isso! É sobre isso!

Resolvi retornar para o Mestrado, mais fortalecida e com uma nova pesquisa: Minha pele negra em minha segunda pele: Racismo e saúde mental da pessoa policial militar.

Preciso confessar que como boa gestora no uso dos sentidos e analista que sou, no decorrer do processo fui me observando e observando os meus colegas diante da dupla capa, bem como os comportamentos ditos, sentidos e muitas vezes omitidos. Durante a feitura, pude experimentar novas formas de saberes que permitiram entender o cenário de complexidade permeado nas relações raciais e como tudo aquilo afetava a minha saúde e a saúde dos meus.

Pude compreender como acessar a dupla capa, garantiu a minha subsistência material, do qual, orgulho-me demais, mas era apenas um detalhe que iria transformar toda a minha trajetória: saber quem eu sou, minha história e portanto valorizar minha ancestralidade, ou seja os passos daqueles e daquelas que vieram antes e de longe, os quais são meu sustentáculo e me mantém com vitalidade durante a jornada.

A construção desses escritos foi uma verdadeira imersão que tinha a potência de alimentar minha autoestima, promover autoconhecimento, autovalorização, autonomia, cura, uma transformação intensa. Experimentei e senti todo o processo e como de onde eu venho o conhecimento deve ser compartilhado, todo saber aprendido, entendido, aplicado em mim, transformou-se nesta dissertação.

Sim, verdade! Pode parecer estranho frente à normalidade das construções acadêmicas esta parte do capítulo, mas não poderia me furtar de contar e narrar como foi efetivamente o processo de construção deste trabalho, tal como um parto, maturado, nutrido no tempo de Tempo, alafaiado (confirmado), em movimento e transformação, suleado e bem encaminhado pelo número sete, a quantidade de entrevistados no total.

Mas não eram seis? Sim, mas eu também faço parte desta roda que gira. SETE, número que faz referência ao orixá Exu, orixá da comunicação. Portanto, que este trabalho seja um veículo de comunicação ancestral para identificar um problema, uma dor e a posterior apresentar as possibilidades de cura e efetuar a transformação que esta divindade é capaz de realizar.

A partir daqui, ouviremos as vozes das pessoas entrevistadas, em narrativas (elas receberão o destaque com o “*itálico e aspas*”), as quais serão alternadas pela voz desta

escritora, bem como, por vozes de escritores e escritoras negras que nos conduziram até aqui neste grande desafio.

3.4.2 Vozes: Minha pele negra em minha segunda pele.

Durante toda produção, a insegurança de continuar esta caminhada de escritos, foi latente, oriunda do medo de não dar conta de um conteúdo que nos invade por dentro, no qual não é lido como mero objeto de pesquisa, distanciado, ao contrário é um sujeito de pesquisa, na qual faz parte da minha vida. Mas tão logo, sou lembrada pela ancestral bell hooks(1989, p.42)

que entre esses dois conceitos, nos ensina que os sujeitos são aqueles que “têm o direito de definir suas próprias realidades, estabelecer suas próprias identidades, de nomear suas histórias”. Como objetos, no entanto, nossa realidade é definida por outros, nossas identidades são criadas por outros, e nossa “história designada somente de maneiras que definem (nossa) relação com aqueles que são sujeitos. (apud Kilomba,2019, p.22).

E a partir daí, a ideia de escrever, passa a ser uma obrigação moral, incorpora a crença de que a história pode “ser interrompida, apropriada e transformada através da prática artística e literária” (hooks, 1990, p. 152 apud Kilomba,2019, p.22).

Diante disto, coloquei minha capa de coragem, bem semelhante a uma Pantera Negra e seguir. O cenário pronto (levantamento teórico), convites aceitos. Convites aceitos, vírgula, no geral as pessoas convidadas para participar do processo, em maioria não aceitaram o convite, de forma silenciosa, como foi relatado anteriormente. Confesso que de imediato, pensei em aplicar uma nova forma, um questionário, para que as pessoas pudessem me enviar, caso desejassem. Mas ao fim, percebi que aquele silêncio, também poderia revelar algo, a exemplo da aula de Sociologia, experienciada por mim, com o desconforto de quem estava acessando uma ferida, uma cicatriz ao qual não poderia, não tinha ferramentas para acessar naquele momento. Interessante que após um período de um mês/dois meses pós o convite, algumas pessoas convidadas, mas em negativa do aceite, confessaram que não queriam falar sobre aquela questão por hora, com afetividade acolhi empaticamente, como alguém não apenas se colocou no lugar do outro, mas como alguém que teve o seu corpo, em uma semelhante exposição diante daquele conglomerado de dores e que naquele momento podia compreender que cada um tem seu momento.

Dito isso, tudo pronto e checado, faltava apenas o contato com os personagens, os verdadeiros interlocutores destes versos. Reconheço que não sabia exatamente o que

encontrar e em que medida aquele processo de escuta iria se aproximar da minha história, compreendendo a existência de histórias que são individuais, mas se interseccionam em histórias coletivas.

O ponteiro do relógio cruzava às 14h e a primeira entrevista estava prestes a começar. Bloco de notas aberto, câmera ligada, aguardava ansiosamente.

Eis que ele apareceu sorridente ostentando em sua pele preta a sua segunda pele. Eu do lado de cá do *google meets*, de cabelos trançados, na minha pele preta, vestes brancas, correspondendo ao sorriso sincero. Quem observasse de fora, entenderia que aquele esquadro era duas faces contraditórias de uma moeda. Esquecendo, que embora sejam duas faces tratava-se de uma mesma moeda, que ora se apresentava como cara e ora se apresentava como coroa. Ora a pele preta, ora a farda policial. Aos olhos mais atentos, observaria o encontro de dois filhos de Ogum na abertura dos trabalhos, que ora se apresentava fardado, ora se apresentava de branco, mas permaneciam sendo dois filhos de Ogum.

Depois de um bate-papo afetuoso, com a finalidade de nos preparar para profundidade da temática, iniciamos falando sobre infância. Confesso que esta foi a categoria mais amarga de escutar. Experiências de muitas dores e invisibilidades, ao longo de todas as entrevistas, as quais dialogavam com o crescimento e amadurecimento precoce, uma perda gradual da infância, diante das responsabilidades de cuidado que o seio familiar exigia, situação identificada, sobretudo para aqueles que foram atravessados pela perda de um dos responsáveis pela gerencia da família e por aqueles que não tinham acesso ao capital financeiro. Portanto, as brincadeiras eram substituídas pelo trabalho desde muito cedo.

De outro modo, segundo as palavras de um dos entrevistados: *“Não encaixava eu ser negro e ter dinheiro e então as crianças quebravam os meus brinquedos porque não admitiam que eu, negro, pudesse ter os mesmos brinquedos que eles. Simplesmente, rasgavam as minhas roupas”*. É como se no inconsciente coletivo a projeção (a imagem virtual) que temos da pessoa negra dialoga intimamente com a ausência e ou escassez de capital financeiro, sendo assim, como aquela imagem fere aos meus retratos mentais disponíveis, simplesmente destruo o que simbolicamente reflete riqueza e está em desacordo com o que acredito ser o real. Seguindo o conceito Carl Jung(2014), o

inconsciente coletivo é a parte abissal da nossa mente, construída por informações e impressões herdadas pela família e indivíduos de fora, uma espécie de herança psíquica. Deste modo, o inconsciente coletivo é basicamente um campo para guardar as ideias pré-concebidas, guardando neste lugar os traços mais íntimos, os sentimentos e impressões que não são objetos de nosso controle. Ainda neste ponto temos: *“Passamos a morar em um lugar que não era para gente, era como seu eu não devesse estar lá, não era nada dito, era tudo muito sutil.*

Sobre isso a psicanalista Neusa Santos (1983, p.44) nos ensina que

na ordem social escravocrata, a representação do negro como socialmente inferior correspondia a uma situação de fato. Entretanto, a desagregação dessa ordem econômica e social e sua substituição pela sociedade capitalista tornou tal representação obsoleta. A espoliação social que se mantém para além da abolição busca, então, novos elementos que lhe permitam justificar-se. E todo um dispositivo de atribuições de qualidades negativas aos negros é elaborado com o objetivo de manter o espaço de participação social do negro nos mesmos limites estreitos da antiga ordem social.

Retomando ao nosso espaço de escuta, em meio a lágrimas, nó na garganta e silenciamento, os apelidos ofertados durante a infância, modularam as emoções nas entrevistas. Quase que com unanimidade, todas as pessoas que participaram do processo receberam nomes diferentes dos seus de batismo, os quais tinham um simbolismo de feiura, negatividade, animalização. *“O apelido era a peça fundamental para sedimentar o estigma. Despersonalizando... Até hoje me incomoda falar dos apelidos que tinha quando criança. Para os brancos, os apelidos eram carinhosos. Eu brigava todas às vezes que o apelido vinha. Minha mãe vinha e dizia não ligue. Precisei aprender a lutar para me defender (aprendi judô.)”* complementando o discurso umas das entrevistadas desabafa: *“A violência era a minha proteção!”*

De outro modo: *“eu tinha muitos apelidos, fingia que não estava acontecendo, achei que ia passar, mas não passou.”* E outro entrevistado acrescenta: *“Eu simplesmente me enclausurei.”*

Três comportamentos distintos, diante do que o Doutor Adilson Moreira (2019) chama de Racismo Recreativo, como parte de um projeto de dominação. Para o professor Moreira (2019, p.23),

o humor racista não possui uma natureza benigna, porque ele é um meio de propagação de hostilidade racial. Esse conceito designa um tipo específico de opressão racial: a circulação de imagens derogatórias que expressam desprezo

por minorias raciais na forma de humor, fator que compromete o status cultural e o status material dos membros desses grupos. Esse tipo de marginalização tem o mesmo objetivo de outras formas de racismo: legitimar hierarquias raciais presentes na sociedade brasileira de forma que oportunidades sociais permaneçam nas mãos de pessoas brancas.

Um dos entrevistados coaduna com o entendimento do Doutor Adilson(2019) “*Existia uma espécie de hierarquização dos meninos brancos (eram preferencial), então todos buscavam fugir da negritude, eu não tinha jeito.*” Fugir da negritude, simbolizava o livramento das opressões e a conseqüente aproximação como o que é considerado homogêneo. Neste ponto, bell hooks (2019) nos ensina que sistemas de dominação, imperialismo, colonialismo, racismo coagem ativamente as pessoas negras internalizarem percepções negativas de negritude, se auto-odiarem. Muitos de nós sucumbem a isso.

Retomando ao entendimento do Racismo Recreativo, Doutor Moreira(2019,p.96), acrescenta que

O Racismo Recreativo contém mecanismos que também estão presentes em outros tipos de racismo, embora tenha uma característica especial: o uso do humor para expressar hostilidade racial, estratégia que permite a perpetuação do racismo, mas que protege a imagem social de pessoas brancas.

“*Comecei a me comparar, era tudo muito desconfortável, para compensar fazia mais, para mostrar que eu era capaz*”. Diante das ofensas verbais, camufladas de brincadeiras, era necessário pertencer de alguma forma. Para bell hooks (2019) esta compreensão demanda um investimento emocional profundo, pois ela está alocada no mito da homogeneidade, a qual centraliza a branquitude no conceito de capacidade, o que irá influenciar as formas de ser, existir e de pensar dos indivíduos negros. Em *paripasso*, emoções básicas como raiva e tristeza eram basilares na construção da emocionalidade daquelas pessoas, em função dos sistemáticos processos de rejeição, invisibilidade, desconforto, ausência de sentimento de pertencimento, sentimento de inferioridade, solidão, inadaptação, inadequação, isolamento social.

“*Eu simplesmente não era visto(a)*” a frase que mais se repetiu durante as entrevistas, quando perguntado: Como as pessoas te viam? Segundo bell hooks(2019) existe uma ritualística no sistema de opressões, a qual obriga as pessoas negras a assumirem o manto da invisibilidade, o qual consiste em um processo de apagamento de sua subjetividade, instrumentalização usado na escravidão, apartheid racial, com o objetivo de serem servos melhores e menos ameaçadores.

“Quando me viam, era a partir da nota que eu tirava, então queria/precisava ser muito boa na escola.” Aqui, o choro rompeu a fala e precisamos durante um instante pausar. No retorno, acrescentou: *“Perdi um pouco do que é ser criança, precisava ser forte e quando você precisa ser forte, você deixa de ser criança”*. Outro entrevistado acrescenta: *“Eu ganhei visibilidade a partir do atletismo, passei a ser atleta da escola. Se não fosse isso as pessoas não me viam, sempre me sentia desconfortável, parecia que eu precisava fazer coisas para que merecesse estar ali.”* Aqui podemos observar, a máxima que é oferecida às pessoas negras: você precisa ser bom duas vezes, você precisa ser o melhor, para gerar uma possibilidade de gozo do direito de ser visto como pessoa, como humano. Tornando-se o melhor (aproximação das simbologias do que é ser branco, como aprendemos nos capítulos anteriores) *“você camufla o abismo que há entre si e a humanidade plena”*, como nos versos de Emicida (2019) na música Ismália no álbum Amarelo.

De acordo com Grada Kilomba(2019, p.48) no racismo, *“corpos negros são construídos como corpos impróprios, como corpos que estão “fora do lugar” e, por essa razão, corpos que não podem pertencer.”* Pensamento que coaduna com a experiência de uma das pessoas entrevistadas: *“Eu tinha o meu lugar e eles tinham os seus devidos lugares, quando isso era ameaçado, toda vez que eu era destacado, eu era agredido por outras questões e no final das contas eu me sentia impotente, incapaz de mudar o quadro”*.

Kilomba (2019, p.48), complementa, afirmando que os *“corpos brancos, ao contrário, são construídos como próprios, são corpos que estão ‘no lugar’, ‘em casa’, corpos que sempre pertencem.* Fanon (2008), orienta ainda que nestes casos, os brancos costumam ficar atentos e tendem a tomar cuidado com *“este tipo de negro”*, pois eles entendem que, *“este tipo de negro”* é uma ameaça, pois ele é quase branco.

Para Fanon (1967, p.118) estamos lidando com fantasias que representam meramente o imaginário branco, os quais são reprojatados em nós, contudo esta realidade irracional, para nós, deve ser descrita como traumática (apud Kilomba, 2019, p.31). *“Durante o Natal, quando criança fui fantasiado de papai Noel, fui agredido pelas outras crianças que quando me viram gritaram: Não existe papai Noel negro!”*

Fanon (1967, p.118) ainda afirma:

Eu fui odiado, desprezado, detestado, não pela vizinha do outro lado da rua ou pelo meu primo por parte de mãe, mas por uma raça inteira. Eu competi contra algo irracional. Os psicanalistas dizem que nada é mais traumatizante para a criança do que esses encontros com o que é irracional. Eu diria, pessoalmente, que para um homem cuja arma é a razão, não há nada mais neurótico do que o contato com o irracional. E continua: “Eu racionalizei o mundo e o mundo me rejeitou sob a base do preconceito de cor (...) Coube ao homem branco ser mais irracional do que eu” (apud Kilomba, 2019, p.31).

Ainda na infância, as mais variadas estratégias de sobrevivências eram experienciadas como mecanismo de defesa diante das violências raciais diárias. Estas microgerações, expressão cunhada pelo psicanalista Chester M. Pierce nos anos 1970, como aprendemos anteriormente – afetavam diretamente a percepção que os entrevistados tinham de si, o que dificultava uma relação intrapessoal saudável e conseqüentemente a construção de uma autoestima positiva.

Neste ponto, o som daquelas vozes ecoava em um único tom:

“Eu não me sentia bonito”,

“Não me sentia suficiente bom.”

“Me achava feio, não gostava nem de me olhar no espelho”.

“Eu tinha vontade de me deformar. Vontade de ter cabelo liso de franja. O cabelo do meu colega era que eu queria ter. Pedia a Deus que pudesse ter olhos azuis!”

Este colega de cabelo de franja, branco, de cabelo liso, apareceu em todas as entrevistas, como referencial de beleza a ser alcançado. Segundo Fanon (2008, p.34), “todo povo colonizado, isto é todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade, devido ao sepultamento da sua originalidade cultural, tentará assimilar os valores culturais da metrópole, quanto mais ele rejeitar sua negritude, mais branco será.”

Diante do cenário apresentado, sugere-se que há um processo de desejar o que não se pode ser (BRANCO), causado pela violência racial, efeito que Wade W. Nobles (2008) denomina de proximidade da brancura, no qual é uma doença mental debilitante para os africanos diaspóricos: “o embranquecimento” o qual deve ser considerado como patogênico, no Brasil e em toda parte. Ainda segundo o psicólogo, este desejo incontrolável de ser branco, ou querer se aproximar da brancura, ou pela ilusão de não ser negro, deve ser diagnosticado clinicamente como trauma causado pela experiência prolongada e constante do terrorismo psicológico. Neste ponto, é importante ressaltar,

que diante de tudo que aqui foi relatado, torna-se quase que impraticável uma construção de uma identidade positiva negra, em um universo que se apresenta como antinegro.

Ainda para o psicólogo, o racismo é tão letal que, para se tornar um africano humano, necessariamente precisa se aproximar das definições brancas de humanidade, seria como se estivéssemos trocando a força espiritual, aquilo que nossa ancestralidade define como essência humana por novas lealdades.

No entendimento de Grada Kilomba (2019,p.30),

no mundo conceitual branco, o sujeito negro é identificado como o objeto “ruim”, incorporando os aspectos que a sociedade branca tem reprimido e transformando em tabu, isto é, agressividade e sexualidade. Por conseguinte, acabamos por coincidir com a ameaça, o perigo, o violento, o excitante e também o sujo, mas desejável – permitindo à branquitude olhar para si como moralmente ideal, decente, civilizada e majestosamente generosa, em controle total e livre da inquietude que sua história causa.

“Quando estamos no processo de formação a gente é o que nos diz.” Por aqui, observamos o quanto o processo de invisibilidades e rejeições foram contundentes nas experiências até aqui relatadas, na construção da autopercepção e autoestima negativa, em resumo na sua relação consigo, o que sistematicamente afetou as relações interpessoais, do ponto de vista afetivo.

“Não me aceitava, não buscava relacionamento, todos tinha uma namorada e eu não tinha. Eu me achava tão feio que eu achava que nenhuma menina ia me querer, a válvula de escape era estudo. Foi muito difícil romper isso. Nunca chegava nas meninas. NÃO É POSSIVEL QUE ESSA MENINA QUER NAMORAR COMIGO?”

“Eu não era uma pessoa que os meninos gostavam. (até o ensino médio)”

“Nunca era escolhido nos processos de afeto, eu sempre estava no meio da roda, nunca tive namorada na adolescência, eu já sou negro, e gay...não queria magoar! Eu era obrigado a me envolver com as meninas. Fui assexuado durante muito tempo, com medo de magoar e medo de ser rejeitado, o meu papel era dar a casa e armar os encontros, me sentia triste. Me bloqueei durante muito tempo, o bloqueio era o melhor caminho, evitaria o sofrimento.”

“Meu afeto? Ele sempre anda escondido. Para as relações de amizade sou afetuosa. Para as relações em casa sou afetuosa. O que me afeta, são minhas relações. Tenho medo de me ferir, de me machucar. Eu já entreguei meu afeto. E me feri”.

“Para mim é mais fácil ser hostilizado do que ser amado. Não sei o que amor!”

“A solidão da mulher negra: É uma experiência comum a mulher negra. (Se encolhe para caber/ vive uma relação prática sexual/ sozinha mesmo). Para você deixar a emoção vir à tona é um processo, racionalizo tudo. Vou resolvendo as outras coisas da minha vida. Onde esta emoção está em minha vida? Já teve no pé, hoje sou mais emotiva, hoje lido melhor com ela. Liberar emoção não é tranquilo para mim. Racionalizo!

Quem era o garoto bonito? branco, cabelo liso, preto grande, desejei ser ele por algum momento, ele era meu o melhor amigo, me conformava, porque era normal eu não ser escolhido. Quem vai querer ficar comigo eu feio desse jeito?

Em um único tom: Comecei a namorar muito tarde, em comparação aos outros colegas, optei por estudar!

Neste ponto, faremos uma pausa para fazermos a seguinte reflexão

Em que lugar você guarda o seu afeto?

O meu afeto precisei procurar durante um tempo, um tiquinho aqui, ali e acolá. Confesso, que ainda estou em movimento e esperando este grande encontro, daqueles que o coração rompe o peito com seu pulsar acelerador de felicidade. Já sentiu? Quero experimentar essa sensação e vivo em busca deste encontro: Um encontro com a minha subjetividade! Com o meu eu que foi camuflado no decorrer da minha vida. Um eu que foi se assessorando de subjetividades que tinha como objeto, objetificar o meu ser, com grandes toques e elementos que embranqueciam o meu corpo, minha mente, meu afeto, meu cabelo.

Parecia um caminho sem volta. Corria, para ser quem não era, e ser o que eles pediam que eu fosse, eram as regras do jogo. Obediente cumpria, o contrato racial. Era tudo tão denso e intenso que me deixava exausta, mas precisava continuar e continuar implicava em olhar no espelho e odiar tudo aquilo que se via: Boca, nariz, cabelo, pele, tudo que não cabia nos espaços que adentrava, que era motivo de chacota, de olhar de desprezo. Tudo em conjunto! Todo o conjunto!! Meu cabelo recebia um nome específico, era ele o pixaim, para minha boca, beizola era o apropriado, a minha pele era pecadora, era cor que estimulava o pecado, a minha espiritualidade chamava de demônio. Ouvi dizer que alguns amigos, eram chamados da própria morte.

Tentei ser diferente da minha imagem e das nomenclaturas que a acompanhava, para ser igual, para ser a norma, para ser universal, queria deixar de ser a outra, queria

deixar de ser o outro que ninguém ver. Queria apenas pertencer! Não queria mais que o corte da exclusão que me acompanhou durante a minha vida toda fizesse presente, então aproveitei que era coagida, convidada diariamente para ter elementos branquitude porque estes sim, dialogavam mais com a humanidade do que minha própria imagem. Aceitei e iniciei esta corrida incessante pelo inalcançável.

Fui me desprendendo de mim, fui esvaziando a minha força vital, fui me desfazendo do sopro ancestral, fui reproduzindo com os meus e com as minhas tudo que faziam comigo. Pois nesta dinâmica louca fui acreditando e naturalizando que era daquele jeito que pessoas como eu deveriam e mereciam ser tratadas.

Quanto ao meu afeto, ele morava em um não lugar. Eu aprendi que era de acesso perigoso. Aliás, eu estava tão preocupada em ser outra pessoa, que afeto não fazia parte da minha vida, era um mero acessório. Aliás, eu acreditava que eu não era digna nem de receber, nem de ofertar, e com isso ia me contentando com as migalhas (quando havia) ofertadas por mim ou outros.

Meu afeto morava no vazio e gritava pelo seu resgate através das dores profundas que atravessavam o meu ser. Meu corpo, minha mente, minha alma. Às vezes, ela gritava tão alto que se materializava em um desequilíbrio profundo, chamado de doença: as físicas e também mentais.

Com o tempo, enfraquecida fui percebendo que tudo e toda falta que eu sentia, era falta de mim mesma. De tudo que me compõe. Da minha história, do chão que iniciou toda uma caminhada, da minha ancestralidade. Fui percebendo que a minha potência e a razão de eu existir, estava exatamente naquilo que fui ensinada a camuflar.

Então, fui retomando todas as histórias e ensinamentos das minhas mais velhas e mais velhos e lembrei que um dia eu seria esta mais velha e precisava dar continuidade no fortalecimento desta corrente para amenizar o trabalho da futuridade, tal como eles e elas fizeram.

No processo, fui percebendo que esta força que faz a roda girar já veio comigo, veio dentro de mim e mesmo diante de toda adversidade eu precisava escolher acessar.

Essa força era o ato de amar. Amar a minha negritude, a negritude dos meus irmãos e irmãs, a negritude de todas as pessoas, em coletivo, como fórmula de descolonizar olhar.

Em que lugar agora, você aprenderá guardar o seu afeto? (A autora)

É possível perceber que fomos sistematicamente e de forma estrutural esvaziados da capacidade de amar a nós mesmos e por consequência, esvaziados do merecimento de sermos aptos a receber afeto nos relacionarmos com outras pessoas como expresso nas falas aí descritas, preenchendo com estudo este lugar. A reflexão aqui alocada, construída enquanto as pesquisas aconteciam, é a expressão que esta pesquisadora entendeu, como o afeto se relaciona na vida de pessoas que são coagidas a posicionar uma máscara branca em sua pele negra, em um atravessamento cotidiano que permeia o auto ódio, aconteceu comigo.

bell hooks (2021,p.203) em Tudo sobre o amor: Novas perspectivas, nos ensina que

o amor nos faz sentir mais vivos, quando vivemos num estado de desamor, sentimos que poderíamos muito bem estar mortos; tudo dentro de nós é silêncio e imobilidade. E acrescenta que o amor-próprio é a base de nossa prática amorosa. Sem ele, nossos outros esforços amorosos falham. Ao dar amor a nós mesmos, concedemos ao nosso ser interior a oportunidade de ter o amor incondicional que talvez tenhamos sempre desejado receber de outra pessoa.

Por outro lado, as relações interpessoais descritas pelos participantes ainda eram efetivadas a partir da hiperssexualização dos seus corpos, da adjetivação de raivoso, violento diante da reação às violências àquelas pessoas dirigidas, dos processos de silenciamento de suas vozes, e da ousadia pelo comportamento, sendo um NEGRO!

“Me sinto invadida nos espaços. Inclusive por pessoas que estão próximas de mim!”

“Sou lida como a mulata tipo exportação. Oras finjo que não escuto, mas é algo que me sinto envergonhada.”

“Sou um negro legítimo, meus dotes físicos passaram chamar atenção. Na piscina ficava um volume imenso, quando criança minha mãe não deixava sozinho, eu era lido como um homem viril.”

“A depender de onde esteja sou temido, viril, raivoso.”

“Eu sou um negro ousado, não me aceitavam.” Eu só andava de sapatilha, pois meus colegas diziam que eu tinha pé fouveiro, então minha cobria meus pés.

“Me incomodava a hiperssexualização e como se dirigiam ao meu falo”

Ser homem negro retinto é ser objetificado o tempo todo. Um homem de segunda classe. Porque o ideal de homem é um homem branco. E eu não sou um homem. Um macho adulto é o branco. Prisão da performance sexual, com falo descomunal. O que parece muito com a descrição do diabo. Do Saba (alto, forte, apetite sexual fora do comum.) É está pulando de estereótipo e estereotipo. As pessoas me veem como temido, viril e raivoso. (Você não tem direito de se aborrecer). Homem preto, parte da negação... você tem que provar todo dia que é merecedor de confiança, já me incomodou muito. Sou sempre visto, a partir de um estereótipo. Já me acostumei com isso. O preto quando procura se impor é metido.

Confirmando os estereótipos que a branquitude, criou para as pessoas negras. A mulata tipo exportação (GONZALEZ,2010), o negro ousado (HOOKS,2022), a negra raivosa (GONZALEZ, 2010), o negro violento (HOOKS,2022; DAVIS,2016), a hiperssexualização (DAVIS,2016 ; GONZALEZ,2010).

Quando o assunto rumou para o caminho da corporação, o sorriso logo tomou conta da conversa, a postura mudou e foi ouvido coisas como:

“A PM foi minha alforria!”

“A primeira coisa que mudou foi as mulheres passaram a me olhar. Muda de forma radical. Um convite a promiscuidade...”

“Tinha na cabeça: preciso ser funcionário público. Polícia não era pretensão, embora meu pai fosse PM. Mas comecei a ganhar gosto.”

“Quando eu entro na PM, passei a ter muita namorada...”

“A PM me deu esse retorno, passei a ser visibilizava. Você não é só PM Você é oficial da PM”;

“Para mim, não era justo meus pais investirem em mim, e eu não oferecer o retorno. Nesse processo estudei muito, impulsionada pela fala de minha mãe de ser independente.”

“Fiz o concurso da PM escondido de minha mãe. (Se emociona) Passei a ser visibilizava, inclusive na PM.” Passei 20 anos invisibilizava.

“E as mulheres? (Rosto se modificou). De alguém que não era desejado, passei a ser visto até demais.”

Percebemos diante das vozes dos entrevistados, o que o professor Sansone (2002), tinha nos ensinado no capítulo anterior, sobre o papel da instituição militar no processo de transformação social dos indivíduos negros, o qual iniciou-se ainda no período escravocrata, como forma de ascender na perspectiva de humanos, como também vimos anteriormente. A PM, torna-se, portanto, um veículo de visibilidade para estas pessoas que ostentam a segunda pele em sua primeira pele, os quais motivados por um sentimento, aparente de gratidão profunda, contam as suas trajetórias, de resgate em certa medida.

Durante a entrevista as pessoas que participaram responderam o que é para eles e elas ostentarem na sua pele negra o uniforme?

“Gosto de ser policial militar, sempre gostei de andar fardado, a farda me livrava das opressões que sem a farda eu sinto.”

“A farda é um escudo que me livra de ser excluído. Tenho medo do erro de pessoa!” Refere-se aqui com o medo de ser confundido.

“No início da vida profissional era um alívio, vestir a farda do batalhão de choque. O menino que era objeto de opressão, passou a ser a ser um príncipe como conto de fadas” se eu tivesse a metade do poder que eu achava que tinha.

“Era como eu tivesse salvado minha pele. A farda da PM salvou a minha vida. Para nós é um salvo conduto, como se fosse uma carta de alforria momento de êxtase. superava as expectativas negativas sobre mim.”

Poder! Eu posso! Força e conhecimento são os meus propulsores. A PM fundamenta isso. Eu sou o cara, inclusive posso usar a força com todo mundo.

“A PM é uma porta de possibilidades!”

“Ser homem negro fardado é ocupação, vitória, conquista.”

Aqui, o sentimento de pertencimento a um grupo, fornece aos participantes um sentimento de orgulho de si, de vitória, conquista. Expresso não apenas em linguagem, mas também na comunicação não verbal observada durante a entrevista.

Mas logo em seguida, os processos são racionalizados e algumas afirmações são complementadas.

“(…). Um convite a promiscuidade. A mulher olhava farda, isso é sedutor. Mas gosto de conversar, mas elas queriam a farda, apenas. A farda é poder.”

*“(...)passei a ter muita namorada... **mas entendi que as pessoas se aproximavam do personagem, passei a criar a resistência.**”*

“A gente não dá conta, com o tempo de sair da invisibilidade para a visibilidade. É como essa visibilidade te desse tudo. Como se não houvesse mais nada a ascender.”

*“(...)O menino que era objeto de opressão, passei a ser a ser um príncipe como conto de fadas. **Se eu tivesse a metade do poder que eu achava que tinha.**”*

*“(...)De alguém que não era desejado, passei a ser visto até demais. **Achava que era por mim, mas era o TENENTE. Passei a notar a vigência de amores oportunistas. Quando consegue furar a dificuldade econômica, passa ser visto como como alguém que pode ser uma oportunidade para: Passeio de carro, frequentar bons lugares e status). Na época, eu me divertia. Quando percebi, passei a me resguardar mais.***

(...) Ainda hoje me sinto em um não lugar, em tensão, em alerta para não ser confundido.

“Tive um choque muito grande, quando entrei na PM, na época, a minha referência era o medo: quando a viatura chegava precisava correr. No processo, de entrada, passei por uma transformação de condição e então passei a ficar preocupado, porque minha mãe ficava no nível de tensão, morava em um lugar em conflito... pensei que precisava sair de lá.. Minha mãe também se mudou.”

Observa-se que mesmo após adentrar, a instituição e gozar dos benefícios de ser representante do Estado e de alguma maneira ser visto, a visibilidade é a partir da farda, assim como ocorria nos relatos de infância (o estudo, o atleta, as notas, a casa). Aqueles indivíduos, embora sejam minimamente protegidos pela segunda pele permanecem, vilipendiados em sua primeira pele, não são lidos como sujeitos, são vistos como fardados. *“Sinto-me em um não lugar, para os negros sou PM, para os PMs eu sou negro.* O que afeta diretamente a sua saúde mental desta população que ostenta a dupla capa. Quando perguntados sobre suas dores:

“Minha autoestima é baixa, não consigo me ver como alguém interessante... embora hoje não procuro isso.”

“Sou recluso. Após as porradas. É meu mecanismo de defesa.”

“Passei a ter stress proveniente das relações. Refiro-me ao distress (estado de sofrimento emocional causado por depressão/ ansiedade. Inconscientemente criei uma

forma de prevenção. A atividade física me deu essa moderação. Corro desde quando entrei na PM.” Corro para prevenir.”

“Tenho insônia, stress, ansiedade, sudorese, timidez, insegurança, roer unha, mordo o canto do dedo, diarreia.

“Tive depressão, ansiedade, (pensamento suicida) não tinha muito com quem contar, para não demonstrar fracasso, e a vontade de ser suficientemente bom, aprofundou minha crise na saúde mental. Desejava pertencer, queria me sentir querido. Para sair disso é necessário muito esforço e conhecimento de si.”

“Não é fácil ser negro. isso é uma doença é um câncer, isso me entristece”.

“Descobri ansiedade e compulsão alimentar, hipertireoidismo, (aumento de peso) em função do stress e a necessidade de não errar. Só temos uma única chance, então não posso errar. Afinal, lhe negam com o requinte de crueldade. Você não pode se aborrecer, não pode se estressar, você precisa ser duas vezes melhor e mais preparado a nós não é dado o direito a erro, uma tensão para entregar as coisas antes do prazo, que nunca relaxa, sempre pisando em ovos, não pode chegar atrasado, tem que saber como fala e onde fala. Em mim trouxe ansiedade. A escrita passou a ser terapia.”

Obviamente que esta pesquisa não busca dá o diagnóstico da tropa a partir dessas entrevistas que foram aqui apresentadas. O que se buscou até aqui foi apresentar, em que medida o Racismo afeta as pessoas policiais militares negras em sua saúde mental. Assim, do que foi coletado, analisado, sugere-se que os colaboradores pesquisados, tal como a pessoas negras que não ostentam o uniforme policial, são afetados diretamente em sua saúde mental diante das microagressões que estão sujeitas, que por consequência poderá alterar a maneira como estas pessoas ofertam os serviços para a população. Sobretudo, em se tratando da PMBA, que como apresentado em capítulos anteriores possuem em seus quadros mais da metade de pessoas negras servindo a instituição.

Assim sendo, a partir do que foi encontrado sugere-se como tecnologia de Segurança Pública, um projeto que possa intervir na reconstrução e resgate positivo da pessoa negra, o qual deverá ser ofertado aos policiais militares, em consonância ao que determina o Departamento de Planejamento da PMBA.

4 SANKOFA: TECNOLOGIA DE SEGURANÇA, JUSTIÇA E CIDADANIA

Durante a caminhada, na construção desta pesquisa, logo depois que acessei os conteúdos referente a Psicologia Preta, a filosofia africana apresentou-se como um resgate ancestral de Cura. Um conhecimento, o qual tem como centralidade não uma perspectiva europeizada e única, mas uma compreensão aberta, em que os povos africanos também tem o lugar na construção de saberes, modos de ser e existir. Desta forma, estes escritos, abriu este trabalho no capítulo: Sentindo a ancestralidade, com uma pequena parte dos fundamentos que a Filosofia Africana é orientada.

Neste sentido, a tecnologia em Segurança Pública, Justiça e Cidadania que se pretende criar a partir da pesquisa, parte deste pressuposto e traz no seu aspecto prático, alguns elementos já experienciados na abertura deste trabalho. Trata-se de é um projeto nos moldes que se exigem, o Departamento de Planejamento, de imersão de acolhimento continuado denominado *Sankofa, um ideograma dos povos Acã, da África central em forma de coração que significa: Se você esquecer, não é proibido voltar atrás e reconstruir?*

O projeto *SANKOFA: A cura se faz pelo retorno!* É uma imersão, dentro de uma perspectiva Afrocentrada, a ser realizada através de uma sistemática substituição na percepção negativa da pessoa negra por uma representação positiva, por meio da decolonização das subjetividades, dos saberes e do poder.

Serão encontros, a princípio, de três dias, com o contato direto com a natureza e compartilhamento de tecnologias que foram utilizadas secularmente pelos povos africanos, com a finalidade de apresentar um outro potencial de saberes desassociado da eurocentricidade como padrão e saber norteador. De fato, que este processo é uma possibilidade de iniciar uma nova elaboração do sujeito negro na corporação, não encerrando-se no desenvolvimento desta atividade, portanto o SANKOFA, é apenas parte deste longo processo já iniciado na instituição pelo NAFRO PM(assistência espiritual de matriz africana na PMBA), GTPIR (grupo de trabalho sobre Segurança Pública e Racismo), ambos pioneiros na estrutura de Segurança Pública.

Afinado estes aspectos, espera-se obter a visibilidade dos saberes ancestrais e para além disto, o auto reconhecimento nos saberes ali apresentados, ocorrendo um

processo de identificação, pertencimento e por consequência elevação a autoestima e autoconhecimento, bem como a valorização da estética negra no seio da corporação.

A Tecnologia a ser aplicada é um transformador social em potencial, uma vez que tem como um dos objetivos desconstruir a imagem negativa do sujeito negro, elevando a autoestima, autoconhecimento da pessoa policial militar negra, o qual refletirá na qualidade de sua saúde, o que impactará na oferta dos serviços de segurança pública.

Para além disto, em sendo uma atividade de substituição de imagem pessoa negra, é importante destacar que esta tecnologia, altera de forma contínua a construção do sujeito criminoso promovida pelas teorias raciais do século XIX, as quais geram efeitos ainda nos dias de hoje no inconsciente coletivo das pessoas, como nos apresenta os professores Evandro Piza e Salo de Carvalho no livro *Criminologia do Preconceito, racismo e homofobia nas ciências criminais*.

4.1 O PROJETO!

TERMO DE ABERTURA DE PROJETO

4.1.1 Identificação do projeto

Código P-PMBA-DEPLAN / SEI n.º
PROJETO SANKOFA: A CURA SE FAZ PELO RETORNO
CATEGORIA DO PROJETO ESTRATÉGICO
UNIDADE DEMANDANTE COMANDO-GERAL

PATROCINADOR

CEL PM PAULO JOSÉ REIS DE AZEVEDO COUTINHO – Cmt-Geral da PMBA

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO

CAP PM THAIS RAMOS TRINDADE – Coord. Do NAFRO PM

GERENTE DO PROJETO

**CAP PM ELMA PIMENTEL DO CARMO- Coord. Centro de Valorização da Mulher
Maria Felipa**

4.1.2 Justificativa

A Portaria Interministerial SEDH/MJ nº 2, de 15 de dezembro de 2010 (que estabelece as diretrizes nacionais de promoção e defesa dos direitos humanos dos profissionais de segurança pública), no seu item dez, determina que as instituições de Segurança Pública devem: Adotar orientações, medidas e práticas concretas voltadas à prevenção, identificação e enfrentamento do racismo nas instituições de segurança pública, combatendo qualquer modalidade de preconceito.

Assim como, o Plano Estratégico da PMBA, construído de forma coletiva com a escuta de todas as instâncias da Corporação, num modelo de planejamento participativo, para o período entre os anos de 2017 a 2025, reza, em seu objetivo estratégico dez: Promover a valorização, a saúde e a qualidade de vida dos policiais militares. Neste sentido a PMBA, tem o dever institucional de estabelecer estratégias e tecnologias de enfrentamento ao racismo, bem como a promover da qualidade de vida dos seus colaboradores nas suas mais diversas dimensões.

Compreendendo que, de acordo com a pesquisa Minha pele negra em minha segunda pele, o racismo enquanto instituto atravessa o princípio da dignidade da pessoa humana, retalhando o indivíduo na sua dimensão física, emocional, social, psíquica, comprometendo, neste aspecto, a forma que o ser humano se vê no mundo e como interage com ele, pode estar afetando a saúde dos seus colaboradores negros, que hoje

representam 84% da população militar, segundo os dados do Departamento de Pessoal. Portanto, é de suma importância a aplicabilidade deste projeto, com intuito de estabelecê-lo como estratégia que visem a promoção da saúde, qualidade de vida e valorização do principal ativo da corporação, os seus servidores, com o atravessamento antirracial e afrocentrados. Este projeto de intervenção tem o objetivo de promover de forma contínua desconstruir a imagem negativa do sujeito negro, elevando a autoestima, autoconhecimento da policial militar negra.

4.1.3 Alinhamento político-estratégico

RELACIONAMENTO PGP

O presente projeto está previsto como a seguinte Entrega do Programa de Governo Participativo - PGP Jerônimo Rodrigues 2023-2027:

- Promoção do Acesso Equânime às Ações de Saúde

Atendendo à pessoa policial militar, orientando-as e incentivando acerca de serviços, cuidados em uma perspectiva Afrocentrada.

RELACIONAMENTO PLANESP 2016 - 2025:

O PLANESP afirma que a principal metodologia que sustenta o modelo de gestão do Sistema Estadual de Segurança Pública é o Balanced Scorecard - BSC. Usando uma lógica que considera 02 (dois) princípios - “não existe efeito sem causa que o determine” e que “para se conseguir um efeito desejado é preciso atuar na causa que o origina, e não em qualquer outra”, “atendendo às necessidades atuais e futuras dos beneficiários e usuários da Segurança.”

RELACIONAMENTO PLANO ESTRATÉGICO DA PMBA:

Os principais objetivos estratégicos (OE) do Plano Estratégico da PMBA a serem impactados positivamente são:

- OE 1: Aumentar a confiança da sociedade na Corporação
- OE 2: Ampliar a responsabilidade social e o respeito aos Direitos Humanos
- OE 3: Fortalecer a imagem institucional
- OE 7: Ampliar as ações de cooperação e integração com os órgãos do sistema de defesa social e sociedade civil organizada
- OE10: Promover a valorização, a saúde e a qualidade de vida dos policiais militares

4.1.4 Objetivo do projeto

Geral

Este projeto de intervenção tem o objetivo de promover de forma continuada desconstrução da imagem negativa do sujeito negro, elevando a autoestima, autoconhecimento do policial militar negro em uma perspectiva Afrocentrada.

Específicos

1. Apresentar o conceito de humano a partir de uma perspectiva Afrocentrada;
2. Apresentar imagem positiva do ser negro(a)
3. Restabelecer a construção de identidade negra;
4. Apresentar conceitos básicos da filosofia africana;
5. Fomentar o autocuidado através da saúde Afrocentrada;
6. Restabelecer o afeto como fonte de vida em uma perspectiva Afrocentrada;
7. Resgate “do ser negro”, como forma de cura;
8. Apresentar ferramentas para redução do Stress;

9. Valorização da estética negra no seio da corporação,
10. Visibilidade e valorização dos conhecimentos ancestrais.

4.2 PRINCIPAIS ENTREGAS, ESTIMATIVAS DE CUSTO E FONTE DE FINANCIAMENTO

Importante pontuar que a ação maior deste projeto se baseia no cuidado do principal ativo da corporação: a pessoa policial que ostenta a segunda pele, através do bem estar biopsicossocial e espiritual, em uma perspectiva Afrocentrada.

Para a realização deste processo será necessário a composição dos itens abaixo:

ITENS	VALOR UNITÁRIO	QUANT. PAR A 1 UMA AÇÃO (trinta pessoas)	VALOR ESTIMADO	FONTE DE FINANCIAMENTO
COFEE BREAK-	R\$ 400	Seis Turnos	R\$ 2.400	A DEFINIR
		90 pessoas	R\$ 3.150	
ALMOÇO	R\$ 35,00	90 pessoas	R\$ 900,00	
TAPA-OLHOS	R\$ 10,00	20 Unidades	R\$ 500,00	
CAMISAS PERSONALIZADAS DO PROJETO	R\$ 25,00			
	R\$ 70,00			

PALETA OLFATIVA	1pacote	R\$ 70,00	
TOTAL			R\$ 7.020,00	

- Valor aproximado.

4.3 PRINCIPAIS MARCOS E ESTIMATIVAS DE PRAZO

FASE	ATIVIDADE	ÍNICIO	DURAÇÃO	TÉRMINO
1	Confecção da Nota Serviço	AGO/23	7 dias	AGO/23
2	Convocação dos Policiais que participarão	AGO/23	15 dias	AGO/23

3	Início do curso	SET/23	180 dias	MAR/24
4	Prestação de contas	ABR/24	30 dias	ABR/24
9	Publicação do Termo de Encerramento do Projeto	MAI/24	15 dias	MAI/24

4.4 BENEFÍCIOS ESPERADOS

- Proporcionar o bem estar físico, emocional, mental da pessoa policial militar;
- Aprimoramento nas Relações Interpessoais e Intrapessoais;
- Construção da autoimagem positiva;
- Elevação da autoestima;
- Redução do impacto do Stress;
- Valorização da estética negra no seio da corporação.

4.5 PRINCIPAIS PARTES INTERESSADAS

PESSOAS INTERESSADAS	FUNÇÃO
CEL PM PAULO JOSÉ REIS DE AZEVEDO COUTINHO	CMT GERAL
CEL PM MARCOS ANTÔNIO LEMOS	DIRETOR DPS

4.6 DESPACHO

Autorizo a abertura do presente Projeto, designando como Gerente o Oficial abaixo indicado, recomendando-o que gerencie as atividades inerentes à todas as fases do Projeto, tendo sobre o mesma autoridade total e podendo contar com o apoio, suporte bem como acompanhamento do Centro Corporativo de Projetos, sediado no DEPLAN.

Gerente de Projeto –ELMA PIMENTEL DO CARMO - CAP PM, Mat.: 30.429.777

Salvador-BA, 13 de junho de 2023

PAULO JOSÉ REIS DE AZEVEDO COUTINHO - CEL PM
Comandante-Geral

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: A CURA SE FAZ PELO RETORNO!

Ao fim de cada encontro estabelecido pela plataforma digital, percebia-se uma energia de reencontro, uma espécie de lugar que se podia ser escutado, com atenção e sem julgamentos, se construiu. As experiências ali apresentadas parecia ser um movimento de retorno a memórias que há tempos não eram visitadas no plano da consciência. *“para mim, está sendo um processo de catarse”*. Fui presenteada, pela oportunidade de ouvir, sentir e compartilhar aquelas histórias, que eram daquelas pessoas em individual, mas também eram minhas, nos detalhes, nas dores e dissabores que em comum, mesmo sem nos conhecer compartilhamos. Desta forma, nada mais justo, que estas considerações que põe fim a esta etapa, a dissertação, fosse através das vozes daquelas pessoas que

portadoras da cor da noite, como a primeira pele e sua **força** ancestral e como segunda pele: o uniforme, sua ferramenta de **sustento**.

Neste sentido, cada reencontro a pergunta final, girava em torno do retorno:

O que sua criançaalaria para o seu adulto?

“Mete a cara no sol e vai! nada pode roubar sua essência, eu sei quem você é!”

“Fale mais de vc.”

“Calma meu velho tudo isso passa, e quando passar volte para o seu lado de cá”

“Não faça as crianças correrem da PM, quando você chegar!”

“Mulher, não esquece de onde você veio!”

“Você vai encontrar os seus!”

E o que o seu adultoalaria para sua criança?

“Calma, tudo isso vai passar”.

“Continue cuidando dos estudos, dos seus irmãos, mas curta sua vida também.”

“Você é lindo! Minha vida seria muito mais leve.”

“Eu resgatei a minha criança!”

“Aquilombe-se porque isso te fortalece!”

“Traga sua família para junto de você! Não perca dinheiro.”

“Você pode o que você quiser, basta você ir”

Como parte também, deste processo desta roda que gira, diria para minha criança:

“Tudo que você precisa, sua ancestralidade guardou em um lugar seguro e este lugar é dentro de você, você acessará à medida que você for crescendo e conhecendo da história de seu ancestrais, o que lhe fará forte e descobrirá que você é continuidade! Mas, cuidado! Porque na caminhada vão seduzir você a ser outra pessoa, incansavelmente. Não sucumba, vai ser pelo seu corpo que eles irão te vencer!”

O que minha criançaalaria para meu adulto?

A cura se faz pelo retorno, se você esquecer, não é proibido voltar atrás e reconstruir!
(Wade W. Nobles).

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ALMEIDA, Sílvio Luiz. **O que é racismo estrutural**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- AGOSTINHO, Dora. PALMA, Sandra. **Quando a Neuroarquitetura e a Biofilia se juntam: estratégias simples para diminuição do stress no local de trabalho**. Qualidade de vida corporativa, 2018. Disponível em www.qualidadecorporativa.com.br/quando-a-neuroarquitetura-e-a-biofilia-se-juntam-estrategias-simples-para-diminuicao-do-stress-no-local-de-trabalho/. Acesso em 02 de janeiro de 2023.
- ALVES, M. C. **Desde dentro: processos de produção de saúde em uma comunidade tradicional de terreiro de matriz africana**. 2012. 306 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Psicologia, Rio Grande do Sul, 2012.
- ASANTE, K. **Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar**. In: NASCIMENTO, E. L. (Org.). *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 93-110.
- ASSOCIAÇÃO Americana de Psicologia. Disponível em < <https://www.apa.org/> > Acesso em 12 de Outubro de 2022.
- ASSIS, Wendell. **Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo: CADERNO CRH**, Salvador, v. 27, n. 72, p. 613-627, Set./Dez. 2014.
- AYALA, Francisco J. **Do Mito do Éden a um Novo Jardim: Genética e Responsabilidade Ética**. Revista de Estudos da Religião junho / 2007 / pp. 27-49 ISSN 1677-1222.
- AZEVEDO, K.M.N; AZEVEDO, R.S.R. **Ori: O todo-poderoso**, a mente sob a perspectiva yorubá .Rio de Janeiro: Drago editorial, 2019.
- BÂ. Amadou. **A noção de pessoa na África Negra**. Tradução para uso didático de: HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. La notion de personne en Afrique Noire. In: DIETERLEN, Germaine (ed.). La notion de personne en Afrique Noire. Paris: CNRS, 1981, p. 181 – 192, por Luiza Silva Porto Ramos e Kelvlin Ferreira Medeiros.
- BAHIA. Lei n 7990 de 27 de dezembro de 2001. Institui o Estatuto dos Policiais Militares do Estado da Bahia. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 2001.

BAHIA, Planejamento estratégico 2017-2025: A PMBA rumo ao seu bicentenário. 2ed.Salvador,2021Disponívelem:http://www.pm.ba.gov.br/arquivos/PlanoEstrategicoPMBA_2017-2025_Revisado.pdf. Acesso em 14 de dezembro 2021.

BATISTA, Catarina. A atividade física, o stress e o estilo de vida na polícia de segurança pública. Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. Lisboa, Abril. 2014

BASTIDE, R. Religiões africanas e estruturas de civilização. *Afro-Ásia*. n. 6-7, 1968, p. 5-16. Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n6_7_p5.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2014.

BENTO, Cida. Pacto da Branquitude. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BIANCHI, Paula. **A polícia que mais mata é também a que mais morre**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/07/25/a-policia-que-mais-mata-e-tambem-a-que-mais-morre-diz-ex-comandante-geral-da-pm-no-rio.htm> / Acesso em 11 de Abril de 2019.

BORRESN, Kesley. **13 microagressões sofridas diariamente por quem é negro**. PORTAL GELEDES, São Paulo,2020

BONFIM, Maria da Silva. Do Nascimento, Elisa Lakin.(org.). **Afrocentricidade: Uma abordagem epistemológica**. São Paulo: Selo Negro,2009.

BIGNOTTO, Márcia Maria. LIPP, Marilda Emmanuel Novaes. **Stress e qualidade de vida**: influência de algumas variáveis pessoais. Paidéia (Ribeirão Preto) 20 (45) • Abr 2010.

BITTENCOURT, Julinho. **A PM que mais mata é a que mais morre**. Disponível em<https://www.revistaforum.com.br/pm-que-mais-morre-e-tambem-que-mais-mata/>,Acesso 11 de Abril de 2019

BOITEUX, Luciana (Coord.) (2009). Relatório de Pesquisa “**Tráfico de Drogas e Constituição**”. Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade de Brasília. Rio de Janeiro/Brasília: Série Pensando o Direito

BOBBIO. Norberto. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho.Nova.ed. Rio de Janeiro:Elsevier,2004.

BOLLA, JJ. **Seja Homem**: a masculinidade desmascarada. Ed.Dublinense; 2ª edição. Porto Alegre,2020.

BRAGATO, F.F. **Para além do discurso eurocêntricos dos Direitos Humanos:** Contribuições da Desclonialidade. Revista Novos Estudos Jurídicos - Eletrônica, Vol. 19 - n. 1 - jan-abr 2014.

BRASIL. **Lei nº 3.353 de 13 de maio de 1888.** Declara extinta a escravidão do Brasil.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Decreto Lei 2848 de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal.** Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 de dez. 1940

BRASIL. nº 2, de 15 de dezembro de 2010. **Portaria Interministerial SEDH/MJ.** Disponível em <<http://campanhanaweb.com.br/acsmce-antigo/wp-content/uploads/2012/09/portaria-interministerial-n%C2%BA-02.pdf>> Acesso em 20 de junho 2020.

BRASIL. Lei n.13675 de 11 de Junho de 2018. Institui o **Sistema Único de Segurança Pública.** Brasília, DF: Senado Federal,2018

CARNEIRO, S.A. **A construção do outro como não ser como fundamento do ser.** 2005. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Filosofia.

CARONE,Iray;BENTO,Maria Aparecida. **Psicologia Social do Racismo:** estudos sobre a branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis:Ed. Vozes,2016.

CARVALHO, Clecilene. JUNIOR, Dejanir. DE SOUZA, Gleicione. **NEUROCIÊNCIA: UMA ABORDAGEM SOBRE AS EMOÇÕES E O PROCESSO DE APRENDIZAGEM** Revista da Universidade Vale do Rio Verde ISSN: 1517-0276 / EISSN: 2236-5362, ^[1] v. 17 | n. 1 | Ano 2019. Disponível em: <http://periodicos.unincor.br/index.php/revistaunincor/article/view/5619>> Acesso em 02 de Janeiro de 2023

CARVALHO, Salo; DUARTE, Evandro Piza. **Criminologia do preconceito:** racismo e homofobia nas Ciências Criminais. São Paulo: Saraiva, 2017
Educação Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CASTRO, Maria; ROCHA, Ricelli; CRUZ, Roberto. **Saúde mental do policial brasileiro:** tendências teórico- metodológicas. Revista de Psicologia, saúde e doenças. Florianópolis, 2019. Disponível em <https://www.sp-ps.pt/>. Acesso em 30 de Janeiro de 2023.

CESARIE, Amié. Um discurso sobre o colonialismo. São Paulo: Ed. Veneta, 2020.

DA Silva. D.B. **A contradição discursiva no processo de universalização do sujeito de direitos humanos.** Entretextos, Londrina, v.13, nº 02, p. 415 - 430, jul./dez. 2013.

CRENSHAW, Kimberlé W. (2002). **Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero**”. Estudos Feministas, ano 10, n° 1/2002, pp.

COLLINS, Patricia Hill; Bilge, Sirma (2021-02-09T22:58:59.000). **Interseccionalidade** Boitempo Editorial. Edição do Kindle.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, Raça e classe**.ed. Boitempo, São Paulo,2016.

DA SILVA, Bianca Pereira. **O desmembramento e cura em The bluest eyes da**, Intern. Fil. V. 11. n. 2 (2020), p.81-93.

DA SILVA, Rafael Pereira. **Trauma Cultural e sofrimento social:**

Do banzo às consequências psíquicas do racismo para o negro Rafael Pereira da Silva. XXI Simpósio Nacional de história: contra os preconceitos e história democracia.2017.

DE OLIVEIRA, Ivani Franciso; SILVA, Marcos Antônio. **A relação entre racismo, e saúde mental:** Psicologia e educação antirracista. Quaderns de Psicologia,2021, vol. 23

DIAZ, Comas Lilian. **Raízes do Trauma Racial.** Entrevista para Mad in Brasil, Centro de estudos estratégicos da Fiocruz Antônio Ivo de Carvalho,2021. Disponível em <https://cee.fiocruz.br/?q=as-raizes-do-trauma-racial>. Acesso em 12 de outubro de 2022.

DARKSIDE. **O que eram os black-codes que surgiram nos Estados Unidos.**

Disponível em <https://darkside.blog.br/o-que-eram-os-black-codes-que-surgiram-nos-estados-unidos/>, acesso em 13 de Junho de 2021 às 09h41.

DIOP, Cheick A. **The African Origin of Civilization: Myth or Reality.** Chicago: Chicago Review Press,1989.

DOMINGUES. Joelza E. **UBUNTU, o que a África tem a nos ensinar [online].** Abril.

2015.Disponível em: <https://ensinarhistoriajoelza.com.br/ubuntu-o-que-a-africa-tem-a-nosensinar/#:~:text=%C3%89%20a%20s%C3%ADntese%20de%20um,por%20causa%20das%20outras%20pessoas%20E2%80%9C.&text=Este%20%C3%A9%20todo%20o%20sentido%20do%20ubuntu%20e%20do%20humanismo%20africano>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2021.

DOUGLAS, Frederick. **Uma autobiografia de um escravo.** Belo Horizonte:Ed. Vestígio,2021.

DICIONÁRIO web. Disponível em <https://www.dicionarioweb.com.br/negro/>, acesso em 13 de Junho de 2021 às 10h.

EMICIDA.Ismália. **Álbum Amarelo.** Laboratório Fantasma/Sony Music.2019, 3’40. Rap.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes.** 3. ed. São Paulo: Ática, 1978, v. 1.

Fontana RT, Mattos GD. Vivendo entre a segurança e o risco: Implicações à saúde do policial militar. *Cienc. Cuid. Saúde*. 2016; 15 (1): 77-84. Disponível em:<file:///C:/Users/Costarte/Downloads/Vivendo_entre_a_seguranca_e_o_risco_implicacoes_a_.pdf>. Acesso em: 02 de nov. de 2022.

FERREIRA, R. F.; CAMARGO, A. C. As relações coti- dianas e a construção da identidade negra. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, DF, v. 31, n. 2, p. 374-389, 2011.

FRANCESCO. Vagner. **No Brasil a polícia mata e morre, mas o problema mesmo é a guerra contra as drogas** Disponível em:<https://wagnerfrancesco.jusbrasil.com.br/artigos/169155205/no-brasil-o-policial-mata-e-morre-mas-o-problema-mesmo-e-a-guerra-contra-as-drogas/>Acesso em 12 de Abril de 2019.

FRANÇA, Fábio; GOMES, Janaína. **Se não aguentar corra**: Um estudo sobre a pedagogia do sofrimento em um curso policial militar. *Revista de Segurança Pública*, 2015. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/se-nao-aguentar-corra-um-estudo-sobre-a-pedagogia-do-sofrimento-em-um-curso-policial-militar/> Acesso 12 de Abril de 2019.

FRANCISCO, Maria Cristina. **Questão Racial e a experiencia traumática**. Publicada na Revista latino-americana de Psicologia Corporal. Vol.11, 2021.

FRANTZ, Fano. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

FREDERICO, Roberta. **História da Psicologia Preta, uma introdução**. Sankofa Psicologia, 2022. Disponível em <https://sankofapsicologia.com/inicio/> Acesso em 14 de Outubro de 2022.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 27 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

GOMES. Laurentino. **Escravidão** – do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. Vol. I. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

GOMES, R; MINAYO, MCS; SILVA, CFR. **Riscos da profissão**. In: MINAYO, MCS & SOUZA, ER (Orgs). *Missão Investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p.207-226.

_____ R; SOUZA, ER; MINAYO, MCS. Imagem do policial civil: um jogo de espelhos. In: MINAYO, MCS & SOUZA, ER (Org.). *Missão investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p. 163-185

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

GONZALEZ, Lélia. RATTIS, Alex; RIOS Flávia. **Retratos dos Brasil Negro**. São Paulo: Selo Negro, 2014.

GUERRAS DO BRASIL. Direção: Luiz Bolognese. Canal Curta. Brasil: Disponível no Netflix, 2019.

Hooks, bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Ed. Elefante, 2019

_____ **Tudo sobre amor: novas perspectivas**. São Paulo. Ed. Elefanta, 2019

_____ **A gente é da hora: homens negros e masculinidades**. São Paulo: Ed. Elefante.

IBGE, 2023. IBGE. Sidra: Banco de Tabelas Estatísticas. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: Janeiro de 2023

In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2021. São Paulo: FBSP, 2021.

KILOMBA, GRADA. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: cobogó, 2019.

KITZINGER, J. **Focus groups with users and providers of health care**. In: POPE, C.;

KRAAY, Hendrik. O abrigo da farda: O exército brasileiro e os escravos fugidos, 1800-1881. Rev. Afroasia. Salvador: 1996.

JUNG, Carl Gustav. Os arquétipos e o inconsciente coletivo. 14.ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LELOUP, Jean-Yves. **O Evangelho de Tomé**. Ed. Vozes; Petrópolis, RJ, 12ª edição (1 janeiro 2012)

LYNCH, W. **Carta de William Lynch**. 2012. Disponível em: <http://comunidade.mib.blogspot.com.br/2012/10/carta-de-william-lynch.html>. Acesso em: 24 ago. 2015.

MACHADO JM, Rocha GVM. **Stress no trabalho policial: uma análise das estratégias de enfrentamento**. Tuiuti: Ciência e Cultura, no 51, 2015; 171-190. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Giovana_Rocha/publication/319782973_Stress_no_trabalho_policial_uma_analise_das_estrategias_de_enfrentamento/links

ks/59bc4b9ea6fdcca8e5624d2e/Stress-no-trabalho-policial-uma-analise-das-estrategias-de-enfrentamento.pdf>. Acesso em: 02 de nov. de 2022.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia: Dos pré-socráticos a Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2 ed. 1997

MAYS, N. (Org.). **Qualitative research in health care**. 2. ed. London: BMJ Books, 2000.

MBEMBE, A. (2017). **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Antígona.

_____. **Achille. Necropolíticas**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2019

MIGNOLO, Walter. **O lado mais escuro da modernidade**. Tradução de Marco Oliveira Duke University, Durham, NC, EUA.. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro – RJ, Brasil. DOI 10.17666/329402/2017

MINAYO-GOMEZ, C. Violência no trabalho. In: SOUZA, ER; MINAYO, MCS (Orgs). O impacto da violência sobre a saúde dos brasileiros. Brasília: Ministério da Saúde, p.241-277, 2005.

MINAYO, MCS. Violência e saúde [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. Temas em Saúde collection. 132 p. ISBN 978-85-7541-380-7. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

MINAYO-GOMEZ; LACAZ FAC. **Saúde do trabalhador: novas e velhas questões**. Ciência Saúde Coletiva, 10(4); 797-808, 2005.

MIRANDA, Damiana. **Seminário da Saúde da População Negra** no estado de São Paulo. 2005, São Paulo.

MOREIRA, Juliana. **Colonialidade do ser e corporalidade: o racismo brasileiro por uma lente descolonial**. Revista Antropolítica, n. 40, Niterói, 1. sem. 2016

MOREIRA, Adilson. **Racismo Recreativo (Feminismos Plurais)**. Editora Jandaíra. Edição do Kindle.

MOREL, M. **Além do medo: Os ecos da Revolução Haitiana na época da independência do Brasil foram diversificados, havia repúdio e ocultação, mas também recepções favoráveis**. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/impressoeresbelde/?temas=alem-do-medo> acesso em 13 de Junho de 2021 às 16h18.

_____. **A invenção do negro**. Disponível em: <https://onavionegreiro.wordpress.com/a-invencao-do-negro/> acesso em 13 de Junho de 2021 às 09h41.

MORRISON, Toni. **O olho mais azul**. Tradução Manoel Paulo Ferreira. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MULLER, Tânia Mara; CARDOSO, Lourenço. **Branquitude**: estudos sobre a identidade branca no Brasil. Curitiba: Ed Appris, 2017.

MUNIZ, J; SOARES, BM. **Mapeamento da vitimização de policiais no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ISER/UNESCO/Ministério da Justiça, 1998. Relatório de Pesquisa.

MUSIC MGP. *Me gritaron negra* (Afro Perú) de Victória Santa Cruz. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cHr8DTNRZdg>

NAIM, A'kibar. **Papers in African Psychology**. Mind Productions & Associates

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. Rio de Janeiro: Zaha, 2021.

NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo linguístico**: os subterrâneos da linguagem e do racismo. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

NOBLES, W.W; NASCIMENTO, L.E.(Org.) **Afrocentricidade**: Uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Afiada, 2009. 277 p.

NOGUEIRA, Renato. Filosofia Africana, **tecendo mundos entre a ancestralidade**. Disponível em <https://xdocs.com.br/doc/renato-noguera-filosofia-ancestralidade-2856p1dgpjnx>. Acesso em 12 de Fevereiro de 2021.

_____ (2011), **O ensino de filosofia e a lei 10.639**, Rio de Janeiro, CEAP. [1]
[SEP]

_____ (2012a), “**Ubuntu como modo de existir**: elementos gerais para uma ética afroperspectivista”, *Revista da ABPN*, v. 3, n. 6: 147-150.

_____ (2012b), “**Denegrindo a educação**: um ensaio filosófico para uma pedagogia da pluriversalidade”, *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação – RESAFE*, n. 18: 62-73. [1]
[SEP]

RAMOSE, Mogobe B. (2009), “Globalização e Ubuntu”, in B. S. Santos & M. P. Meneses (orgs.), *Epistemologias do sul*, Coimbra, Almedina.

_____. (2011), **Sobre a legitimidade e o estudo da filosofia africana**, *Ensaio Filosófico*, 4: 6-25.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **A cor do inconsciente**: significações do corpo negro. São Paulo. Ed. Perspectiva, 2021.

NOGUEIRA, Simone Gibran. **Libertação, descolonização e africanização da psicologia**: Breve introdução à psicologia africana. São Carlos: Edufscar.

OBENGA, Théophile. **Egito: história antiga da filosofia africana**. Disponível em https://filosofiaafricana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/obengat_egito_hist%C3%B3ria_antiga_da_filosofia_africana_2004.pdf Acesso em 12/2 /2021

OMS. **Organização Mundial de Saúde**. Relatório Mundial de Violência e Saúde. Genebra: OMS, 2002.

OPAIÓ. Direção de Monique Gandenberg. Salvador: 2008 Plataforma Streaming (98 min)

OSORIO, Rafael guerreiro. **Desigualdade racial e mobilidade social no brasil: um balanço das teorias**. IN: THEODORO, Mario (org) As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição. Brasília: IPEA, 2008 (Cap.3, p 65-95)

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos Orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

PINHEIRO, Bárbara Carine. **@Descolonizando_saberes**: mulheres negras na ciência. São Paulo. Ed: Livraria da Física. Coleção culturas, direitos humanos e diversidade na educação em ciências.2020

_____. Bárbara Carine. **História Preta das coisas**:50 invenções científico-tecnológica das pessoas pretas. São Paulo. Ed: Livraria da Física. Coleção culturas, direitos humanos e diversidade na educação em ciências.2021

POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DA POPULAÇÃO NEGRA: uma política para o SUS / (PNSIPN). Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. – 2. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013. Disponível em http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_integral_populacao.pdf Acesso: 12 out, 2022.

QUIJANO. Anibal. **A colonialidade do poder, eurocêntrismo e América Latina**. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires p.117-142, 2005.

RAMOSE, Mogobe B. A ética do ubuntu. Tradução para uso didático de: RAMOSE, Mogobe B. The ethics of ubuntu. In: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P.J. (eds). The African Philosophy Reader. New York: Routledge, 2002, p. 324-330, por Éder Carvalho Wen.

_____. *An African perspective on justice and race* Disponível em <https://them.polylog.org/3/frm-en.htm>, Acesso em 10/02/2021.

ROBERTA, Frederico. **Trauma Racial, quando o racismo deixa marcas.** Revista Veja saúde.2021. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/coluna/saude-negritude-atitude/trauma-racial-quando-o-racismo-deixa-suas-marcas>. Acesso em 10 de outubro 2022 às 10h.

ROSSETTI, Milena Oliveira et al. **O inventário de sintomas de stress para adultos de lipp** (ISSL) em servidores da polícia ederal de São Paulo. *Rev. bras.ter. cogn.* [online]. 2008, vol.4, n.2 [citado 2023-02-27], pp. 108-120 . Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872008000200008&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1808-5687.

SANSONE, Livio. **Fugindo para a força:** cultura corporativista e "cor" na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. *Estud. afro-asiát.* [online]. 2002, vol.24, n.3.

SEGOVIA Herrera, M. **Risco e segurança do trabalho desde o ponto de vista de um grupo de trabalhadores de uma agência de distribuição de energia elétrica.** In: ENCONTRO INTERAMERICANO DE PESQUISA QUALITATIVA EM ENFERMAGEM, I. São Paulo. Trabalhos. São Paulo, Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina, 1988. p. 63-9.

SIMAS, Luis; LOPES, Nei. **Filosofias Africanas, uma introdução.** 1ed.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,2020.

SOUSA, Neusa Santos. **Tornar-se negro:** as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro, Edição Graau,1983, vol. 2.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças.** Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo:** Branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. São Paulo:Ed.Veneta,2020.

SANTOS, Moises Do Vale. **Freud e a Teoria Psicanalítica.** Independently Published,2021

The Spirituals Project at the University of Denver. «African Tradition, Proverbs, and Sankofa». Consultado em 12 de Março de 2021.

TAVARES, Jeane Saskya Campos; JESUS FILHO, Carlos Antônio Assis de. **Saúde mental, vulnerabilidades e suicídio nas populações negra e indígena.** In Saúde da população negra e indígena / Organizadores: Rosa Cândida Cordeiro, Washington Luan Goncalves de Oliveira e Fernando Vicentini. Cruz das Almas, BA: EDUFRB, 2020.

TRINDADE, Thais. **Da Invisibilidade ao Prestígio:** o crime como mecanismo de ascensão social. Monografia (Bacharel em Direito)- UNEB, Camaçari ,p.2016

TOLEDO, Kátia; AZEVEDO, Rondado: **Ori:** O todo poderoso, a mente sob uma perspectiva ioruba. Rio de Janeiro, Ed.Drago,2020

UNIDOS PELOS DIREITOS HUMANOS. **Um breve histórico dos direitos humanos** disponível em www.unidospelosdireitoshumanos.org.br/what-are-human-rights/brief-history/declaration-of-independence.html, acesso em 12 de Junho de 2021

VALOIS, Luis Carlos. **O Direito Penal da guerra às Drogas** 2 ed. Belo Horizonte: D´Plácido,2017.

VEIGA, Lucas Motta. **Decolonizing pysicsology:** notes for Black Pysicsology. _Dossiê Psicologia e epistemologias contra hegemônicas • Fractal, Rev. Psicol. 31 (spe) • Dez 2019. Disponível em: < https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29000> Acesso em 14 de Outubro de 2022.

_____. Lucas Mota. **Clínica do Impossível:** linhas de fuga e de cura. Rio de Janeiro: Telha,2021

VELOSO, Caetano; GIL, Gilberto. **Haiti,** Tropicáli2.Poligram Music.1993